



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 95

SEXTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 107ª SESSÃO, EM 03 DE JUNHO DE 1993

1.1. — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos

Nº 338/93, de 1º do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 326, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

Nº 396/93, de 1º de maio passado, do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 415, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda.

Nº 1.011/93, de 2 do corrente, do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 327, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

1.2.2 — Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 194/93, de 28 de maio último, comunicando a aprovação da Emenda do Senado nº 1, e a prejudicialidade da de nº 2, ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1990 (nº 8.390/86, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que reajusta o valor da pensão especial concedida a Justiniana Fleury Passos e revertida a Maria Nilza Fleury Passos, filha do ex-Deputado Edson Junqueira Passos.

Nº 195/93, de 28 de maio último, comunicando a aprovação de dispositivos constantes do texto do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1992 (nº 1.491/91, naquela Casa), que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

1.2.3 — Requerimentos

Nº 539/93, de autoria do Senador Flaviano Melo, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 9 de junho do corrente ano. **Aprovado.**

Nº 540/93, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "A Morte de Carlos Castello Branco: O Único "Papa" do Jornalismo Brasileiro", publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, edição de 2 de junho de 1993.

Nº 541/93, de autoria do Senador César Dias, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Requerimento nº 515, de 1993, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte. **Aprovado.**

Nº 542/93, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, solicitando que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL, no período de 1990 e até a presente data. **Aprovado.**

1.2.2 — Comunicações

Do Senador José Fogaça, de ausência dos trabalhos da Casa, no período de 3 a 9 do corrente mês.

Do Senador Flaviano Melo, de ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 9 do corrente mês.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO — Propostas para solução da grave crise nacional. Preocupação de S. Exª em relação a possíveis cortes orçamentários nas verbas destinadas ao Nordeste.

SENADOR RUY BACELAR — Baixa credibilidade da classe política brasileira junto à população.

SENADOR MAURO BENEVIDES, como Líder — Centenário de nascimento de Paschoal de Castro Alves.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**
Diretor-Geral do Senado Federal**AGACIEL DA SILVA MAIA**
Diretor Executivo**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**
Diretor Administrativo**LUIZ CARLOS BASTOS**
Diretor Industrial**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**
Diretor Adjunto**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal**ASSINATURAS**

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Situação de abandono em que se encontra o prédio da Faculdade de Medicina da Bahia.

SENADORA JÚNIA MARISE — Omissão do Governo Federal no repasse de recursos para os hospitais conveniados com o INAMPS.

1.2.4 — Requerimentos

Nº 543/93, de autoria do Senador Mário Covas, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 4 a 12 do corrente mês. **Aprovado**

Nº 544/93, de autoria do Senador Iram Saraiva, solicitando sejam consideradas como presença, as faltas imputadas à S. Exª nos dias 3, 7, 10, 14, 17, 21, 24, 28 e 31 de maio de 1993. **Aprovado**.

Nº 545/93, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, das palavras proferidas pelo Presidente Austregésilo de Athayde, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, dia 2 de junho em curso, durante as exéquias do Jornalista Carlos Castello Branco.

1.2.5 — Comunicação

Do Senador Mário Covas, que se ausentará do País, no período de 4 a 12 do corrente mês.

1.3 — ORDEM DO DIA

Ofício nº S/48, de 1993, através do qual o Governo do Estado do Maranhão solicita autorização para contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos, para os fins que especifica. **Discussão encerrada** nos termos do Projeto de Resolução nº 46/93, apresentado como conclusão do parecer de Plenário favorável, ficando a votação adiada por falta de **quorum**, tendo usado da palavra os Srs. Ronan Tito, Bello Parga e Magno Bacelar.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União. **Aprovada**, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. À Câmara dos Deputados.

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1992 (nº 3.019/92, na Casa de origem), que modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. **Aprovado**. À Câmara dos Deputados.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Invasão de domicílio de militares, em Brasília, determinada pelo Ministério do Exército. Relatório reservado do Banco Central, noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de hoje, sobre os sérios problemas causados ao sistema financeiro brasileiro com a queda da inflação para menos de 15% ao mês.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Situação da educação brasileira. Complexa trajetória burocrática dos recursos provenientes do salário-educação.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Deterioração do Sistema Financeiro da Habitação e seu déficit habitacional.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Considerações sobre o crédito agrícola.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Oficialização do Encontro Mundial da Juventude.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 43, de 1993, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — RETIFICAÇÕES**

— Ata da 75ª Sessão, realizada em 3-5-93

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 55, de 1993

4 — MESA DIRETORA**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**SÚMARIO DA ATA DA 75ª SEÇÃO,
REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 1993
RETIFICAÇÃO**

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II) de 4 de maio de 1993, na página 3880, 2ª coluna, no item 2.2.1 — **Requerimento**,

Onde se lê:

... 26/4 e 2, 5, 6, 7, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, 28 e 29/3. **Aprovado**

Leia-se

... 26/3 e 2, 5, 6, 7, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 28, e 29/4. **Aprovado.**

Ata da 107ª Sessão, em 3 de junho de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues, Nabor Júnior, Lucídio Portella,
Magno Bacelar e Rachid Saldanha Derzi*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Alfredo Campos _ Aluizio Bezerra _ Bello Parga _ Beni Veras
_ Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Dirceu Carneiro _
Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Eptácio Cafeteira _ Flaviano
Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson
Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique
Almeida _ Humberto Lucena _ Iram Saraiva _ Jarbas Passarinho _
João Calmon _ João França _ João Rocha _ Josaphat Marinho _
José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júnia Marise _
Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _
Lucídio Portella _ Magno Bacelar _ Mário Covas _ Marluce Pinto
_ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nabor Júnior
_ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Onofre Quinan _ Pedro
Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Ronaldo
Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 338/93, de 1º do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 326, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

Nº 396/93, de 1º de maio passado, do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 415, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda; e

Nº 1.011/93, de 2 do corrente, do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 327, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

As informações foram encaminhadas em cópias aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 194/93, de 28 de maio último, comunicando a aprovação da Emenda do Senado nº 1, e a prejudicialidade da de nº 2, ao Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1990 (nº 8.390/86, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que reajusta o valor da pensão especial concedida a Justiniana Fleury Passos e revertida a Maria Nilza Fleury Passos, filha do ex-Deputado Edson Junqueira Passos.

(Projeto enviado à sanção em 28-5-93)

Nº 195/93, de 28 de maio último, nos seguintes termos:
PS-GSE/195/93

Brasília, 28 de maio de 1993

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados rejeitou o substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei nº 1.491-F, de 1991, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, com aprovação dos seguintes dispositivos destacados:

01 — o **caput** e o parágrafo único do art. 1º do substitutivo do Senado Federal para substituir o **caput** e o parágrafo único do art. 1º do projeto da Câmara dos Deputados;

02 — o **caput** do art. 2º do substitutivo do Senado Federal para substituir o **caput** do art. 2º do projeto da Câmara dos Deputados;

03 — o **caput** do art. 4º do substitutivo do Senado Federal para substituir o **caput** do art. 4º do projeto da Câmara dos Deputados;

04 — o inciso II do art. 6º do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso II do art. 6º do projeto da Câmara dos Deputados;

05 — a expressão “excepcionalmente” da alínea “c” do inciso VI do art. 6º do substitutivo do Senado Federal para figurar após a palavra “contrata” da alínea “c” do inciso VIII do art. 6º do projeto da Câmara dos Deputados;

06 — a expressão “quando for o caso” do inciso IV do art. 7º do substitutivo do Senado Federal para substituir a expressão “quando houver” do inciso III do § 2º do art. 7º do projeto da Câmara dos Deputados;

07 — o § 3º do art. 7º do substitutivo do Senado Federal, com supressão da alínea “b” para substituir o § 3º do art. 7º do projeto da Câmara dos Deputados;

08 — os §§ 1º, 2º e 3º do art. 8º do substitutivo do Senado Federal para substituir os §§ 1º e 2º do art. 8º do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se o § 3º deste para § 4º;

09 — o § 2º do art. 9º do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 3º do art. 9º do projeto da Câmara dos Deputados;

10 — o § 3º do art. 9º do substitutivo do Senado Federal para figurar como § 4º do art. 9º do projeto da Câmara dos Deputados;

11 — o inciso VII do art. 12 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso VII do art. 12 do projeto da Câmara dos Deputados;

12 — o inciso I do art. 14 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso I do art. 15 do projeto da Câmara dos Deputados;

13 — o inciso II do art. 14 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso II do art. 15 do projeto da Câmara dos Deputados;

14 — a alínea “a” do § 2º do art. 14 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso I do § 4º do art. 15 do projeto da Câmara dos Deputados;

15 — a expressão “em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação” da alínea b do § 2º do art. 14 do substitutivo do Senado Federal para figurar após a palavra “adquiridas” do inciso II do § 4º do art. 15 do projeto da Câmara dos Deputados;

16 — a alínea “c” do inciso I do art. 15 do substitutivo do Senado Federal para substituir a alínea “c” do inciso I do art. 17 do projeto da Câmara dos Deputados;

17 — a alínea “a” do inciso II do art. 15 do substitutivo do Senado Federal para substituir a alínea “a” do inciso II do art. 17 do projeto da Câmara dos Deputados;

18 — a alínea “b” do inciso II do art. 15 do substitutivo do Senado Federal para substituir a alínea “b” do inciso II do art. 17 do projeto da Câmara dos Deputados;

19 — o § 1º do art. 15 do substitutivo do Senado Federal para figurar como § 1º do art. 17 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se os §§ 1º, 2º e 3º deste para §§ 2º, 3º e 4º;

20 — o **caput** e incisos I a V do art. 19 do substitutivo do Senado Federal para substituir o **caput** e incisos I a VI e o § 6º do art. 22 do projeto da Câmara dos Deputados;

21 — a expressão “cópia do instrumento, convocatório” constante do § 3º do art. 19 do substitutivo do Senado Federal para substituir a expressão “cópia do convite”, constante do § 3º do art. 22 do projeto da Câmara dos Deputados;

22 — a expressão “com antecedência de até 24 horas de apresentação das propostas” do § 3º do art. 19 do substitutivo do Senado Federal para figurar após a palavra “interesse” do § 3º do art. 22 do projeto da Câmara dos Deputados;

23 — o § 9º do art. 19 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 7º do art. 22 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se como § 6º;

24 — o **caput** do art. 21 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 3º do art. 23 do projeto da Câmara dos Deputados;

25 — a expressão “5% (cinco por cento)” do inciso I do art. 22 do substitutivo do Senado Federal para substituir as expressões “15% (quinze por cento)” dos incisos I e II do art. 24 do projeto da Câmara dos Deputados;

26 — o inciso IV do art. 22 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 2º do art. 25 do projeto da Câmara dos Deputados, figurando como inciso XI do art. 24, e renumerando o § 1º do art. 25 para parágrafo único;

27 — o inciso VII do art. 22 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 5º do art. 23 do projeto da Câmara dos Deputados, figurando como inciso XII do art. 24, e renumerando o § 6º do art. 23 para § 5º;

28 — o inciso X do art. 22 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso IV do art. 25 do projeto da Câmara dos Deputados, figurando como inciso X do art. 24, e renumerando o inciso V do art. 25 para inciso IV;

29 — o inciso XI do art. 22 do substitutivo do Senado Federal para figurar como inciso XIII do art. 24 do projeto da Câmara dos Deputados;

30 — o inciso XII do art. 22 do substitutivo do Senado Federal para figurar como inciso XIV do art. 24 do projeto da Câmara dos Deputados;

31 — o inciso IV do art. 27 do substitutivo do Senado Federal, ressalvada a expressão “demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei”, para substituir o inciso IX do art. 28 e a expressão “inclusive no que tange o pagamento e recolhimento das contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 195 da Constituição Federal” constante do inciso VIII do art. 28 do projeto da Câmara dos Deputados;

32 — o inciso IV do art. 28 do substitutivo do Senado Federal, ressalvada a expressão “norma ou”, para substituir o inciso IV do art. 29 do projeto da Câmara dos Deputados;

33 — a expressão “na data da licitação” do § 1º do art. 28 do substitutivo do Senado Federal para substituir a expressão “desde há pelo menos 6 (seis) meses antes da data da licitação” da alínea “a” do § 1º do art. 29 do projeto da Câmara dos Deputados;

34 — o § 2º do art. 28 do substitutivo do Senado Federal para figurar como § 2º do art. 29 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se os §§ 2º, 3º, 4º e 5º para §§ 3º, 4º, 5º e 6º;

35 — o § 4º do art. 28 do substitutivo do Senado Federal para figurar como § 4º do art. 29 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se os §§ 4º, 5º e 6º para §§ 5º, 6º e 7º;

36 — o § 6º do art. 28 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 3º do art. 29 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-o para § 5º do mesmo artigo;

37 — a expressão “de alta complexidade técnica” do **caput** do art. 114 do substitutivo do Senado Federal para substituir as expressões “com complexidade técnica e/ou executiva” e “a apresentação de proposta detalhada demonstrando a compreensão da natureza e grandeza dos problemas e respectivas soluções, o planejamento, a organização e os recursos tecnológicos de equipamentos e pessoal técnico a serem empregados”

do § 2º do art. 43 do projeto da Câmara dos Deputados, que passa a figurar como § 8º do art. 29;

38 — o § 1º do art. 114 do substitutivo do Senado Federal, com supressão da expressão “para fins do disposto neste artigo”, para figurar como § 9º do art. 29 do projeto da Câmara dos Deputados;

39 — o § 2º, ressalvada a expressão “na hipótese do parágrafo anterior” e o § 3º do art. 29 do substitutivo do Senado Federal, para figurar como §§ 4º e 5º do art. 30 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se o § 4º para § 6º;

40 — o § 3º do art. 30 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 4º do art. 31 do projeto da Câmara dos Deputados;

41 — o § 5º do art. 30 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 6º do art. 31 do projeto da Câmara dos Deputados;

42 — o inciso III do art. 31 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso III do art. 32 do projeto da Câmara dos Deputados;

43 — o inciso V do art. 31 do substitutivo do Senado Federal, ressalvada a expressão “inclusive pelas obrigações referidas nos arts. 67 a 69”, para figurar como inciso V do art. 32 do projeto da Câmara dos Deputados;

44 — o inciso XI do art. 38 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso X do art. 39 do projeto da Câmara dos Deputados;

45 — as expressões “cinco dias úteis” e “devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113” do § 1º do art. 40 do substitutivo do Senado Federal para substituir as expressões “3 (três) dias úteis” e “hipótese em que a impugnação, no prazo de 24 horas, será remetida para o Ministério Público pronunciar-se sobre a mesma”, constantes do § 1º do art. 40 do projeto da Câmara dos Deputados;

46 — o caput do art. 41 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 5º do art. 41 do projeto da Câmara dos Deputados;

47 — o caput do art. 42 do substitutivo do Senado Federal para substituir o caput do art. 42 do projeto da Câmara dos Deputados;

48 — o caput e o § 1º do art. 43 do substitutivo do Senado Federal para substituir o caput e o § 1º do art. 43 do projeto da Câmara dos Deputados;

49 — o inciso I do art. 44 do substitutivo do Senado Federal para substituir o inciso I do § 1º do art. 44 e os arts. 45 e 46 do projeto da Câmara dos Deputados;

50 — os §§ 2º e 3º do art. 44 do substitutivo do Senado Federal para figurarem como §§ 4º e 5º do art. 44 do projeto da Câmara dos Deputados;

51 — o § 3º do art. 46 do substitutivo do Senado Federal para figurar como § 4º do art. 50 do projeto da Câmara dos Deputados;

52 — o art. 49 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 3º do art. 52 do projeto da Câmara dos Deputados;

53 — o § 2º do art. 52 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 2º do art. 55 do projeto da Câmara dos Deputados;

54 — os incisos III e IV do art. 53 do substitutivo do Senado Federal para substituir os incisos III e V do art. 56 do projeto da Câmara dos Deputados;

55 — o caput e o § 1º do art. 55 do substitutivo do Senado Federal para substituírem o caput e o § 1º do art. 54 do projeto da Câmara dos Deputados;

56 — o § 2º do art. 54 do substitutivo do Senado Federal, com supressão da expressão “quando exigidas”, para substituir o § 2º do art. 57 do projeto da Câmara dos Deputados;

57 — o inciso III do art. 55 do substitutivo do Senado Federal para figurar como inciso III do art. 58 do projeto da Câmara dos Deputados;

58 — o § 4º do art. 55 do substitutivo do Senado Federal para figurar como § 3º do art. 58 do projeto da Câmara dos Deputados;

59 — o caput do art. 59 do substitutivo do Senado Federal para substituir o caput do art. 62 do projeto da Câmara dos Deputados;

60 — o caput do art. 60 do substitutivo do Senado Federal para substituir o caput do art. 63 do projeto da Câmara dos Deputados;

61 — o caput do art. 63 do substitutivo do Senado Federal para substituir o caput do art. 66 do projeto da Câmara dos Deputados;

62 — a alínea “a” do inciso I do art. 63 do substitutivo do Senado Federal para substituir a alínea “a” do inciso I do art. 66 do projeto da Câmara dos Deputados;

63 — a alínea “b” do inciso II do art. 63 do substitutivo do Senado Federal para substituir a alínea “b” do inciso II do art. 66 do projeto da Câmara dos Deputados;

64 — o § 2º do art. 63 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 2º do art. 66 do projeto da Câmara dos Deputados;

65 — a expressão “da obra ou do serviço” do § 2º do art. 71 do substitutivo do Senado Federal para substituir a expressão “da obra” do § 2º do art. 74 do projeto da Câmara dos Deputados;

66 — o caput do art. 81 do substitutivo do Senado Federal para substituir o caput do art. 84 do projeto da Câmara dos Deputados;

67 — o § 4º do art. 113 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 2º do art. 91 do projeto da Câmara dos Deputados;

68 — o § 2º do art. 114 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 2º do art. 92 do projeto da Câmara dos Deputados;

69 — o § 1º do art. 116 do substitutivo do Senado Federal, com supressão da expressão “projeto como definido no inciso VII do art. 6º”, para figurar como § 1º do art. 94 do projeto da Câmara dos Deputados;

70 — o § 2º do art. 116 do substitutivo do Senado Federal, com supressão da expressão “as quais convocarão ao controle social da gestão pública por intermédio da imprensa oficial, entidades civis organizadas da localidade”, para figurar como § 2º do art. 94 do projeto da Câmara dos Deputados;

71 — o § 4º do art. 116 do substitutivo do Senado Federal, como supressão das expressões, “seguintes” e “se previstas”, para figurar como § 3º do art. 94 do projeto da Câmara dos Deputados;

72 — os §§ 5º, 6º e 7º do art. 116 do substitutivo do Senado Federal para figurarem, respectivamente, como §§ 4º, 5º e 6º do art. 94 do projeto da Câmara dos Deputados;

73 — a expressão “na mesma periodicidade e proporção da variação”, do art. 121 do substitutivo do Senado Federal para substituir a expressão “no primeiro dia de cada trimestre

do ano civil na mesma proporção e variação" do art. 98 do projeto da Câmara dos Deputados;

74 — o art. 120 do substitutivo do Senado Federal, ressalvada a expressão "no prazo de cento e vinte dias, a contar da publicação desta Lei", para figurar como art. 100 do projeto da Câmara dos Deputados, renumerando-se os arts. 100 e seguintes.

Comunico, ainda, que foram aprovados os seguintes destaques de votação em separado:

Nº 13; a fim de suprimir do inciso II do art. 6º do substitutivo do Senado Federal a palavra "concreta";

Nº 20 do inciso VIII do art. 6º do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substitutivo ao inciso XIV do art. 6º;

Nº 22 do inciso XI do art. 6º do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso XII do art. 6º;

Nº 23 do **caput** do art. 7º do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao § 2º do art. 7º;

Nº 24 do inciso II do art. 7º do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma do inciso II do § 2º do art. 7º, renumerando-se os incisos seguintes;

Nº 42 do art. 11 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao art. 11 e seu parágrafo único;

Nº 48 do **caput** do art. 13 do substitutivo do Senado Federal para substituir o **caput** do art. 14 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 54 do inciso V do art. 14 do substitutivo do Senado Federal para inclusão no art. 15 do projeto da Câmara dos Deputados, após o inciso IV, antes do § 1º;

Nº 62 do inciso I do art. 15 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso I do art. 17;

Nº 70 da alínea "f" do inciso II do art. 15 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma de alínea "f" do inciso II do art. 17;

Nº 81 da expressão "escolha de trabalho técnico, científico", constante do § 4º do art. 19 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à expressão "escolha de trabalho técnico", constante do § 4º do art. 22;

Nº 82 da expressão "venda de bens móveis inservíveis para a Administração, ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados", constante do § 5º do art. 19 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à expressão "venda de bens inservíveis para a Administração, ou de produtos legalmente apreendidos", constante do § 5º do art. 22;

Nº 83 dos §§ 6º e 8º do art. 19 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma de §§ 7º e 8º do art. 22;

Nº 91 da expressão "prorrogação dos respectivos contratos", do inciso III do art. 22 do substitutivo do Senado Federal, para incluir no inciso IV, *in fine*, do art. 24 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 97 do inciso IX do art. 22 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma de inciso do art. 24, eliminando-se em consequência o inciso IV do art. 25, de mesmo teor, e incluin-

do-se o inciso IX em apreço entre as hipóteses de dispensa alcançadas pelo art. 26;

Nº 106 do § 3º do art. 23 do substitutivo do Senado Federal, para incluir no art. 25 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 110 dos arts. 26 e 27 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao art. 28, resguardando a forma de dois artigos distintos, adaptando-se na redação final as referências remissivas feitas ao atual art. 28;

Nº 114 da expressão "de grande vulto", constante do § 2º do art. 31;

Nº 146 do inciso III do art. 37 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma de inciso III do art. 37, renumerando-se os incisos seguintes;

Nº 147 do inciso VI do art. 37 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso V do art. 37;

Nº 148 do inciso IX do art. 37 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso VIII do art. 37;

Nº 170 do inciso IV do art. 42 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso IV do art. 42;

Nº 171 do inciso VI do art. 42 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso VI do art. 42;

Nº 172 do § 3º do art. 42 do substitutivo do Senado Federal para substituir o § 3º do art. 42 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 181 das expressões "nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento, durabilidade" e "concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha do licitante, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório", constantes do § 1º do art. 44 do substitutivo do Senado Federal, para acrescentar ao § 3º do art. 47 do projeto da Câmara dos Deputados, após a expressão "reconhecida qualificação";

Nº 190 dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 47 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma de §§ 1º a 4º do art. 56, renumerando-se os demais artigos;

Nº 191 do § 1º do art. 48 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao § 1º do art. 52;

Nº 196 do § 1º do art. 51 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao § 1º do art. 54;

Nº 203 da expressão "ou a inexigiu" do inciso XI do art. 53 do substitutivo do Senado Federal para incluir após a expressão "a dispensou" do inciso XI do art. 56 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 204 do art. 54 do substitutivo do Senado Federal para substituir o art. 57 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 219 do inciso IV do art. 55 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na forma de inciso do art. 58;

Nº 221 da expressão "de que resulte", constante da alínea "f" do § 1º do art. 55 do substitutivo do Senado, para substituir

a expressão "em que resulte", constante do inciso VI do art. 58 do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 225 do inciso II do art. 56 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso II do art. 59, fazendo-se a remissão constante do dispositivo ao "inciso I do art. 80" do projeto da Câmara dos Deputados;

Nº 244 da alínea "c" do inciso II do art. 63 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à alínea "c" do inciso II do art. 66;

Nº 249 da expressão "respeitados os limites estabelecidos no § 1º", constante do § 3º do art. 63 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à expressão "respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior", constante do § 3º do art. 66;

Nº 257 do art. 68 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao art. 71;

Nº 258 do art. 69 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao art. 72;

Nº 266 do § 3º do art. 71 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à expressão "60 (sessenta) dias", constante do § 3º do art. 74;

Nº 267 da expressão "executado em desacordo com o contrato", constante do art. 74 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à expressão "se em desacordo com o contrato", constante do art. 77;

Nº 269 do inciso VI do art. 76 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao inciso VI do art. 79;

Nº 283 da expressão "ou no contrato", constante do caput do art. 80 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, na parte final do art. 83, após a expressão "instrumento convocatório";

Nº 295 dos arts. 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107 e 108 do substitutivo do Senado Federal, para incluí-los no texto da Câmara dos Deputados, ressalvado: no art. 88, a expressão "em ação popular constitucional"; no art. 88, a expressão "em ação popular constitucional"; no art. 92, a expressão "injustamente"; no art. 94, o seu parágrafo único;

Nº 307 da expressão "ou aos órgãos de controle interno", constante do § 1º do art. 113 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, no § 1º do art. 91, entre as expressões "Tribunal de Contas" e "contra irregularidades na aplicação desta lei";

Nº 342 do art. 119 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em artigo próprio;

Nº 346 da expressão "os valores fixados por esta lei", constante do art. 121 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição à expressão "os valores fixados nos arts. 18 e 23 desta lei", constante do caput do art. 98;

Nº 353 do art. 126 do substitutivo do Senado Federal, com vistas a sua inclusão no texto da Câmara dos Deputados, em substituição ao art. 101.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta fada, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Wilson Campos**, Primeiro-Secretário.

(Projeto enviado à sanção em 28-5-93)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 539, DE 1993

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 9 de junho do corrente.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — Senador **Flaviano Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Fica concedida licença solicitada, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 540, DE 1993

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "A Morte de Carlos Castelo Branco: O Único "Papa" do Jornalismo Brasileiro", publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, edição de 2 de junho de 1993.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — Senador **Gilberto Miranda Batista**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 541, DE 1993

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Requerimento nº 515, de 1993, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — **César Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Aprovado o requerimento, o requerimento a que se refere figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 542, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 38, I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL, no período de 1990 e até a presente data.

Justificação

Os fatos a seguir relatados, no entender do Requerente, configuram graves lesões ao patrimônio da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL:

1. Desde o início sua gestão, nos primórdios do Governo Collor, a administração do Sr. Amílcar Gazaniga, atual Presidente da Eletrosul, tem sido marcada por um enorme despreparo nos campos técnico e administrativo, além de veementes indícios de falta de zelo no trato da coisa pública.

2. Com efeito, objetivando implantar o modelo imposto pelo Governo Collor, por meio da Secretaria Nacional de Energia, a atual diretoria da Eletrosul iniciou promovendo uma denominada "reforma administrativa" com a qual reduziu em 1.743 empregados o seu quadro de pessoal. Ocorre que ao contrário do esperado, medida tão drástica não trouxe qualquer resultado positivo para o propalado "saneamento" da Empresa, pois foi adotado, sem critério seguro, um "plano de incentivo", que tornou a demissão voluntária atraente apenas para os trabalhadores mais antigos, justamente aqueles mais qualificados e que melhor conheciam a empresa e o sistema.

3. O primeiro resultado desse malsinado processo de "enxugamento" foi o incremento do número de ações trabalhistas, hoje montando a algumas centenas, que somadas ao significativo passivo trabalhista já existente (estimado em cerca de US\$100 milhões), comprometerão, por muitos anos, o equilíbrio financeiro da Eletrosul.

4. Todavia, as seqüelas mais graves dessa atabalhoada política estão concentradas, sobretudo, na Diretoria de Operações da Eletrosul, onde os níveis de eficiência foram particularmente comprometidos.

5. A propósito, basta conferir o que consigna a Correspondência Interna DO-080/92, datada de 26-5-92, anexo (doc. nº 1), da qual é oportuno pinçar alguns trechos, *in verbis*:

"Isto levou a algumas disfunções que, como exemplo, citamos:

- em todas as Usinas há carência de pessoal de manutenção;

- a área de operação da UTAL (Usina Termelétrica de Alegrete) não conta com pessoal mínimo para operação simultânea de seus dois grupos (neste verão foi necessário reforçar a equipe com pessoal de Tubarão e de Charqueadas);

- os setores diretamente ligados ao apoio à operação em tempo real do COSI (Centro de Operações do Sistema) estão abaixo do mínimo viável para um supor adequado;

- a operação simultânea dos quatro grupos de UTCH (Usina Termelétrica de Charqueadas) só é possível com "dobras" de turno, em face da insuficiência de pessoal;

- as áreas de manutenção mecânica e geral da UTAL (Usina Termelétrica de Alegrete) e de UTCH (Usina Termelétrica de Charqueadas) estão com pessoal insuficiente para execução dos serviços rotineiros;

- a área de Engenharia de Manutenção de Termelétricas carece de pessoal especializado;

- se as 4 unidades de Jorge Lacerda A tivessem que operar simultaneamente, 50% do efetivo de operadores dos bancos térmicos teriam que dobrar de turno;

- ainda em Jorge Lacerda, em 1991 tiveram que ser realizados 21% de horas extras a mais do que em 1990. Nos primeiros 4 meses de 1992 o acréscimo foi de 40%;

- a área de manutenção de telecomunicação teve uma redução localizada de 32% do pessoal especializado da DRMT, acarretando grande deficiência em manutenção do

sistema de Microondas, Teleproteção e dos sistemas digitais de transmissão de dados;

- a área de equipamentos de transmissão perdeu todos os engenheiros especialistas em transformadores de força da DEOM. A Eletrosul tem 126 transformadores no sistema "(fls. 11/12 daquele documento).

6. Ainda do mesmo documento (fls. 14/17), se pode verificar que, devido às dificuldades financeiras da Empresa, houve significativa redução "no ritmo de trabalho da manutenção, levando a situações de riscos atuais ou potenciais", o que trouxe graves reflexos no Sistema de Transmissão. Usinas Térmicas e Usinas Hidrelétricas, sendo de destacar, ainda, um dos trechos de fls. 17, segundo o qual "a queda nos índices de disponibilidade das Usinas, tanto hidráulicas quanto térmicas, representa perda de receita, pela redução da energia disponível para contratação. Os efeitos desta perda se prolongam por vários anos, já que os valores contratados se baseiam na disponibilidade média do histórico".

7. Igualmente grave, por outro lado, é que a estratégia proposta pela atual Diretoria de Operações da Eletrosul, para contornar o problema de falta de pessoal especializado, consiste sobretudo em "maximizar, no conveniente, a contratação de serviços de terceiros", "aprofundando a política de contratação de serviços auxiliares, estendendo esta política para contratação de serviços de engenharia" (fls. 24 do doc. citado). Em suma, é um estilo bem conhecido, marca registrada do nada saudoso Governo Collor, que infelizmente ainda mantém seus tentáculos na Administração daquela Empresa.

8. Corroborando o quadro de desacertos acima descrito, temos o anexo documento nº 4, que consubstancia expediente encaminhado ao então Ministro das Minas e Energia, em fins de agosto de 1992, pela Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil.

9. Lamentavelmente, também no campo da moralidade administrativa há fortes indícios que muito tem deixado a desejar a atual administração da Eletrosul, valendo referir, a esse propósito, que a chamada "CPI do PP", em seu relatório, deixou bem claro que somente a liberação de recursos da Eletrosul, patrocinadora da ELOS, viabilizou a malfadada compra de 400 milhões de ações da SADE por aquele fundo de pensão, fato que já ensejou, inclusive, a instauração de Inquérito Civil Público na Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina (doc. nº 2).

10. A essa constatação ajunte-se, ainda, a recente denúncia de direcionamento do resultado de uma licitação em favor da empresa TOWERS PERRI, para a implantação de um sistema de cargos e salários (doc. nº 3), assim como as irregularidades já apuradas por este Tribunal no exame dos contratos para construção da UTE's Jorge Lacerda IV e JACUÍ I (TC — 650 257/92-8), objeto também de Requerimento de Informações formulado pelo ilustre Senador Eduardo Suplicy (doc. nº 5).

11. Todo o acima exposto, inegavelmente, denota que a atual administração da Eletrosul tem-se caracterizado por uma sucessão de atos cujo resultado foi o completo sucateamento daquela importante empresa, a configurar um caso típico de gestão ruínoza do patrimônio público.

12. Nessas condições, e considerando que o controle externo, engloba a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial não só a da União, mas também das entidades da administração direta e indireta (art. 38, I, da Lei 8.443/92), inclusive quanto à economicidade de

seus atos de gestão, espero da Egrégia Corte de Contas a cabal auditoria dos fatos aqui marcados, além de outros que fatalmente surgirão, uma vez realizada a auditoria na

Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — ELETROSUL.
Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — Senador **Dirceu Carneiro**.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL

Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 353 - Pentanah - CEP 88048 - Florianópolis - SC

CORRESPONDÊNCIA INTERNA.

DO-080/92

26.05.92

Para: DOS/DPL/DPR/DTR/CPR/CMS/DJL

Ref.: Reformulação da Diretoria de Operação

Com a presente estamos encaminhando cópia do documento NOVA FILOSOFIA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DE OPERAÇÃO - DO, já apresentado ao Presidente e demais Diretores da ELETROSUL e cujas linhas gerais já são conhecidas, uma vez que as Chefias de Departamento participaram de sua elaboração.

A filosofia proposta no documento, qual seja, regionalização e descentralização com autoridade e autonomia controladas e centralização da engenharia de manutenção, deve ser tomada como um dado de entrada - uma meta a ser alcançada.

A organização resultante e a sua forma de implantação são as variáveis a serem debatidas e desenhadas em conjunto.

A discussão e o entendimento claro do que se pretende e sobre o que caberá a cada uma das áreas, existentes ou a serem criadas, é pré-condição para o sucesso desta empreitada, cujo primeiro passo está sendo dado agora.

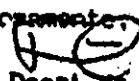
Estamos programando, como movimento seguinte, em datas a serem marcadas, debates com a participação de todos os gerentes da DO, para discutir o conteúdo da proposta para que todos tenham dela o mesmo entendimento.

Com a participação de todas as Chefias de Departamento, pretendemos antecipar respostas para grande parte das questões que naturalmente deverão surgir. Como resultado esperamos uma definição inicial da estrutura até o nível de Departamentos e a resposta às questões básicas envolvidas.

A partir daí, e com o envolvimento cada vez maior e de todos os níveis, cada Departamento pensará na sua organização interna, que, num prazo a ser fixado, deverá ser compatibilizado com os demais.

Para tanto, solicitamos a leitura do documento e sua divulgação interna à área, para a participação de todos é fundamental.

Atenciosamente,


Flávio Decal de Moura
Diretor de Operação

Anexo: citado
cc. PRE/DA/DF/DC

**NOVA FILOSOFIA DE ATUAÇÃO DA
DIRETORIA DE OPERAÇÃO - DO**

13. Maio. 1992

1. OBJETIVO

2. HISTÓRICO

- 2.1 A Evolução da Estrutura
- 2.2 A Expansão do Sistema
- 2.3 A Reforma Administrativa
- 2.4 As Dificuldades Orçamentárias

3. A NOVA FILOSOFIA DE AÇÃO

3.1 Regionalização das Atividades de Operação e Manutenção

- 3.1.1 Implantação de Unidades de Produção
- 3.1.2 Implantação de Centros Regionais de Produção
- 3.1.3 Implantação de Núcleos Avançados de Manutenção
- 3.1.4 Integração da Engenharia de Manutenção

3.2 Descentralização das Atividades de Operação, Transmissão e de Suporte Administrativo

- 3.2.1 Orçamento da DO de forma Global
- 3.2.2 Implantação da Gestão Orçamentária por Área
- 3.2.3 Implantação da Assessoria de Gestão
- 3.2.4 Descentralização das Contratações de Serviço

3.3 Racionalização do Procedimentos e Recursos

3.3.1 Reavaliação de Métodos, Processos e Periodicidade de Manutenção

3.3.2 Redistribuição de recursos entre as Áreas

3.3.3 Redimensionamento das Equipes

3.3.4 Preparação de Equipes para Novas Instalações

3.3.5 Maximização de Contratação de Serviços

4. RESULTADOS ESPERADOS

4.1 Regionalização

4.2 Descentralização

4.3 Racionalização de Procedimentos

5. CONCLUSÃO

5.1 Redução de Pessoal

5.2 Redução de Despesas

5.3 Aumento da Eficiência

6. CRONOGRAMA

1. OBJETIVO

Este documento visa consolidar as bases da reformulação da DO, que se faz necessária após o término da reforma administrativa, estabelecendo os passos a serem dados no sentido de se buscar a otimização dos recursos disponíveis ao processo de produção.

Pretende-se constituir no ponto de partida para motivação e debates do

corpo funcional da DO, o que certamente conduzirá ao aperfeiçoamento da mesma.

2. HISTÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

A DO foi originalmente estruturada por função, com 4 Departamentos: de Geração, de Transmissão, de Operação do Sistema e de Planejamento. Este critério de estruturação, com ampliações, prevaleceu em sua forma pura até a incorporação do Mato Grosso do Sul, em 1982, quando foi criado o CMS (Centro Regional do Mato Grosso do Sul), a nível de Departamento.

Foi o primeiro passo em direção a uma regionalização. No caso, a justificativa foi a distância e a dificuldade de comunicação.

Em 1990 foi feita uma ampla reestruturação, na qual a tônica foi a compactação: dos 8 Departamentos existentes,

DGH - Departamento de Geração Hidráulica

DGT - Departamento de Geração Térmica

CMS - Divisão Regional de Operação e Manutenção do Mato Grosso do Sul

DTR - Departamento de Transmissão

DMS - Departamento de Manutenção do Sistema

DTL - Departamento de Telecomunicações

DPL - Departamento de Planejamento

DOS - Departamento de Operação do Sistema,

resultaram os cinco seguintes:

DPR - Departamento de Produção

DJL - Departamento do Complexo Jorge Lacerda

DTR - Departamento de Transmissão

DPL - Departamento de Planejamento

DOS - Departamento de Operação do Sistema.

Em 1991 ocorreu novo movimento em direção à regionalização com a criação dos Centros Regionais do Paraná (CPR) e do Mato Grosso do Sul (CMS) que absorveram, nas suas respectivas regiões, as funções executivas de operação e manutenção, que eram do DTR, e as funções de representação e apoio que eram exercidas pelos Escritórios Regionais.

O movimento, no entanto, não se completou: primeiro, porque se restringiu a dois estados, e segundo, porque não incorporou todas as funções. As Usinas do Paraná, por exemplo, continuam ligadas ao DPR.

Em anexo é apresentado o organograma atual.

2.2 A EXPANSÃO DO SISTEMA

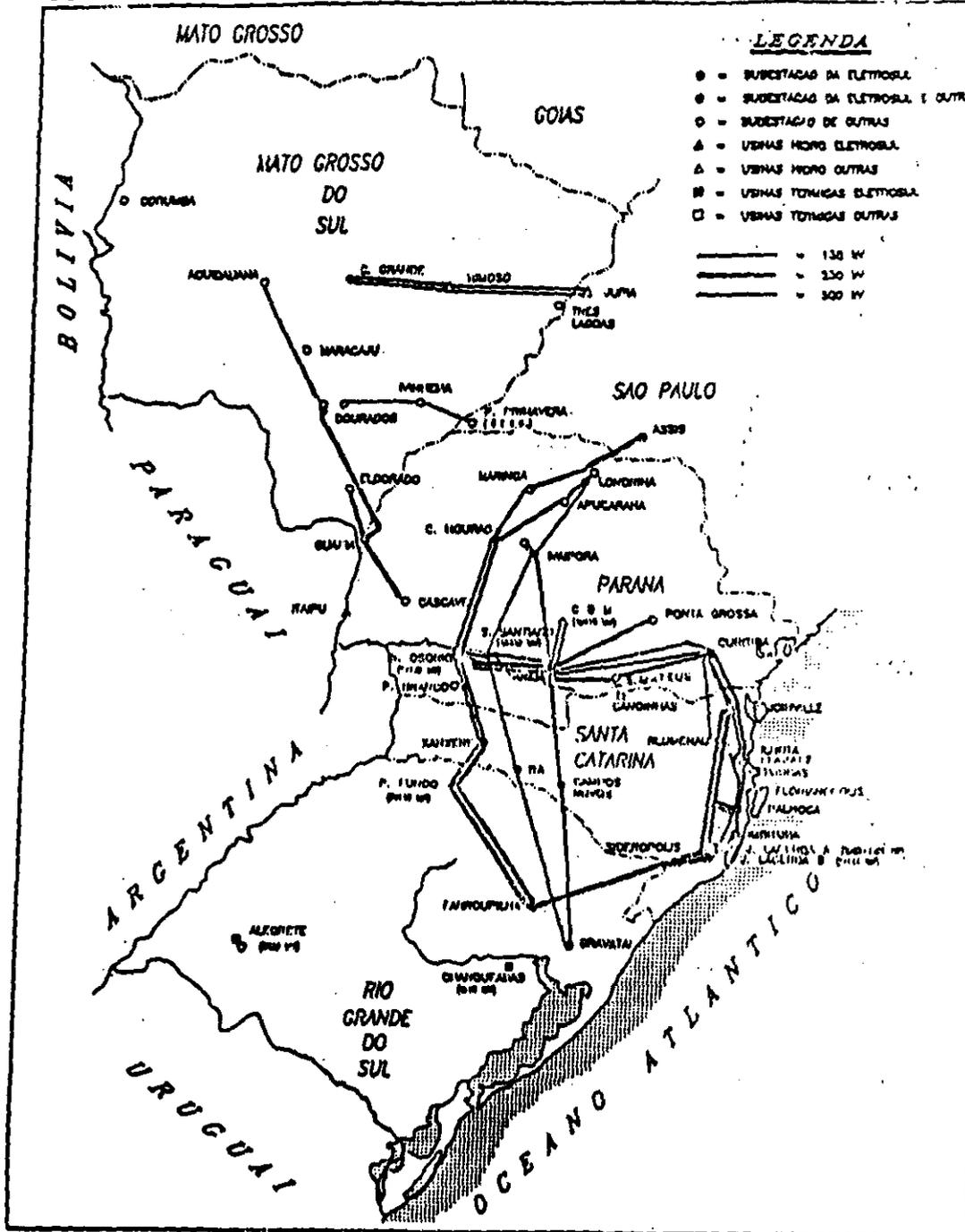
Nos últimos 10 anos a ELETROSUL não teve qualquer expansão na sua capacidade de geração. Neste mesmo período, entretanto, praticamente duplicou a extensão das linhas de transmissão em operação e a capacidade de transformação em decorrência do compromisso de repasse a cerca de 2100 MW de potência da Usina de Itaipu. A situação atual é a seguinte:

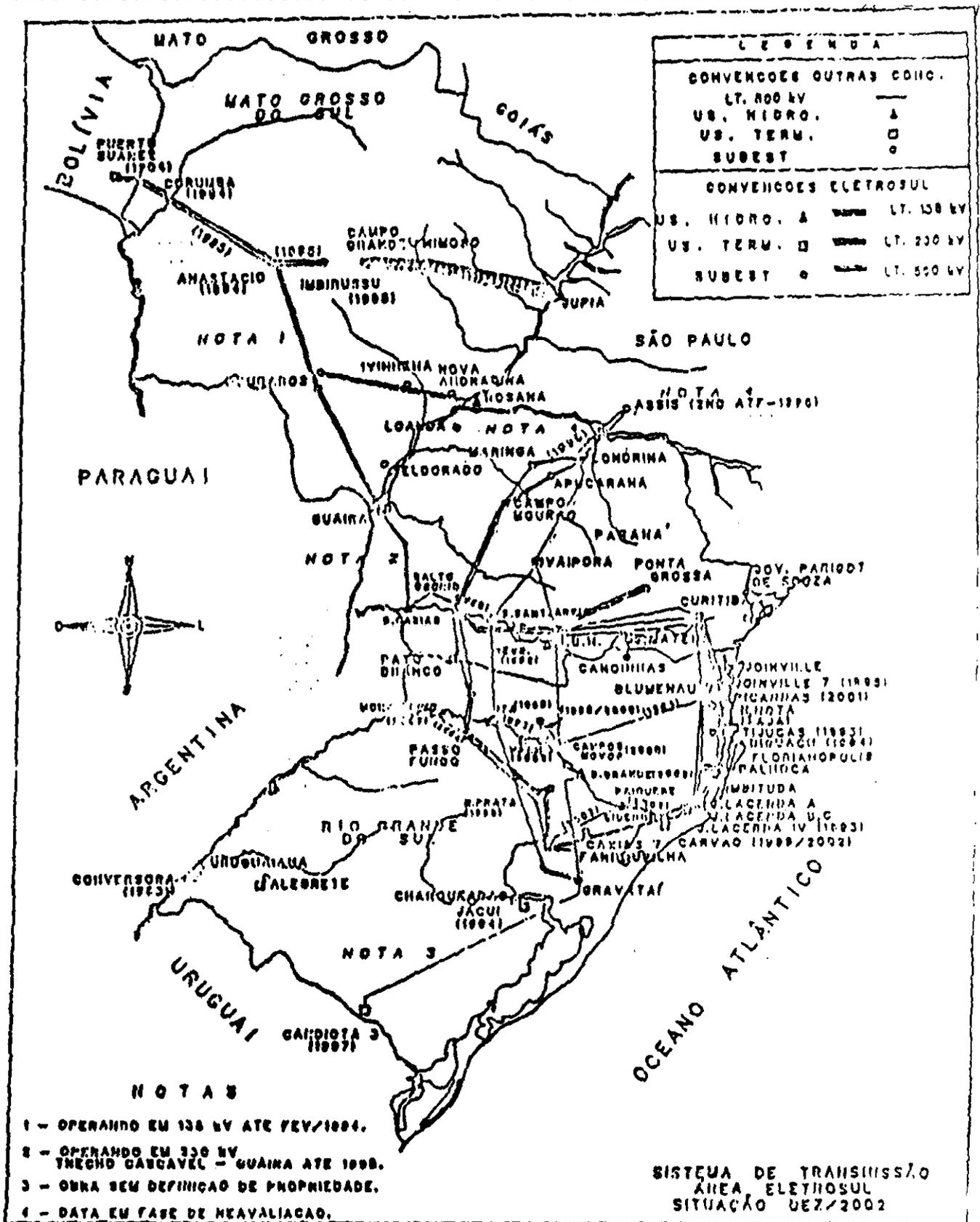
Fator de Produção	Estados				TOTAL
	RS	SC	PR	MS	
Número de Usinas	3	2	7	-	7
Capac. Geração (MW)	358	482	2382	-	3222
Número Subestações	5	11	8	2	26
Número de Bays	72	174	90	17	353
Núm. Transformadores	37	51	34	4	126
km Linha	1233,9	2048,1	3.392,3	1292,7	8.000,4
Capac. Transformação (MVA)	3052,3	4756,1	6.609,4	225	14.642,8

Os mapas seguintes apresentam, respectivamente, a situação atual e planejada para 2001.

CONFIGURACAO DO SISTEMA

F. 605
SITUACAO EM DEZ. DE 1991





Nossa visão prospectiva temos que, até o final da década, mais 3 usinas deverão entrar em operação (JL IV, Jacuí e Itá) e outras 3 estarão em construção (Garabí, Campos Novos e Carvão 50 MW). Outra instalação, com entrada em serviço prevista para breve, é a Conversora de Uruguaiana, tendo em vista que o contrato de intercâmbio de energia secundária com a Argentina está prestes a ser assinado.

Prevê-se, ainda, a construção de cerca de 2.000 Km de linhas de transmissão e um aumento na capacidade de transformação da ordem de 1.500 MVA, até o ano 2000.

A JL IV, que deverá ser a primeira a entrar em operação, necessitará de um quadro total de 104 empregados, dos quais apenas a metade já foi admitida. A previsão atual é que os outros 52 devem ser admitidos até o final do ano em curso, para atender o início de operação no final de 1993.

No caso de Jacuí, com início de operação previsto oficialmente para o final de 1994, o quadro inicialmente dimensionado é de 184 empregados. Destes, 16 foram admitidos e posteriormente absorvidos como operadores a UTCH, para suprir carências.

2.3 A REFORMA ADMINISTRATIVA

No transcorrer da reforma administrativa ocorrida entre meados de 1990 e fevereiro de 1992, a Empresa atingiu o número previsto para seu quadro de pessoal a seguir:

FORÇA DE TRABALHO	POSIÇÃO EM		REDUÇÃO	
	31.03.90	30.04.92		
PRE	202	136	66	33%
DA	966	584	382	40%
DC	1371	643	728	53%
DI	282	207	75	27%
DO	2792	2309	483	17%
TOTAL	5613	3879	1734	31%

Neste processo, a redução líquida de 483 empregados (17%) da DO foi obtida principalmente pelo mecanismo da demissão incentivada e das aposentadorias, o que atingiu o pessoal mais antigo e qualificado da Empresa e conduziu a uma distribuição aleatória do corte entre as diversas áreas, conforme pode ser visto nos quadros seguintes:

**EMPREGADOS DEMITIDOS DA "DO" POR ÁREA E LOCAL
JANEIRO/90 A MAIO/92**

Área Atuação	Local	SEDE	CENTROS REGIONAIS	USINA	TOTAL
Nível Superior		30	40	12	82
Operação		02	35	100	137
Manutenção		08	97	104	209
Administrativo		06	37	29	72
Serviços Gerais		-	17	18	35
TOTAL		46	226	263	535

Obs.: Inclui demitidos de outras áreas quando da transferência para a DO.

EMPREGADOS DEMITIDOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E CARGO

ÁREA / CARGOS	SEDE	USINAS	C. REGIONAIS	TOTAL
ENGENHEIROS	23	05	34	62
TÉCNICOS NÍVEL SUPERIOR	04	--	06	10
ADMINISTRADORES	--	03	--	03
MÉDICOS	--	03	--	03
OUTROS	03	01	--	04
TOTAL NÍVEL SUPERIOR	30	12	40	82
OPERADOR DE EQUIPAMENTO	--	06	04	10
MOTORISTAS	--	02	09	11
AUX. SERVIÇOS GERAIS	--	04	04	08
CARP. / PEDREIROS / PINTORES	--	06	--	06
TOTAL SERVIÇOS GERAIS	--	18	17	35
ASSIST. ADMINISTRATIVO	02	05	16	23
ASS. PES/CONT/MAT/SUP/FIN	--	10	04	14
AUX. PES/ADM/MAT/FIN	01	08	08	17
ALMOXARIFES/AJUANTES ALMOX.	--	02	03	05
TEC. SEG. TRAB. / AUX. ENFERMAGEM	--	04	--	04
COPEIROS/VIGILANTES	--	--	05	05
PROGRAMADOR COMPUTADOR	01	--	--	01
SECRETÁRIAS	02	--	01	03
TOTAL ADMINISTRATIVO	06	29	37	72

OPERADORES	--	79	27	106
TÉCNICOS OPERADORES	02	17	12	31
ELETRICISTAS	--	09	21	30
MECÂNICOS/LUBRIFICADORES	--	24	--	24
TÉC. MANUTENÇÃO	02	44	59	105
AUX. MANUTENÇÃO	01	06	07	14
ASSIST. TÉCNICO/AUX. TÉCNICO	01	05	--	06
DESENHISTA/PROJETISTA	02	--	--	02
TÉC. LABORAT./LABORATORISTA	02	--	01	03
INSPECTOR LT/TÉC. INSPECTOR LT	--	--	03	03
OFICIAL DE MANUT. CONSERVAÇÃO	--	07	02	09
FISCAL OBRA TRABALHO	--	01	--	01
TÉC. MONTAGEM/FUNILHEIRO/SOLD.	--	12	--	12
TOTAL OPERAÇÃO/MANUTENÇÃO	10	204	132	346
TOTAL GERAL	46	263	226	535

Isto levou a algumas disfunções que, como exemplo, citamos:

- . em todas as Usinas há carência de pessoal de manutenção;
- . a área de operação da UTAL (Usina Termelétrica de Alegrete) não conta com pessoal mínimo para operação simultânea de seus dois grupos (neste verão foi necessário reforçar a equipe com pessoal de Tubarão e de Charquendas);
- . os setores diretamente ligados no apoio à operação em tempo real do COSI (Centro de Operação do Sistema) estão com o contingente abaixo do mínimo viável para um suporte adequado;
- . a operação simultânea dos quatro grupos de UTCII (Usina Termelétrica de Charquendas) só é possível com "dobras" de turno, face à insuficiência de pessoal;
- . as áreas de manutenção mecânica e geral da UTAL (Usina Termelétrica Alegrete) e de UTCII (Usina Termelétrica de Charquendas) estão com pessoal insuficiente para execução dos serviços rotineiros;
- . a área de Engenharia de Manutenção de Termelétricas carece de pessoal especializado.

se as 4 unidades de Jorge Lacerda A tivessem que operar simultaneamente, 50% do efetivo de operadores dos bancos térmico teriam que dobrar turno. Para cumprir o programa de férias, 17% do efetivo total teria que dobrar turno.

ainda em Jorge Lacerda, em 1991 tiveram que ser realizadas 21% de horas extras a mais do que em 1990. Nos primeiros 4 meses de 1992 o acréscimo foi de 40%.

a área de manutenção de telecomunicação teve uma redução localizada de 32% do pessoal especializado da DRMT, acarretando grande deficiência em manutenção do sistema de Microondas, Teleproteção e dos sistemas digitais de transmissão de dados.

a área de equipamentos de transmissão perdeu todos os engenheiros especialistas em transformadores de força da DEOM. A ELETROSUL tem 126 transformadores no sistema.

Uma idéia mais precisa da situação atual do quadro da DO, é apresentado, a seguir, em um quadro com a distribuição do pessoal por tipo de atividade.

DIRETORIA DE OPERAÇÃO

QUADRO DE LOTAÇÃO POR FUNÇÃO: ABRIL/92

FUNÇÕES	INSTALAÇÕES/SERVIÇOS	USINAS	USINAS	SUBESTAÇÕES	LINHAS	COMUNICAÇÕES	DIRETORIA/
		TÉRMICAS	HIDRELÉTRICAS		TRANSMISSÃO		OPERAÇÃO
		2 x 30 MW	2 x 110 MW	26 SE's	8.000 km	ESTACOES	OPERACAO
		2 x 66 MW	4 x 333 MW	4176 RELES	17.000 ESTRU-	TELEFONIA	SUPERVISAO
		2 x 125 MW	5 x 175 MW	1404 EQUIP. RECIBAO	TURAS	TELEPROTECAO	(PLANT)
		2 x 33 MW		353 BAYS		TELEPROCESS	
		4 x 18 MW				TELEOPTICA	
						TELECOMPT	
						COMPT-TELEF	

1983	4.759	92,6	6.506	6270,3	5166,1	1,04	1,25
1984	4.703	96,6	6.164	6580,0	5977,1	0,94	1,03
1985	6.068	100,0	7.682	6580,0	6145,1	1,17	1,25
1986	8.830	101,9	10.970	6580,0	6111,1	1,67	1,00
1987	14.462	105,7	17.321	7472,2	6286,1	2,32	2,75
1988	17.269	109,9	19.893	7750,8	7064,1	2,57	2,53
1989	14.779	115,3	16.227	7966,3	8677,1	2,04	1,87
1990	9.482	121,5	9.880	7971,3	8671,1	1,24	1,14
1991	6.523	126,6	6.523	7971,3	8671,1	0,82	0,75

Obs.: De 1986 a 1989 deve ser considerado o efeito acumulado dos planos econômicos sobre a taxa cambial - Cr\$ valorizado em relação ao dólar.

Da carência de recursos no período decorreu a redução no ritmo de trabalho da manutenção levando a situações de riscos atuais ou potenciais, como segue;

2.4.1 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

- Desligamento em LT's devido à problemas decorrentes da não limpeza de faixas, troca de isoladores e corrosão nas torres de transmissão.

Falha em transformadores e reatoras devido à corrosão dos acessórios e alta degradação do óleo isolante.

- Falha em equipamentos de manobra (Disjuntores e Seccionadoras) devido ao acentuado grau de corrosão e prazos para revisões gerais ultrapassados.

2.4.2 USINAS TÉRMICAS

- Diminuição da confiabilidade e disponibilidade das máquinas, com perspectivas de custos elevados de recuperação, decorrente de falhas

ou acidentes devido às sucessivas postergações das revisões gerais das unidades geradoras. Por exemplo:

a unidade 5 da UTLB, cuja revisão vem sendo postergada desde 1990, já está com 70.000 de horas de operação, quase o dobro do recomendado para a revisão geral (40.000 horas);

a unidade 2 da UTLA, que deveria estar recuperada em 50 dias, já está 6 meses em manutenção devido, principalmente, à dificuldade de suprimento de peças e contratação de serviços;

os moinhos de carvão estão operando sem reserva por falta dos fundidos;

Falha no sistema de abastecimento de carvão de Jorge Lacerda devido ao estado adiantado de corrosão das estruturas metálicas e passarelas das correias transportadoras.

- Grande quantidade de equipamentos importantes (bombas, compressores, etc...) desmontados nas oficinas aguardando peças de reposição.
- Ruptura da correia de transporte de carvão, comum à UTLA e UTLB, devido à demora no fornecimento da correia reserva.

2.4.3 USINAS HIDRELÉTRICAS

- Indisponibilidade da Usina de Passo Fundo - UIPF devido a problemas nos polos dos geradores e nas vedações das válvulas-borboleta dos condutos forçados.
- Indisponibilidade da Usina de Salto Osório - UIISO e Usina de Salto Santiago - UISS devido a problemas de cavitação nas turbinas (um dos grupos da UISS já está operando com limitações).

Além da carência de recursos, a própria morosidade na definição dos valores orçados tem levado à postergações de manutenção cujas conseqüências são semelhantes às arroladas acima.

3. A NOVA FILOSOFIA DE AÇÃO

Resumindo a situação atual, podemos destacar:

- O processo de descentralização baseado na reestruturação por área geográfica não se completou por não terem sido criados os Centros Regionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Dos Centros existentes, o do Paraná (CPR), não abrange todas as unidades em sua área de atuação (as Usinas Hidrelétricas são subordinadas à Sede) e ainda executa de forma centralizada a maior parte das atividades de manutenção do sistema de transmissão e de telecomunicações. Não há unidade de comando nas áreas onde foram alocadas equipes avançadas de manutenção de transmissão e telecomunicações;
- a crise financeira que, a exemplo de todo o Setor, se abateu sobre a ELETROSUL, levou a uma administração centralizada do caixa que limitou a autonomia que os gerentes possuíam. Os problemas de manutenção, naturalmente se agravaram.
É importante destacar que a queda nos índices de disponibilidade das Usinas, tanto hidráulicas como térmicas, representa perda de receita, pela redução da energia disponível para contratação. Os efeitos desta perda se prolongam por vários anos, já que os valores contratados se baseiam na disponibilidade média do histórico.
- a reforma administrativa, ao adotar o plano de demissão incentivada, tornou o processo de enxugamento menos doloroso, mas teve como conseqüência um processo não controlado de desligamento de pessoal. Conseqüentemente, algumas áreas da DO, por contarem com um quadro de

personal mais antigo, sofreram um impacto maior do que outras áreas, seja porque contavam com mais aposentáveis, seja porque o valor dos incentivos era mais acentuado. Isto afetou o contingente de pessoas destinadas a suprir futuras necessidades. Vários treinandos de JL IV, por exemplo, foram deslocados e estão sendo utilizados na operação das instalações já existentes;

- o impacto de todos estes problemas, tornou o ambiente na DO extremamente favorável à implantação de uma nova filosofia de ação que tivesse como base um processo de reconstrução.

A análise destes pontos conduziu a uma proposta de nova filosofia de ação para a DO, que pode ser itemizada como segue:

.REGIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

.DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DE SUPORTE ADMINISTRATIVO

.RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E RECURSOS

Esta nova filosofia de ação, já em início de implantação na DO, tem como pilar básico a racionalização de métodos e recursos com o uso intensivo dos próprios gerentes em todos os níveis:

Os seus três vetores principais, Regionalização da Estrutura, Descentralização de Atividades e Racionalização de Procedimentos e Recursos:

. prepararam a Empresa para responder com sucesso às esperadas alterações institucionais do Setor;

criam unidades de produção com comando unificado em cada área industrial, regionalizando de fato a estrutura da Diretoria;

atribuem orçamento às áreas com liberdade de administração, permitindo ao gerente transferir recursos de pessoal para manutenção ou contratação de serviços. Os ganhos orçamentários obtidos são de administração da própria área. Como exemplo prático já realizado, a desativação do Almoxarifado de Pinheirinho (PR) permitiu a utilização de recursos, poupados com a cessação do aluguel, na implantação do Núcleo de Manutenção de Guarapuava. Mais recentemente a transferência do Escritório do centro de Curitiba para junto da Subestação está ensejando o uso dos recursos na implantação dos Núcleos de Manutenção de Londrina e Salto Santiago;

descentralizam o processo de contratação de serviços hoje concentrado em um único órgão (na Sede);

concentram as atividades de engenharia de manutenção hoje dispersas em 4 áreas; otimizando recursos e introduzindo a variável custo na análise das rotinas de manutenção.

3.1 REGIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

3.1.1 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO NAS USINAS E SUBESTAÇÕES

O conceito de unidade de produção prevê comando unificado em cada área industrial, o orçamento individualizado e liberdade controlada de administração. O controle da operação, manutenção e administrativo será exercido por centros regionais dos quais serão cobrados os resultados das metas definidas;

3 1.2 IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS REGIONAIS DE PRODUÇÃO

Complementar a implantação do Centro Regional do Paraná com a transferência do controle das Usinas de Salto Santiago e Salto Osório que hoje é feito pela Sede;

Implantar os Centros Regionais de Produção do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cada um abrangendo todas as unidades de produção de sua área de atuação, que não necessariamente respeitarão os limites geográficos dos estados;

3.1.3 IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS AVANÇADOS DE MANUTENÇÃO

Continuar redistribuindo recursos da manutenção de transmissão e telecomunicações de forma otimizada pelo sistema, porém no conceito de unidades de produção;

3.1.4 CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO EM UMA ÚNICA ÁREA

Agrupar em um único órgão estas atividades que hoje são exercidas em quatro áreas diferentes:

- Engenharia de Manutenção de Telecomunicação
- Engenharia de Manutenção de Termelétricas
- Engenharia de Manutenção das Hidrelétricas, e
- Engenharia de Manutenção de Transmissão.

3.2 DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DE SUPORTE ADMINISTRATIVO

3.2.1 ORÇAMENTAÇÃO DA "DO" DE FORMA GLOBAL

Além da parcela MSO (materiais, serviços e outras despesas) correspondente a 10% do total, orçar também as necessidades de pessoal, diretas e indiretas, e de suporte administrativo, que tradicionalmente ficavam em orçamentos centralizados na DA.

3.2.2 IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA POR ÁREA

Atribuir aos gerentes a responsabilidade da gestão orçamentária, permitindo a transferência de recursos entre itens do orçamento e entre áreas de responsabilidade.

3.2.3 IMPLANTAÇÃO DE ASSESSORIA DE GESTÃO

Controlará as metas estabelecidas e a gestão orçamentária realizada pelas áreas (unidades de produção e centros regionais). Será o órgão controlador das transferências de recursos entre itens orçamentários e entre áreas de responsabilidade.

3.2.4 DESCENTRALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

Atribuir aos Centros Regionais e às Unidades de Produção as contratações de serviços, nos seus limites de responsabilidade, minimizando prazos e custos.

3.3 RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E RECURSOS

3.3.1 REAVALIAÇÃO DOS MÉTODOS, PROCESSOS E PERIODICIDADE DE MANUTENÇÃO, CONSIDERANDO ASPECTOS DE CUSTOS E FUNÇÃO DO EQUIPAMENTO

Com a integração da Engenharia de Manutenção será possível a equalização da cultura técnica hoje dispersa, simultaneamente à

reavaliação das regras de manutenção, diferenciando-se as intervenções das equipes de manutenção em função da importância do equipamento para o Sistema. Também deverá ser considerado o custo nos seus diversos aspectos: da manutenção preventiva em vários níveis de intervenção e periodicidade e da manutenção meramente corretiva.

3.2 REDISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DE PESSOAL, MATERIAL, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS PELAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E CENTROS REGIONAIS

Em decorrência da regionalização e reavaliação dos critérios de manutenção, haverá necessidade de redistribuição de recursos entre as áreas.

3.3.3 REDIMENSIONAMENTO DAS EQUIPES DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, ENGENHARIA E SUPORTE DA "DO"

A implantação da estrutura e dos procedimentos anteriormente descritos, conduzirá a um novo dimensionamento das equipes da DO. Será de grande utilidade a análise comparativa do desempenho de unidades de produção independentes.

Deverão também ser considerados os índices do Setor Elétrico que estão em elaboração sob a coordenação da ELETROBRÁS.

3.4 PREPARAÇÃO DAS EQUIPES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA NOVAS INSTALAÇÕES

As necessidades de recrutamento e treinamento para a expansão do sistema serão revistas em função das alterações em processamento e compatibilizadas com o redimensionamento das equipes.

Paralelamente deve ser considerada a necessidade de renovação do quadro em decorrência da aposentadoria dos atuais empregados, que

deverá aumentar significativamente nos próximos anos, principalmente em atividades de operação e manutenção.

3.3.5 MAXIMIZAR, NO CONVENIENTE, A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS. Continuar aprofundando a política de contratação de serviços auxiliares, estendendo esta política para contratação de serviços de engenharia.

4. RESULTADOS ESPERADOS

4.1 REGIONALIZAÇÃO

A consideração de todas as usinas e subestações como unidades de produção fará com que os serviços nestas unidades, sejam executados sob comando único, local, por sua vez subordinado ao Centro Regional da Área.

Isso, aliado ao rearranjo das funções de manutenção e operação, à autonomia gerencial e à cobrança sistemática de resultados por parte de um órgão de gestão, levará a uma avaliação permanente do quadro e seu natural ajustamento.

A curto prazo a diminuição de atividades de apoio administrativo possibilitará a diminuição da quantidade de pessoal nesta função.

4.2 DESCENTRALIZAÇÃO

A delegação aos gerentes das áreas de autoridade e autonomia na gestão dos recursos disponíveis, resultará em agilidade nos procedimentos administrativos (aquisições, administração de pessoal, contratação de serviços, etc...). Por outro lado, a cobrança por resultados, a partir daí dependentes em maior escala dos próprios gerentes, deverá levar a um uso racional dos recursos, com a constante preocupação na busca de menor custo.

A existência de unidades de produção, equivalentes e independentes, deverá permitir uma comparação de desempenho das equipes e dos gerentes.

As linhas mostras de uma política de minimização de custos já estão, inclusive, definidas. Segundo esta política, devem ser contratados os seguintes tipos de serviço:

- a) serviços rotineiros não vinculados diretamente às atividades-fins da Empresa (limpeza, conservação, vigilância, portaria, serviço de copa, serviço médico, operação de central telefônica, transporte de carga, transporte de pessoal, etc...);
- b) serviços eventuais com utilização intensa de mão-de-obra pouco ou não qualificada (limpeza de faixas de servidão de linhas de transmissão, reforma de alvenaria refratária de caldeiras, pintura de edificações, etc...);
- c) serviços eventuais com utilização de mão-de-obra qualificada, sob supervisão de pessoal da Empresa (soldadores e esmerilhadores para reparo de cavitação de turbinas, pintura de tubulações forçadas e equipamentos, etc...);
- d) supervisão de serviços especiais de manutenção (revisão dos conversores de frequência da UCH, serviços complexos de manutenção de equipamentos no local, etc...);
- e) reparos em equipamentos de grande porte ou complexos (reparo de transformadores, polos de máquinas geradoras, eixos de turbinas, compressores e motores de maior porte, etc...). Estes reparos exigem ferramentas e instalações que a Empresa não possui (nem compensa ter);

f) serviços especiais de operação, de engenharia de manutenção e estudos de engenharia e de operação.

Esta política de contratação de serviços, se adequadamente aplicada, permite minimização do quadro de pessoal e otimização de sua utilização.

4.3 RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Ao mesmo tempo em que serão criadas as unidades de produção, descentralizadas e com autonomia, únicas responsáveis pelas atividades executivas na área de manutenção, será centralizada a atividade de engenharia de manutenção. Com esta medida e a conseqüente especialização de funções, tanto as atividades executivas como as de engenharia deverão ganhar em qualidade, resultando em aprimoramento de técnicas e redução substancial de custos.

Ao longo do tempo a ELETROSUL desenvolveu 4 diferentes métodos da Engenharia de Manutenção: Hidrelétricas, Termelétricas, Sistemas de Transmissão e Telecomunicações.

Esses 4 métodos, embora coerentes em termos de filosofia básica, guardam entre si significativas diferenças conceituais e de procedimentos.

A reestruturação da DO, ora em estudo, unificando as Engenharias de Manutenção das diversas áreas de atuação viabilizando a adoção de um único método, trará ganhos a curto prazo, embora não imediatos. É inegável que resultará em otimização de recursos computacionais, redução do número de formulários, melhor utilização da mão-de-obra, etc...

No entanto, na fase inicial da unificação, um grande esforço deverá ser desenvolvido com o objetivo de adequar as 4 diferentes áreas à nova situação, até a obtenção dos resultados finais esperados.

A unificação das Engenharias de Manutenção, mais do que apenas a adoção do método único e mais racional, representará uma oportunidade única de se ter um significativo "salto qualitativo" na área de manutenção da ELETROSUL. A modernização da atividade (adoção de novas tecnologias, utilização intensa de monitoramento "on-line", contratação de consultoria, etc...), embora seja preocupação constante das áreas, é realizada em ritmo lento, uma vez que as exigências da rotina acabam por deslocar os esforços investidos na inovação.

A oportunidade da unificação será também a oportunidade para enfatizar as mudanças de procedimentos, utilizando o que há de melhor em cada um dos métodos existentes e propiciando a adoção de tecnologias mais modernas de manutenção, onde a preocupação com a redução dos custos propiciará aperfeiçoamentos significativos nos planos de inspeção de equipamentos. A médio prazo, sem qualquer dúvida, este esforço redundará em maior racionalização, que permitirá, até mesmo, o redimensionamento das equipes de manutenção, sem qualquer perda de qualidade.

A conseqüente redução das equipes propiciará o remanejamento de pessoal, diminuindo a necessidade de admissão do quadro para novas unidades e para substituição do pessoal aposentado.

A nível de operação uma primeira providência que se coloca é a obtenção de uma boa integração entre a UTCII e Jacuí. Com isto o contingente de 184 empregados inicialmente previsto, poderá ser reduzido para 130. Deste total cerca de 50 deveriam ser admitidos 36 meses antes do início da operação, outros 40 deveriam ser selecionados

com 24 meses de antecedência e os 40 restantes até 12 meses antes do início da operação.

Medida equivalente poderá ser implantada em Alegrete em relação à Conversora de Uruguaiana.

Finalmente, a revisão natural e permanente do quadro e as medidas aqui propostas, geram a expectativa de que grande parte das carências atuais e da formação do quadro das novas unidades passem a ser supridas com remanejamentos internos.

5. CONCLUSÃO

Resumidamente a adoção desta nova filosofia de organização deverá levar aos seguintes resultados:

5.1 REDUÇÃO DE PESSOAL

O rearranjo das funções de manutenção e operação, a redução das necessidades de apoio administrativo da Sede às áreas descentralizadas, o aumento do nível de contratações e a mudança de procedimentos deverá levar a uma redução na necessidade de empregados, ensejando, também a reavaliação das necessidades de pessoal para as novas áreas (JL IV, Jacuí e Uruguaiana, no curto prazo).

5.2 REDUÇÃO DE DESPESAS

Pelos mesmos motivos do item anterior, estima-se uma redução das despesas operacionais da DO de 20% em relação ao realizado em 1990, se não forem computados os serviços especiais de grande porte, atrasados, e os itens transferidos de outras áreas, como seguros e reposição de estoques, principalmente.

3 AUMENTO DA EFICIÊNCIA

A preocupação constante na melhor decisão entre contratar serviços com terceiros ou realizá-los com pessoal próprio, a cobrança sistemática de resultados por parte de um órgão de controle, a agilidade decorrente da maior autonomia das chefias intermediárias e o conseqüente aumento da responsabilidade destas mesmas chefias, entre outros fatores, deverão levar a um aumento gradativo da eficiência. Os resultados foram estimados nos itens precedentes.

Pode-se esperar, contudo, outros benefícios, como melhoria do nível gerencial, maior motivação, etc... que, a médio e longo prazos, poderão melhorar ainda mais os resultados previstos.

Um dos mecanismos imaginados, para uma maior motivação e experiência mais diversificada, é a adoção do rodízio planejado das chefias.

Os resultados, evidentemente, serão de médio e longo prazos, mas seguramente compensarão o esforço dispendido na implantação da medida.

CRONOGRAMA

Tentativamente se estabelece o seguinte cronograma para a reavaliação do quadro de pessoal:

Discussão, Definição e Implantação da Nova Estrutura
a nível de Departamento MAI-JUN/92

Implantação dos Núcleos Avançados e Unidades de
Produção e adequação da estrutura até

o nível de Setores.....	MAI-DEZ/92
.Adequação do Quadro (dispensas, remanejamento).....	JUN-DEZ/92
Estimativa Aposentadorias Próximos Anos.....	AGO-SET/92
.Definição Necessidades Pessoal Novas Instalações.....	AGO-SET/92
.Plano de Remanejamento, Admissões, Treinamento.....	SET-DEZ/92
.Análise do Estabelecimento de Rotina de Rodízio de Chefias	DEZ/92

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 02/92

CONSIDERANDO denúncia formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Estado de Santa Catarina, apontando irregularidades nas negociações entre a ELETROSUL e os consórciados de empresas fornecedoras de equipamentos destinados às Us nas Termelétricas Jacuí e Jorge Lacerda IV, aduzindo, em síntese que há indícios de que estejam sendo renegociados tais contratos, em prejuízo da ELETROSUL, e em desacordo com os pareceres técnicos da própria empresa, CONSIDERANDO que, em resposta à requisição de esclarecimentos, a empresa limitou-se a aduzir, em síntese, que as negociações ainda estão em desenvolvimento, não tendo havido, ainda, qualquer acordo, e CONSIDERANDO, ainda denúncia constante do expediente, publicada na imprensa (O ESTADO DE SÃO PAULO, de 10.06.92) de demissão de funcionários que apresentam denúncias in verbis "envolvendo a diretoria da Eletrosul com o 'esquema PP' e de apropriação indébita de US\$ 50 milhões de contribuições dos empregados que a empresa teria deixado de recolher ao fundo" (fls. 35), DETERMINO a abertura de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para investigar as denúncias acima relatadas, determinando, desde logo a audiência de:

- 1) CLAUDIUS CHARLES GIRARD, ex-curador representante dos empregados no fundo de pensão da Eletrosul (fls. 23);
- 2) MAURO GUIMARÃES PASSOS, signatário da representação de fls. 01/03;
- 3) Oficiar ao Egrégio Tribunal de Contas da União, solicitando informações sobre a auditoria nas contas da Eletrosul requerida pelo Senado Federal (fls. 23);
- 4) Oficiar ao representante, dando notícia da instauração do inquérito, bem como da resposta da Eletrosul, de fls., para indicar, se puder, outros meios de prova auxiliares no aqui apurado.

Florianópolis, 23 de julho de 1992.

MARCO AURELIO INIZIA RYDYS

PROCURADOR CONCLUI INQUÉRITO E PROPÕE AFASTAMENTO NA ELETROSUL

Aydos concluiu investigação das denúncias de superfaturamento em obras da Eletrosul e envio de relatório na compra de ações da Saic

CAM NOTÍCIAS

Depois de 11 meses de trabalho, o procurador da República no Estado, Marquês Filho, apresentou o relatório de investigação na compra de ações da Saic.



Dados Aydos, com o conteúdo do inquérito civil é o relatório de Marquês Filho, que durante vários anos realizou as investigações das denúncias de superfaturamento em obras da Eletrosul. No documento conclusivo de 16 páginas, o procurador destaca as denúncias do funcionário: "... A Eletrosul adquiriu diversos equipamentos a preços superiores aos do mercado, entre os quais um gerador elétrico, comprado por 11 milhões de dólares e cujo preço de mercado era de 10 milhões de dólares".

PARALISAÇÃO. Em 1989, o procurador concluiu a investigação das denúncias de superfaturamento em obras da Eletrosul e enviou relatório na compra de ações da Saic.

Depoimento assegura prática de sobrepreço

Antes de iniciar sua condução, o procurador da República no Estado destaca que se tratam de denúncias de superfaturamento de obras, acompanhadas de documentos que podem restabelecer a verdade sobre o que se passou em um empreendimento. Ele esclarece que provas são necessárias, documentos, referências ao depoimento de Altino Marquês Filho, hoje detido na prisão.

Um exemplo foi a aquisição de bombas, fornecidas pela Cobrasma, não fabricada por ela e cuja especificação técnica limitava a aquisição a Suíça. Este caso é confirmado por duas engobas. Na compra de ações da Saic pela Fundação Elos, fundo de pensão da Eletrosul, há indícios de materialidade de crime. A direção de fiscalização C-30, em 1991, ao sair que a Elos não tinha recursos para comprar (internamente) a Eletrosul passou a dar em crédito e não aderiu à liquidação. O processo foi arquivado. A denúncia foi encaminhada à Justiça.

Marquês Filho, que também assinou o DAC 2166/91, assegura que o sobrepreço ocorreu em todas as aquisições de equipamentos decorrentes dos contratos de Jorge Lucerna 4 e Jacuri 1. Segundo ele, as despesas foram de 10 milhões de equipamentos, mas as suas quantidades foram superiores à maioria, direção das obras determinadas pelos engenheiros e autorizados.

de denúncia: aponta a falta de um equilíbrio de contas em que a Eletrosul passaria de credora a credora dos consórcios, pois estes faturaram e receberam valores superiores às entregas realizadas ou ao projetado e a Elos. Marquês Filho afirma que houve substituição de parâmetros das obras com os seus dados, visando obter diferenças de quatro a seis vezes mais do mercado.

sinergia

Picramidópolis, 07 de janeiro de 1993
Correspondência nº 10/93

~~Excmo.~~

DE ITAMAR FRANCO
D D Presidente da República

Senhor Presidente,

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, a gestão do Senhor Amílcar Gazaniga, frente à Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL, principal estatal do Sul do Brasil, tem sido marcada por inúmeras irregularidades (vide nossa correspondência de 06/10/92 - protocolo 00002.003109/92-71).

Esta semana uma nova irregularidade foi comprovada e divulgada nos meios de comunicação. Trata-se de uma Licitação com vícios de origem, conforme documentação em anexo.

Por isto, mais uma vez, estamos pedindo à Vossa Excelência providências que resultem no fim de tão nefasta administração.

Atenciosamente,



Mauro Guimarães Passos

Coordenador da Intersindical do Sul do Brasil

Anúncio denuncia fraude em concorrência

□ Segundo sindicato, licitação da Eletrosul para contratação de multinacional tinha "cartas

Florianópolis — O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis denunciou ontem fraude na concorrência promovida pela Eletrosul, no dia 5 de novembro, que culminou com a contratação da multinacional americana Towers Perri para o desenvolvimento de um sistema de cargos e salários automatizado pelo valor de US\$ 75 mil. Como prova de que a licitação estava de "cartas marcadas" o sindicato apresentou um anúncio cifrado publicado no dia 20 de novembro, no Classificado do jornal O Estado em que anuncia, antes das propostas serem abertas, o nome da empresa vencedora e o valor do contrato. Além disso, o diretor do

sindicato, Glauco Carvalho, registrou em cartório no dia 19 do mesmo mês quem venceria a concorrência.

A denúncia provocou um grande alvoroço na diretoria da empresa que se reuniu com o presidente Amílcar Gazaniga para preparar uma resposta oficial. Segundo o coordenador da Comissão de Implantação do Plano de Cargos e Salários, Geasy Correa, era sabido em toda a Eletrosul que a Towers Perri era a única que tinha um sistema automatizado através de computador (WJK), conforme foi apurado em uma pesquisa de mercado anterior. "Poderíamos te-

la contratado por notória competência, mas preferimos abrir licitação para nos certificar de que outra firma não desenvolveria trabalho semelhante". Ele não explicou, contudo, como os sindicalistas sabiam de antemão o valor exato do contrato. Receberam a carta-convide 17 empresas, mas apenas três — a Coopers & Lybrand, Status e a Towers apresentaram proposta.

Alertado por um funcionário da Eletrosul, o sindicato publicou um anúncio em que constava o tempo do serviço, o nome da empresa de três para frente (Revmimip), o custo da consultoria e a data em que as propostas seriam recebidas e abertas em código tele-

fônico, além do nome dos responsáveis. Jorge e Geasy, invertidos. O caso será denunciado ao presidente Itamar Franco e aos ministros das Minas e Energia e Economia.

Os serviços da Towers, que tem sede nos Estados Unidos e filial, em São Paulo, começaram a ser desenvolvidos no dia 15 de dezembro na Eletrosul. Até o dia 31 de março o sistema que apoiará uma nova política de cargos e salários deverá ser concluído e o trabalho pago. A primeira parcela será liberada no final de janeiro, segundo Geasy. Assinam a licitação o presidente da estatal e o diretor administrativo Ilário Pasin.

ELETROSUL

Concorrência pública é questionada

FLORIANÓPOLIS – O Sindicato dos Eletricistas de Santa Catarina denuncia ontem ter havido fraude na concorrência pública feita pela direção da Eletrosul na contratação da empresa para elaborar o plano de cargos e salários dos funcionários. Segundo o presidente do sindicato, Mauro Pastos, a concorrência foi fraudulenta e direcionada para a empresa de consultoria Towers Perrin, de São Paulo, sair vencedora. “No dia 19 de dezem-

bro, um dia antes de serem abertas as propostas de três empresas, já sabíamos que a ganhadora seria a multinacional Towers”, garante Pastos. Como garantia, o Sinergia registrou no dia 19 no cartório Silva Jardim o resultado da concorrência.

O diretor administrativo da Eletrosul, Ilário Pazim garante que não houve fraude na concorrência vencida pela Towers. “O processo

licitatório foi legal”, diz Pazim. Para ele, o novo plano de cargos e salários que será elaborado pela Towers para os quase 4 mil funcionários, nos estados do sul, não vai prejudicar o corpo funcional e sim disciplinar a carreira dos empregados da empresa. O sindicato alega que serão gastos cerca de 75 milhões de dólares para a empresa fazer o novo plano de cargos e salários.

JORNAL DE SANTA CATARINA (BLUMENAU)

7/01/93

Geral

1-11-93

DIÁRIO CATARINENSE 33

V ELETROSUL

Sindicato denuncia fraude em licitação

Requisito de concorrência para escolha de consultoria foi antecipado por anúncio e documento. Caso será levado à Presidência da República

O presidente do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, Mauro Passos, denunciou que a

direção da Eletrosul fez uma licitação viciada, e mostrou

dois documentos comprovando que o resultado da concorrência pública foi antecipado pela entidade. Já o diretor administrativo da empresa, Diário Perissin, afirmou que o processo foi correto e que a vencedora é a Towers Perrin, empresa que tem sistema computadorizado de consultoria para elaborar o plano de

cargos e salários dos funcionários da Eletrosul.

No dia 5 de novembro do ano passado, foi aberta a tomada de preços para a contratação do serviço de consultoria e as propostas foram recebidas e abertas às 14 horas do dia 20 de novembro. Porém, no dia 19, o sindicato registrou no Cartório Silva Jardim, no centro de Florianópolis, que a Towers venceria e, no dia seguinte, publicou num jornal um anúncio em código revelando a licitação e dando o preço: 75 mil dólares. Segundo Mauro Passos, a denúncia foi anônima e chegou à entidade por telefone.

ções na Eletrosul. Depois disso, explica, alguém deve ter comentado com o preço deveria ficar acima de 70 mil dólares, o que está dentro dos parâmetros internacionais.

CONSEQUÊNCIA - O presidente do sindicato disse que hoje o comitê nacional dos eletricistas entregará denúncia à Presidência da República, ao Ministério da Minas e Energia e à Eletrobrás. Ele afirmou também que a entidade não deverá entrar na Justiça contra a direção da Eletrosul porque este é um papel da Procuradoria Geral da República, que trata dos interesses da União. Segundo Diário Perissin, é possível que hoje a diretoria da Eletrosul faça uma reunião geral com os funcionários da empresa para tratar da denúncia e do plano de cargos e salários.

Passos argumenta que a licitação só confirmou a expectativa que a direção da Eletrosul tinha, de que a Towers ganharia a concorrência, pois apresentou o melhor serviço, e isto deve ter vazado. Sobre o preço publicado pelo sindicato, ele alega que antes das propostas serem abertas, cinco empresas fizeram demonstra-

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE (FLORIANÓPOLIS)

4/01/93

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

Charqueadas, 28 de agosto de 1992

Rxno. Sr.

Dr. Marcus Vinícius Prati de Moraes

M.D. Ministro das Minas e Energia

Senhor Ministro,

Os Sindicatos de eletricitários que atuam nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e representam os empregados das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL, há muito vêm manifestando a sua discordância e a preocupação com os rumos adotados pela direção da Empresa.

É do conhecimento do Governo Federal - tanto por parte do seu ministério como da Secretaria Nacional de Energia e da própria Eletrobrás -, dos Governos Estaduais, Comissões de Energia e do Trabalho na Câmara, da Procuradoria Geral da República e da própria sociedade, o descaso técnico e administrativo que se implantou na ELETROSUL.

Para reiterar estas afirmações, os sindicatos prepararam o relatório em anexo onde fica caracterizada a irresponsabilidade da atual administração da Empresa.

Saudações Sindicais.

- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Tubarão
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidro e Termelétrica de Lagoa
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Vale do Itajaí
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Norte do Estado de Santa Catarina
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Urbana do Estado do Paraná
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Londrina
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Maringá
- Sindicato dos Administradores de Santa Catarina
- Associação dos Profissionais da Eletrosul

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

I - A ELIETROSUL

Principal estatal do Sul do país a ELIETROSUL, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., é a responsável pela geração e transmissão da energia elétrica consumida nos estados do Rio Grande do Sul (60%), Santa Catarina (95%), Paraná (10%) e Mato Grosso do Sul (95%).

Sendo a energia elétrica um dos principais insumos da economia, e a Região Sul uma das mais pujantes regiões do País, entende-se perfeitamente o papel relevante desta estatal na região como agente de desenvolvimento e propulsora de bem estar social.

A vida desta Empresa fica bem caracterizada em cada década. Na década de 70 se instalou como empresa, colocando a disposição da sociedade um parque gerador e um sistema de transmissão em alta tensão extremamente confiáveis, que asseguraram, por muitos anos, o fornecimento da energia elétrica necessária a região.

O parque gerador era, inicialmente, constituído por 2 Usinas Hidrelétricas (Passo Fundo/RS e Salto Osório/PR), com 6 grupos geradores e uma capacidade total de 920 MW e, 5 Usinas Termoeletricas (Alegrete/RS, Charquendas/RS, Jorge Lacerda V/SC, Jorge Lacerda II/SC e Cipivari/SC), com uma capacidade de 517 MW, que totalizava uma potência instalada de 1437 MW.

Na década de 80, o que se observa são dois momentos extremamente distintos. Até a primeira metade da década, a ELIETROSUL segue o seu programa de obras e a sua política de desenvolvimento, acrescentando no sistema mais 1807 MW, correspondendo um acréscimo de 124% na sua capacidade instalada. Isto se deu, através da entrada do grupo 2 de Jorge Lacerda V/SC (125 MW), do grupo 5 e 6 de Salto Osório/PR (350 MW) e da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago/PR (1332 MW).

Já a partir de 1985, o que se observa é uma pulverização de recursos em várias obras, sem a conclusão de nenhuma delas. As Usinas Hidrelétricas de Ilha Grande/PR e II/SC cujas obras iniciaram na segunda metade da década de 80, estão literalmente paradas. As Usinas Termoeletricas de Jorge Lacerda IV e Jacuí I, que também tiveram o início das suas obras neste período seguem o mesmo caminho. O resultado desta política irresponsável e nefasta é de mais de 1 bilhão de dólares investidos sem nenhum retorno possível, a médio prazo.

Já na década de 90, diante de um quadro de dificuldades do setor elétrico, o Governo Federal busca atacar o problema através de uma política tarifária, com correções acima da inflação, e de uma Reforma Administrativa voltada única e exclusivamente para demissões em massa de trabalhadores do setor. Simplificava desta forma o problema, achando que a solução estava em reduzir despesas e aumentar receitas.

No caso particular da ELIETROSUL, o problema central é do conhecimento e todos. Trata-se de um acervo de obras inacabadas que não foi contemplado pela política do governo para o setor. As obras continuam paradas, sem trazer o devido retorno para a empresa. Diante a isso a chamada "Reforma Administrativa" se mostrou na prática, um dos ma-

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

irresponsáveis atos de gestão que se tem conhecimento. A diretoria da Empresa adotou um plano de incentivo, sem nenhum critério, atrevente apenas aos trabalhadores mais amigos, justamente aqueles que melhor conheciam a empresa e o sistema. O resultado deste plano de incentivo foi o pedido de demissão de 11(K) empregados só no ano de 1991. Além do dinheiro gasto com a saída destes trabalhadores, o custo maior foi a perda de grande parte da memória técnica da empresa. Como se não bastasse a desorganização administrativa criada, a atual administração tratou com completo descaso a manutenção do sistema elétrico existente, cujos resultados já podem ser percebidos na própria perda de confiabilidade do mesmo. O exemplo mais recente e o mais grave, foi o blecaute ocorrido em Florianópolis, que dia 30 de julho p.p. deixou uma capital de estado cinco horas às escuras.

2 - DESEMPENHO DA ATUAL ADMINISTRAÇÃO

- 1990/91

Neste item procuramos, a partir de dados levantados na própria ELETROSUL, mostrar os efeitos na área administrativa, de construção e operacional de uma gestão caótica, sem nenhuma preocupação com o futuro da Empresa.

2.1 - NA ÁREA ADMINISTRATIVA

No início de 1990 a ELETROSUL tinha 5613 empregados. Através de um programa de incentivo oneroso e sem nenhum critério, a ELETROSUL reduziu a sua força de trabalho em 1734 empregados.

Este processo de "enxugamento", obtido pelo instrumento de demissão incentivada, foi acompanhado de um clima de terror que até hoje perdura dentro da Empresa, fazendo com que os empregados saíssem extremamente insatisfeitos com a atual administração. Isto resultou no incremento de centenas de ações trabalhistas e que somadas ao significativo passivo trabalhista já existente (cerca de US\$ 100 milhões), comprometerá, por muitos anos, a imagem da ELETROSUL perante a sociedade.

Infelizmente, não é só na área trabalhista que a atual diretoria da ELETROSUL, vai deixar um passivo de herança para quem vier substituí-la. Tão grande quanto a dívida trabalhista é a dívida que a Empresa, irresponsavelmente, vem acumulando com sua Fundação de Previdência e Assistência Social - ELOS.

Além, cabe ressaltar que sobre a dívida da ELETROSUL, para com a ELOS, os Sindicatos sistematicamente vem denunciando estes fatos às autoridades competentes. Infelizmente até o momento, não se tem notícia de uma medida concreta que coloque um fim neste relacionamento viciado entre a atual diretoria da ELETROSUL e a da ELOS, o que poderá levar à inviabilização futura da Fundação.

2.2 - NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO

O principal objetivo da ELETROSUL, razão inclusive da sua criação, é fornecer energia elétrica à Região Sul. Além da sua geração própria, distribui através do seu sistema cerca de 21(K) MW de potência da Usina de Itaipu. Isto é feito através de suas 29 subestações, 126 transformadores e 8(KK) Km de linhas de transmissão.

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

Até o final da década, inevitavelmente, mais 3 usinas deverão entrar em operação: Jorge Lacerda IV, Jacul e Itá, prevendo-se também a construção de cerca de 20 Km de linhas de transmissão e um aumento na capacidade de transformação da ordem de 45 MVA. Isto é o mínimo que se espera para não entrarmos no próximo século com sérios problemas de black-out na região.

Entretanto, indiferente a esta realidade, atual diretoria da ELETROSUL, em apenas dois anos, desorganizou completamente a sua área de construção do sistema, mantendo apenas os canteiros de Jacul, Jorge Lacerda IV e Itá com um número mínimo de empregados só para não caracterizar abandono das instalações.

Tanto é verdade, que dos 1734 empregados que saíram, 53% (728 empregados) estavam lotados na área de construção. Tanto é verdade, que a ELETROSUL tem um de 1 bilhão de dólares investidos em obras inacabadas. O que vai ocorrer com este patrimônio é a pergunta que devemos fazer. Vão deixar o mato tomar conta, como em tantos outros exemplos de má gestão do dinheiro público, ou vai-se concluir imediatamente as obras colocando estas usinas a disposição da sociedade e a serviço do desenvolvimento da região? Tudo que presenciámos desta atual administração, somos forçados a acreditar, que por esse mato é que vai tomar conta.

2.3 - NA ÁREA OPERACIONAL

Durante anos o sistema elétrico da ELETROSUL, serviu de modelo por várias outras empresas. Bem construído e extremamente confiável, raramente apresenta algum problema mais sério. Entretanto, nestes últimos dois anos relatórios e documentos internos da Diretoria de Operação começam a mostrar que esta gestão também se despreocupou com área operacional.

Indicadores de recursos gastos na manutenção do sistema mostram a gravidade do problema. Quando, por exemplo, se gastava em média 2 mil US\$/Km LT ou 2 mil US\$/MVA, gastou-se em 1991 0,8 mil US\$/Km LT e 0,75 mil US\$/MVA. Esta redução drástica de recursos na área de manutenção leva a situações de riscos potenciais de grandes consequências (vide black-out de Florianópolis). O sistema de transmissão fica vulnerável a desligamentos decorrentes de falta de limpeza de faixas, troca de isoladores e corrosão de torres de transmissão. Há também os riscos de falhas nos transformadores e reatores devido a corrosão dos acessórios e alta degradação do óleo isolante. Recentemente, dia 23/6, ocorreu um transformador de 170 MVA em Salto Osório com perda total do equipamento, justamente por isto.

Mas o problema também não se restringe apenas ao sistema de transmissão. Nas Usinas térmicas, relatórios mostram que o descaso também chegou lá. A CI DO-030/92 de 26.05.92, sobre as Usinas térmicas diz:

- há diminuição da confiabilidade e disponibilidade das máquinas, com perspectivas de custos elevados de recuperação, decorrente de falhas ou acidentes devido a sucessivas postergações das revisões gerais das unidades geradoras (grifo nosso)

INTER-SINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

- a unidade 5 da UTLB, cuja revisão vem sendo postergada desde 1990 (grifo nosso), já está com 70.000 horas de operação, quase o dobro do recomendado para a revisão geral (40.000 horas) (grifo nosso).

- a unidade 2 da UTLA, que deveria estar recuperada em 50 dias, já está 6 meses em manutenção devido, principalmente, à dificuldades de suprimento de peças e contratação de serviços (grifo nosso)

- os moinhos de carvão estão operando sem reserva por falta dos fundidos (sem o moinho a Usina para - explicação nossa);

- falha no sistema de abastecimento de carvão de Jorge Lacerda devido ao estado avançado de corrosão das estruturas metálicas e passarelas das correias transportadoras;

- grande quantidade de equipamentos importantes (bombas, compressores etc.) desmontados nas oficinas aguardando peças de reposição;

- ruptura da correia de transporte de carvão, comum à UTLA e UTLB, devido à demora no fornecimento da correia reserva.

Quanto às Usinas hidráulicas embora o problema não seja tão sério há também indisponibilidade na Usina de Passo Fundo devido a problemas nos polos dos geradores e vedações das válvulas-borboleta dos condutos forçados.

Em Salto Osório e Salto Santiago as indisponibilidades são devido a problemas de cavitação nas turbinas. Só para exemplificar, um dos grupos geradores de Salto Santiago está operando com limitações.

A má gestão na área operacional não fica limitada ao sucateamento do parque gerador e do sistema de transmissão como relatamos acima. A "Reforma Administrativa" conseqüente e irresponsável também produziu estragos irreparáveis na área operacional conforme consta no relatório acima citado:

- em todas as Usinas há carência de pessoal de manutenção;

- a área de operação da Usina Termoelétrica de Alegrete não conta com pessoal mínimo para operação de seus dois grupos;

- a área de operação da Usina Termoelétrica de Alegrete não conta com pessoal mínimo para operação de seus dois grupos;

- os setores diretamente ligados no apoio à operação em tempo real do COS (Centro de Operação do Sistema) estão com o contingente abaixo do mínimo viável para suporte adequado;

- a operação simultânea dos grupos da Usina Termoelétrica de Charqueadas só é possível com "dobras" de turno, face à insuficiência de pessoal;

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

- as áreas de manutenção mecânica e geral da Usina Termoeétrica de Curupemas e da Usina Termoeétrica de Alegrete estão com pessoal insuficiente para a execução dos serviços rotineiros;

- a área de Engenharia de Manutenção de Termoeletricas carece de pessoal especializado;

- se as 4 unidades de Jorge Lacerda A tivessem que operar simultaneamente, 50% do efetivo de operadores dos bancos térmicos teriam que dobrar o turno. Para cumprir programa de férias, 17% do efetivo total teria que dobrar o turno;

- em Jorge Lacerda A, em 1991 tiveram que ser realizadas 21% de horas-extras a mais do que em 1990. Nos primeiros 4 meses de 1992 o acréscimo foi de 40%;

- a área de manutenção de telecomunicação teve uma redução localizada de 32% do pessoal especializado, acarretando grande deficiência em manutenção do sistema de Microondas, Teleproteção e dos sistemas digitais de transmissão de dados;

- a área de equipamentos de transmissão perdeu todos os engenheiros especialistas em transformadores de força. A ELETROSUL tem 126 transformadores no sistema. TODOS SAÍRAM POR DEMISSÃO INCENTIVADA, OU SEJA, A ELETROSUL PAGA PARA ELES SAÍREM (grifo e informação nossa).

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento da ELETROSUL, NOVA FILOSOFIA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DE OPERAÇÃO, de 13.05.92, relata a situação caótica da área operacional apontando também para a necessidade de uma ampla reformulação da Diretoria de Operação que passaria pela regionalização e descentralização das atividades de operação e manutenção.

Entende assim a Diretoria de Operação que o problema criado por uma "Reforma Administrativa" atabalhoada, cujos resultados nefastos já são percebidos e até motivo de citação em relatórios internos, estaria equacionado.

Percebe-se agora, nitidamente, uma intenção deliberada da atual administração em desorganizar estruturalmente a ELETROSUL, preparando a mesma para a privatização desconsiderando completamente os aspectos econômicos, técnicos e sociais, que esta medida acarretaria para a região.

Tanto é verdadeira esta nossa constatação, que o documento em anexo NOVA FILOSOFIA DA DIRETORIA DE OPERAÇÃO, após detalhar todos os grandes problemas do sistema, cita, na sua página 18: "o impacto de todos estes problemas, tanto o ambiente na DCO extremamente favorável à implantação de uma nova filosofia de ação, tivesse como base um processo de reconstrução." (grifo nosso)

O próprio termo utilizado, "reconstrução", que segundo Aurélio, é o ato efeito de reconstruir, já diz tudo: para se reconstruir alguma coisa, necessariamente, algo é destruído.

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL

Por tudo que os Sindicatos vem observando e denunciando nestes dias a de gestão da atual administração, fica evidenciada uma intenção de se acabar com a estrutura original da ELETROSUL, e, com a sua finalidade de supridora de energia elétrica para a Região Sul.

Não há argumento lógico que justifique o esvaziamento deliberado da Diretoria de Construção se, por exemplo, quisermos concluir Itá, Jorge Lacerda IV e Jacul I

Não há argumento lógico que justifique o fechamento de todas as residências de obras do sistema de transmissão, se, por exemplo, quisermos implantar cerca de 4000 Km de linhas de transmissão, que serão necessárias no início do próximo século.

Não há argumento lógico que justifique uma completa desorganização da ELETROSUL, quando as demais empresas federais sediadas nas outras regiões do país importantes quanto a Região Sul mantiveram as suas estruturas originais, prontas para responder a retomada do desenvolvimento e o desafio do terceiro milênio.

ESTE RELATÓRIO É DE RESPONSABILIDADE DAS SEGUINTE ENTIDADES:

- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Tubarão
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidro e Termelétrica de Lageado
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Vale do Itajaí
- Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Energia Elétrica do Norte do Estado de SC
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Urbana do Estado do Paraná
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Londrina
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Maringá
- Sindicato dos Administradores de Santa Catarina
- Associação dos Profissionais da Eletrosul

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 147, DE 1992

Senhor Presidente,

Requiro nos termos dos arts. 50 e 49 inciso X, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal que sejam prestadas, pelo Ministro de Infra-Estrutura, as seguintes informações:

1. Com relação aos contratos números 52.502, para construção da UTE Jorge Lacerda IV, e 51.502, para construção da UTE de Jacuí, entre a Eletrosul e Consórcio de empresas liderados, respectivamente, pela Villares e pela Cobresma, detalhar as razões que embasaram a dispensa de licitação para as referidas obras, apesar da legislação em vigor exigir a abertura de concorrência pública, em face do elevado valor envolvido (cerca de US\$300 milhões).

2. Em face do documento DAQ 2166/91, em anexo, como se justifica a diferença entre os preços praticados pelo Consórcio em relação aos preços correntes no mercado nacional e/ou internacional? À página 4, do referido documento, consta "constata-se um mark up (sobreprezzo) que varia de 30 a 70% para todos os materiais e equipamentos deste fornecimento".

3. Explicar a diferença entre a cláusula décima-segunda, item 3, do contrato nº 52.502 e a cláusula sétima item 3, do contrato nº 52.502-2 (cópia às páginas 2 e 3 do documento DAQ 2166/91).

4. À luz dos quadros anexos explicitar as razões que justificam ser a Eletrosul efetuado pagamentos de equipamentos vinculados aos contratos citados na questão 1 sem a contrapartida de entrega.

5. Por que a reunião da Eletrosul do dia 29-7-91, que tratou dos contratos das usinas Jorge Lacerda IV e Jacuí não contou com a presença de representantes da diretoria encarregada do gerenciamento dos referidos contratos, conforme comprova a Ata respectiva?

6. Quais as razões que levaram o Diretor de Construção e o Diretor Financeiro da Eletrosul a concordarem com os motivos apresentados pelos representantes dos Consórcios Jorge Lacerda IV e Jacuí I, na reunião do dia 29-7-91 (Ata em anexo)?

7. Quais as providências adotadas pela diretoria da Eletrosul tendo em vista denúncias de envolvimento de seus assessores na elaboração de aditivos contratuais prejudiciais à empresa? Informar as conclusões obtidas.

8. Quais as providências adotadas pela diretoria da Eletrosul diante do documento DAQ-2166/91, de 18-11-91, que faz um diagnóstico dos contratos nºs 52.502 referencial UTE de Jorge Lacerda IV e 51.502 referencial UTE de Jacuí I, e, que aponta graves questões de descumprimento de cláusulas de fornecimento e Termo de Entendimentos, bem como a praticabilidade de preços incompatíveis aos do mercado?

Justificação

Considerando a renegociação das dívidas do setor elétrico que montam a US\$500 milhões e sobre a qual irregularidades têm sido apontadas pela imprensa;

Considerando fortes indícios de desvios ocorridos nos contratos números 52.502 e 51.502 firmados entre a Eletrosul e Consórcios de grandes empresas fornecedoras do setor, os quais fazem parte da citada dívida;

Visando esclarecer parte das dúvidas em relação à origem e composição destes desvios faz-se necessário o conhecimento das questões acima elaboradas para que possa o Senado Federal à luz da verdade posicionar-se ante tão relevante matéria.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1992.
Senador Eduardo Suplicy.

(À Comissão Diretora.)

Publicado no DCN (Sessão 11), de 9-4-92

Centro Gráfico do Senado Federal - Brasília - DF

(08: 02468/91)

Obs: informações encaminhadas ao Sind. Eletricitários de Florianópolis

Grupo I - Classe III
TC-008.832/92-7 - c/6 Volumes
Anexos: TC-013.387/92-8
TC-650.257/92-8

Trata-se de requerimento formulado pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy e aprovado pelo Senado Federal, solicitando, com fundamento nos incisos II e IV do art. 71 da Constituição, auditoria de natureza contábil, financeira e patrimonial, sobre o resultado de Trabalho realizado pelo Grupo criado nos termos do Decreto 99.608 de 13 de outubro de 1990, visando o equacionamento das dívidas do setor elétrico junto às empresas construtoras e de consultorias, relativas a serviços prestados até 30 de abril de 1990.

2. Entendia o Grupo de Trabalho, que os pagamentos dos débitos em questão deveriam ocorrer, segundo as condições estipuladas no documento chamado "Termo de Confissão de Assunção de Dívida com concessão de Garantias e outras Avenças", a ser firmado entre a ELETROBRÁS, suas controladas e as empresas credoras.

3. Realizada a auditoria solicitada, os fatos apurados foram levados ao conhecimento do Grupo de Trabalho e do Presidente da ELETROBRÁS. ~~As conclusões das conclusões oferecidas pela Auditoria foram determinadas na Inspeção Especial, na execução dos projetos das Usinas de Aceleração de Jorge Lacerda - IV e Jacuí - I, UTE'S, unidades da ELETROBRÁS.~~

4. Em resposta, o Secretário Executivo do então Ministério da Infra-Estrutura, pelo Ofício 90/92/SEC.EXEC, de 06.10.92 (f. 35-37) informa que determinou ao Secretário Nacional de Energia, como também ao Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A-ELETROBRÁS, que a matéria concernente à implementação das conclusões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 99.608/90, com redação do Decreto nº 589, de 02.07.92, somente fosse levada à consideração última da Diretoria, dos Conselhos Fiscal e de Administração e da Assembleia Geral após devidamente esclarecida a questão suscitada pelo TC, no ofício nº 459/92, com a sua manifestação formal de aprovação dos índices a serem aplicados na atualização dos débitos.

5. Com a posse do Excelentíssimo Senhor Presidente Itamar Franco, o assunto foi reexaminado, como se vê das conclusões encaminhadas ao Presidente deste Tribunal através do Ofício nº 26/SEC.EXEC., de 12.02.93 (f. 62/3):

.....
 Temos a honra de certificar esse Egrégio Tribunal de Contas da União de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pelo Decreto nº 720, de 13 de janeiro de 1993, criou novo Grupo de Trabalho, constituído dos signatários do presente expediente, com a finalidade específica de coordenar e estabelecer diretrizes para a negociação dos débitos de entidades da Administração Pública Federal.

2. No desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo pretende reexaminar e estabelecer os procedimentos a serem adotados para o pagamento dos débitos das empresas do setor de energia elétrica federal, com fornecedores de bens e serviços, acumulados até 30 de abril de 1990.

A forma de pagamento dos referidos débitos, anteriormente gerida pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 99.608/90, foi analisada por esse Tribunal, em processo que recebeu despacho do Senhor Relator, Ministro Marcos Vinícios Vilaça, acarretando a manifestação do Senhor Inspetor-Geral da 9ª IGCE, por intermédio dos ofícios nos 459/92 e 677/92, dirigidos ao Secretário Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

4. Com relação aos termos dos referidos ofícios, cumpre nos consignar os esclarecimentos a seguir expostos:

a) Os pagamentos em análise ainda não foram efetuados pelas empresas do setor de energia elétrica federal;

b) Entendem os signatários que os referidos pagamentos, diferentemente da formulação anterior, devem ser feitos diretamente pelas empresas devedoras, mediante simples e regular cumprimento de suas obrigações contratuais, dispensando-se os procedimentos de sub-rogação de dívidas pela empresa controladora e de assinatura de "Termo de Confissão de Dívida com concessão de garantia e suas avenças";

c) Com base em pareceres jurídicos fundamentados, o Grupo entende que a atualização dos débitos, ou seja, o cálculo da correção monetária por atraso de pagamento, deve obedecer ao estabelecido nas cláusulas contratuais e, particularmente por tratar-se de dívidas financeiras decorrentes de inadimplementos anteriores a 30 de abril de 1990, não deve a atualização ser afetada por mudanças na forma de reajuste de preços de insumos ocorridos após o vencimento das faturas. Assim, entende o Grupo que a correção monetária dos débitos deve se fazer pelos índices previstos contratualmente, correspondentes ao IPC a partir das datas dos vencimentos das faturas e pela TR, a partir de fevereiro de 1991.

5. Ao registrar tais entendimentos, dirigimo-nos honrosamente ao Tribunal de Contas da União, que já se manifestara anteriormente sobre a matéria, no sentido de dar ciência prévia das diretrizes que o Grupo de Trabalho pretende formular, na expectativa de manifestação dessa Colenda Corte de Contas, caso os referidos procedimentos sejam considerados inadequados.

6. Pretende o Grupo ainda aduzir que os referidos débitos serão rigorosamente auditados, como condição prévia da liberação dos pagamentos.

Posteriormente, pelo Ofício nº 034/SEC.EXEC/93, de 09.03.93, o novo Grupo de Trabalho, presta esclarecimentos mais detalhados acerca do § 4.º, do ofício nº 026 acima transcrito, a saber:

O referido parágrafo, quanto à atualização dos débitos, menciona que o cálculo da correção monetária por atraso de pagamento deve obedecer ao estabelecido nas cláusulas contratuais e que a correção monetária dos débitos deve se fazer pelos índices previstos contratualmente, correspondentes ao IPC, a partir das datas dos vencimentos das faturas e pela TR, a partir de fevereiro de 1991.

Ora, como a correção monetária dos débitos deve obedecer ao que preceitua o contrato, portanto, com a aplicação do IPC no seu âmbito, este índice deverá ser aplicado enquanto houver a sua publicação, ou seja, até fevereiro de 1991 inclusive, sendo substituído pela TR a partir de março.

Ao reexaminar as conclusões do novo Grupo de Trabalho, instituído pelo atual Governo, a 9ª IGCE, assim finalize (f. 76):

"Diante de todo o exposto nos autos e considerando o entendimento do novo Grupo instituído pelo Dec. 720/93, propomos que o presente processo seja arquivado, nesta Inspeção, sem prejuízo de que seja feita a recomendação constante do item 2, alínea c, da conclusão do TC-650257/92-8: à CISET/MOE que proceda ao acompanhamento da auditoria e ser feita nos débitos, reportando-se em seus Relatórios de Auditorias elaborados por ocasião do exame das prestações de contas da ELETROSUL, da execução física e financeira dos contratos nºs 52.502 e 61.502, referentes a construção das Usinas Termelétricas Jorge Lacerda IV e Jacuí I, respectivamente. Deve também, ser informado o autor da denúncia o Nobre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy sobre a conclusão deste processo, bem como o entendimento do novo Grupo de Trabalho sobre a regularização dos débitos."

8. Por sua vez, o Titular da Inspeção-Geral, concluiu:

"Considerando adequado o entendimento do novo Grupo de Trabalho, constituído pelo Decreto nº 720, de 13.01.93, manifesto-me de acordo com as conclusões supra do Sr. Assessor."

É o relatório.

VOTO

O questionamento inicialmente formulado (f. 33), a respeito da aplicação dos índices de atualização dos débitos do setor elétrico - IPC, a partir de 15 de março de 1990, e IGPM, a partir de 28.01.90, deveu-se à interpretação elástica do art. 1º da Lei nº 8.030/90, que ratificou a Medida Provisória nº 154, do Plano de Estabilização Econômica, editado em 15.03.90 - que vedava, "quaisquer reajustes de preços de mercadorias e serviços em geral, sem prévia autorização por portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento".

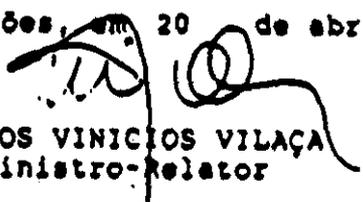
2. Na realidade, o que se aprecia não é reajuste de preços de serviços, mas atualização de dívidas financeiras, decorrentes de inadimplementos contratuais, anteriores a 30 (trinta) de abril de 1990, cujas regras já estavam definidas nas cláusulas dos contratos.

3. Isso posto, e diante das conclusões do Grupo de Trabalho instituído pelo atual Governo, dando conta de que os pagamentos relativos às dívidas em questão, diferentemente da formulação anterior, devem ser feitos diretamente pelas empresas devedoras mediante simples e regular cumprimento das obrigações contratuais dispensando-se os procedimentos de assunção dos débitos pela controladora, alinho-me às manifestações formuladas pela 9ª IGCE (f. 76) que entendeu adequado o desfecho ora preconizado.

4. ~~Considerando que a execução dos contratos, relativos ao projeto das Usinas Termelétricas Jorge Lacerda IV e Jacuí I, que cuidam o TC-650257/92-8, anexo, deixou de formular qualquer proposição, dado que os fatos, nele abordados, já estão sendo tratados no Processo TC-650.118/92-8, cujo Relator é o Ministro Fernando Gonçalves, devendo, por isso, ser a ele juntado.~~

Assim sendo, acolho os pareceres da 9ª IGCE, com exceção das recomendações referidas, e voto por que o Tribunal adote a decisão que submeta à deliberação deste Plenário.

TCU, Sala das Sessões, em 20 de abril de 1993.


MARCOS VINÍCIOS VILAÇA
Ministro-Relator

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O requerimento que acaba de ser lido deve ser apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição e art. 38, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, combinado com o art. 255, inciso III, do Regimento Interno.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes.

Brasília, 3 de junho de 1993

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, de acordo com o disposto na alínea a e no parágrafo único do art. 39, do Regimento Interno, que me ausentarei do País entre os dias 3 e 9 do corrente, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, com a finalidade de participar de seminários sobre os sistemas de produção e comercialização agrícola, mercados futuros e mercados de ações nos USA e Brasil.

Atenciosas saudações. — Senador **José Fogaça**.

Em 2 de junho de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, para breve viagem ao estrangeiro, no período de 5 a 9 do corrente.

Atenciosas saudações. — Senador **Flaviano Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os expedientes lidos vão à publicação.

— Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para proclamar minhas preocupações com a situação de miséria, fome e aflição que se abate sobre a Nação brasileira.

Preliminarmente, devo adiantar que o pronunciamento de hoje é uma introdução à análise que pretendo fazer, na próxima semana, sobre a crise brasileira e as soluções encontradas desde os grandes Presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, até os períodos militar e pós-revolução.

Adianto que o atual Governo do Presidente Itamar Franco dispõe de todas as condições para reverter o quadro de desesperança que se abate sobre o funcionalismo público, sobre as corporações militares, sobre a classe trabalhadora e os milhões de brasileiros desempregados.

Com a nomeação do Senador Fernando Henrique Cardoso para a Pasta da Fazenda, renovaram-se as esperanças, tendo em vista a sua seriedade, competência política e sensibilidade social.

Com isso, o Governo conseguiu formar uma maioria parlamentar que lhe dará sustentação na aprovação de medidas que atendam aos 150 milhões de brasileiros, e que enquadrem os cartéis, os oligopólios e o corporativismo do setor público e privado aos interesses nacionais.

O nosso apoio ao Governo tem sido ideológico e pragmático.

Continuamos acreditando no nacionalismo norte-americano, no nacionalismo coreano e, principalmente, no nacionalismo chinês, que aceita quaisquer investimentos estrangeiros, em parceria com os nacionais, respeitados os interesses locais e asseguradas as remessas de lucros, na forma de uma legislação justa e não predatória.

Nesse trecho de meu pronunciamento, Sr. Presidente, faço justiça ao Senado de República que aprovou, por unanimidade, na Comissão de Economia do Senado da República, projeto de minha autoria. Por se tratar de projeto terminativo, encontra-se na Câmara dos Deputados sendo estudado. Confiamos que seja aprovado o mais rapidamente possível, porque o referido projeto facilitará a entrada de investimentos estrangeiros, destinados, principalmente, às micro, médias e pequenas empresas, geradoras de 80% dos empregos deste País. Espero, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados tenha a mesma sensibilidade do Senado da República, e esse projeto, uma vez aprovado, nos permita parceria gerando, dessa forma, recursos para terminarmos as Estradas de Ferro Norte-Sul, a Transnordestina e o Porto de Suape, proporcionando, assim, o coroamento do desenvolvimento econômico e social do meu Nordeste, particularmente de Pernambuco.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Líder do PDT, meu caro amigo, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Exª, como sempre, traz à Casa assunto da maior relevância. E antes mesmo de permitir que o nobre Senador prossiga o seu discurso, gostaria de parabenizá-lo e dizer que concordo inteiramente com V. Exª, quando diz que é gerando emprego e facilitando a entrada do capital estrangeiro que, de parceira com o nosso capital, poderemos minimizar o sofrimento das

nossas populações mais carentes. Gostaria também de dizer, nesta oportunidade, que programa de combate à fome, de combate à miséria, no nosso entendimento, não é aquele de distribuição de sopa, de leite, ou de quaisquer outros tipos de auxílios que, no nosso entendimento, cretinizam a população. Programas desse tipo não atendem e humilham cada vez mais o nosso homem, que trabalha e que está em busca de uma oportunidade.

O SR. NEY MARANHÃO — Permita-me V. Ex^a, dentro desse aparte, lembrar aquela música do sanfoneiro Luiz Gonzaga, quando, através de sua sanfona, falava ao povo do Nordeste: “Sr. Doutor, esmola ou omissão, ou mata de vergonha ou vicia o cidadão”.

O Sr. Magno Bacelar — Tem razão V. Ex^a. É da alma sertaneja dizer as verdades através do sentimento da música, das histórias e do folclore da nossa região. No momento em que enfatizo a importância do programa e da luta do sociólogo Herbert-de Souza, o Betinho, observo, entretanto, nobre Senador, que os objetivos por ele buscados não estão sendo entendidos pela sociedade brasileira, principalmente pela indústria, que sempre se oferece para dar a sopa, para dar o alimento hoje, mas esses não poderão ser eternos. Por isso, nobre Senador, é melhor nos guiarmos pela sabedoria chinesa, a que V. Ex^a sempre se refere: “É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe de hoje”. É preciso, portanto, que o Governo brasileiro compenetre-se de que será através da oferta de trabalho e de oportunidade para todos que encontrarmos as soluções. V. Ex^a falou na Norte-Sul e em outras obras de grande importância para o nosso desenvolvimento, e eu diria que, ao invés da demagogia do prato de sopa ou do leite, tão propalado, esse dinheiro deveria ser usado para a irrigação do Nordeste, para a condução de água para aquelas terras férteis e de homens trabalhadores. A cada dia, vemos se desenvolver mais, através da imprensa, a busca do sensacionalismo de alguns políticos. Hoje mesmo, estiveram reunidos aqui Governadores do Nordeste, discutindo o problema da seca, quando, na realidade, sabemos que seriam necessárias apenas uma decisão política e uma determinação para se resolver o problema. O resto — a propaganda, os discursos bonitos e demagógicos — não leva a nada. V. Ex^a tem razão e conta com o meu apoio. Aplaudo a iniciativa de V. Ex^a de vir a esta Casa mostrar que é através da associação com o capital estrangeiro e da busca de tecnologia e recursos que nosso homem poderá passar de flagelado a grande produtor da Nação brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Magno Bacelar, quero agradecer a V. Ex^a o seu aparte, quando falo sobre esses problemas vitais da Nação brasileira. Como homem do Nordeste, que conhece os problemas e tem os pés no chão, V. Ex^a, como este Senador, sabe que o povo está cansado de demagogia, de muita conversa fiada e quer rápidas soluções para seus problemas. Quando me perguntam se existe seca no Nordeste, eu respondo: “Acho que não existe seca no Nordeste, de maneira nenhuma. Seca eu sei que existe no deserto do Negev, no deserto do Saara, no deserto da Somália, no deserto do Chile; não no Nordeste, porque lá na maioria dos lugares onde se cava, encontra-se água. Portanto, precisamos apenas para a classe política deste País, os seus dirigentes e as suas elites ajam com seriedade para resolver os problemas do Nordeste, em definitivo.

Quando falo no Nordeste, lembro-me do grande Ministro de Getúlio Vargas, de 1939, José Américo de Almeida, que dizia:

“O Nordeste não precisa de esmolas. O Nordeste precisa apenas viabilizar o rio São Francisco, para molhar suas terras calcinadas pela seca, e tornar-se a Califórnia da América do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo.”

Se tivessem sido consignadas, através do Orçamento, verbas só para irrigar as terras nordestinas, Senador Magno Bacelar, nós não teríamos trezentos e poucos mil hectares de terras irrigadas, mas 10 milhões de hectares de terras irrigadas e a música de Luiz Gonzaga, “Asa Branca”, não seria cantada.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Quero me solidarizar com V. Ex^a, mais uma vez, pelo pronunciamento que faz, na tarde de hoje, no Senado Federal. V. Ex^a tem manifestado aqui, constantemente, de viva voz, a sua preocupação com o problema da seca, com o problema do Nordeste como um todo. Como nordestino que sou, não poderia deixar de juntar a minha voz à de V. Ex^a e a de muitos nordestinos aqui, neste plenário do Senado Federal, preocupados com o bem-estar dos nossos irmãos. Há poucos minutos, nobre Senador Ney Maranhão, assistimos, pela televisão, a uma significativa manifestação, em Fortaleza, cujo slogan era: “Fora a fome”. É o povo com fome que está indo às ruas em busca de alimentos para sua família. Merece V. Ex^a o meu aplauso pela sua preocupação. Penso que o Governo deve ter, imediatamente, como prioridade zero, o combate à fome, à miséria, para que possamos olhar os nossos irmãos nordestinos de frente, como aos demais irmãos de nossa Pátria. Parabéns por essa preocupação, que não é apenas dos nordestinos, mas de todos os políticos desta Casa, em defesa daquele segmento tão sacrificado e marginalizado que se encontra em todo o Nordeste.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço o aparte do nobre Senador Valmir Campelo, que é um dos Senadores com maior representatividade nesta Casa. Foi V. Ex^a que obteve maior número de votos. O que é uma prova de que comunga com as idéias e aspirações do povo. Após ter brilhantemente representado o Distrito Federal na Câmara dos Deputados, V. Ex^a chega a esta Casa com a expressiva votação da maioria da população do Distrito Federal. E o que representa o Distrito Federal? Representa a mistura, a mescla de todo o povo brasileiro.

O nobre Senador pertence a um Partido, cujo líder primeiro eu admiro desde que tinha 19 anos de idade, quando fui Prefeito da minha cidade e tive a oportunidade de assisti-lo. Acredito que Getúlio Vargas foi o maior homem público deste País. O Partido de V. Ex^a é o herdeiro da carta-testamento de Getúlio Vargas, e representa o verdadeiro trabalhismo; não esse trabalhismo radical, petista — cito logo o nome —, mas o trabalhismo de Getúlio, que inclui o operário, o jornalista, o médico, enfim, todos aqueles que trabalham para o desenvolvimento do País.

V. Ex^a, ao me apartear, disse uma coisa muito certa: “É a fome, Senador”. Lembremo-nos que foi a fome que derrubou o Muro de Berlim; lembremo-nos que a União Soviética caiu porque criou um exército de Primeiro Mundo, mas deixou o povo morrendo de fome. Temos o exemplo, hoje, da China, quer queira ou não, que será o país do primeiro

milênio. Este País, hoje, recebe mais investimentos dentro do seu nacionalismo, sem abrir mão da sua independência. Mas está se desenvolvendo porque tem as ZPE. Hong Kong será entregue em 1997 à China. Esta ZPE, hoje, fatura mais de um bilhão de dólares por mês. E o grande Líder do povo chinês, Mao Tsé-Tung, que fez a sua revolução, deu os primeiros passos para a grande marcha da independência do povo chinês. O que dizia ele? "Povo de barriga cheia não pensa em revolução." Então, esse problema que V. Ex^a neste momento sustenta, tem que ser prioritário para nós, dirigentes, que temos responsabilidade na direção deste País.

Agradeço o aparte do nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Ney Maranhão, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Líder do PMDB, caro amigo, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Ney Maranhão, V. Ex^a, porque conhece realmente o quadro nordestino, traz a debate na tarde de hoje, mais uma vez, o quadro climático que se abateu sobre aquela área geográfica do País. Tece considerações sobre como se deve processar o atendimento a milhões de brasileiros que, ciclicamente, são atingidos pelo flagelo. Eu me permitiria lembrar a V. Ex^a, neste instante, que no último sábado participei, na cidade de Iguatu, em pleno central do Ceará, de um longo debate promovido sob os auspícios do Banco do Nordeste do Brasil, com a participação de prefeitos, vereadores, do Bispo Diocesano Dom Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago e, naquela ocasião, sentimos que há uma consciência de todos os cidadãos para um trabalho que represente pressão legítima junto ao poder público, para que através de vontade política se consiga solucionar o problema da seca no Nordeste. Permito-me lembrar, já que há poucos instantes V. Ex^a se reportou ao problema da fome e da miséria, que o Banco do Nordeste está desenvolvendo um trabalho, representando uma estratégia para a geração de emprego e de renda na região nordestina. Eu mesmo, nobre Senador Ney Maranhão, naquelas poucas horas em que estive à frente do Poder Executivo do País, no dia 28 de dezembro, mostrei-me sensível a essa programação concebida pelos técnicos do Banco do Nordeste e despachei favoravelmente consignando 150 milhões de dólares para essa ação de combate à fome e à miséria. Desses recursos, 100 milhões de dólares seriam do próprio fundo constitucional, que neste ano terá um orçamento de 360 milhões de dólares e os 50 milhões de dólares restantes...

O SR. NEY MARANHÃO — Os 2%.

O Sr. Mauro Benevides — ... decorreriam exatamente de recursos alocados pelo Governo Federal. Portanto, no instante em que V. Ex^a se reporta ao quadro de nossa região, buscando as alternativas que signifiquem, digamos, a construção de uma estrutura hídrica capaz de nos permitir conviver com o flagelo e, por outro lado, o combate que se deve processar contra a fome e a miséria na região, permito-me dizer que vou reclamar do Governo a liberação desses recursos — sobretudo dos 50 milhões de dólares a fundo perdido — para que realmente tenhamos condições de promover um fomento à geração de emprego e renda de nossa região. Acredito que se assim o fizermos, ao se caracterizar — e não queremos que isso se confirme — daqui alguns anos, a dois, três, ou cinco anos, outra carência de chuvas em nossa região, estaremos capacitados a enfrentar essa diversidade, exatamente com

o preparo hídrico e, sobretudo, garantindo a sobrevivência de milhões de nordestinos. Portanto, V. Ex^a me traz ao seu debate para que eu realmente teça essas considerações, dizendo que é fundamental que se promova no Nordeste, sem qualquer tardança, com o apoio de todos os organismos que ali atuam, tais como: Sudene, DNOCS, Codevasf, Banco do Nordeste, com a chancela e o apoio do Governo Federal, e, sobretudo daqueles segmentos da sociedade civil — como presenciei em Iguatu, no último sábado — promovamos, exatamente esse programa de combate à fome e à miséria através da geração de emprego e renda em nossa região.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Mauro Benevides, o aparte de V. Ex^a veio enriquecer este meu pronunciamento posto que o nobre Senador é um homem que conhece profundamente aquela região do Nordeste e já ocupou cargos de importância fundamental para o desenvolvimento da região nordestina. Esta notícia que nos traz — e com o peso político que V. Ex^a representa como Líder da maior Bancada do Senado, o PMDB — significa uma grande contribuição para essa luta que não é apenas nossa, mas de todo o povo brasileiro. Como Líder do PMDB, V. Ex^a está interpretando esse apoio incondicional para que isso se concretize. Agradeço, nobre Senador.

Continuando, Sr. Presidente:

Por conseguinte, continuo defendendo que a maneira de resolvermos mais rapidamente a grave situação nacional é o investimento maciço de origem interna e externa que crie emprego e renda para a população e para o Estado.

Continuo acreditando na abertura do comércio exterior, incentivando as exportações e abrindo as importações que constituem, na atual conjuntura, uma das medidas mais eficazes para o desenvolvimento do País.

Neste particular, abro um parêntese para solidarizar-me, no mérito, com o discurso do eminente Senador Gilberto Miranda, pronunciado na tarde de ontem, que chamou a atenção do Senado Federal para o projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, de origem do Poder Executivo, que reforça o corporativismo nacional no setor automobilístico.

Feito essas considerações, quero chamar a atenção da Casa e do Governo para os perigos de cortes lineares no orçamento sem critério regionalizado, como é o caso do Nordeste brasileiro.

A minha preocupação é justificada em função da maior seca do século que se abate sobre o Nordeste. Essa calamidade pública, que está infelicitando mais de 30 milhões de brasileiros, deverá receber tratamento especial e prioritário.

Por isso os recursos alocados para o programa das frentes produtivas, executadas na área da seca, não poderão receber cortes.

Até agora os recursos destinados pela União para minorar os terríveis efeitos da maior praga que se abate sobre o Nordeste, há muito já poderia ter sido resolvida por duas parcelas de 180 milhões de dólares.

Acreditamos também que o desmonte do Estado, os cortes dos seus gastos, deva ser uma das alternativas para o equilíbrio das finanças públicas e conseqüente baixa da inflação. Mostro que devora e arrasa qualquer programa de estabilização econômica, mas também é verdadeiro que outras medidas de política econômica poderão receber prioridade e redirecionamento, a fim de que se faça justiça social e consiga melhores resultados fiscais para o País.

A título de exemplo podemos enumerar dois casos que precisam ser revistos, o mais rápido possível, a fim de que o Governo continue a merecer dos nordestinos a confiança e o apoio político que temos emprestado ao Presidente Itamar Franco.

Enquanto foi anunciado pelo Presidente Itamar, e o Ministro Alexandre Costa está sofrendo para poder transferir os recursos para combater a seca do Nordeste, com uma só penada, sem passar pelo Congresso Nacional, o Poder Executivo dá de graça ao setor automobilístico 1 bilhão e 400 milhões de dólares, com a redução do IPI, a título de produzir um carro mais barato e criar 800 empregos adicionais naquele setor.

O mais grave foi o denunciado pelo eminente Senador Gilberto Miranda: além do setor automobilístico ter sido agraciado com uma quantia que daria para resolver o problema de 20 milhões de brasileiros, através da irrigação — única maneira de resolver, em definitivo, o problema nordestino — vem agora uma proposta do Executivo, fechando as importações de peças para o setor, o que obrigaria o setor automobilístico a ser competitivo e, conseqüentemente, produzir melhor e mais barato.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acredito na capacidade do eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, como condutor da política econômica e financeira do País.

Entendemos e advogamos o enxugamento do Estado, através das privatizações, através da abertura da economia, a fim de que possamos utilizar a poupança externa para o nosso desenvolvimento.

Acima de tudo, é necessário que o Governo e o Congresso fiquem vigilantes contra legislação que consolida os privilégios do corporativismo, contra os interesses nacionais.

O Sr. Gilberto Miranda — Concede-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Gilberto Miranda.

O Sr. Gilberto Miranda — Congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento no dia de hoje e quero dizer que a Bancada do PMDB do Nordeste, a Bancada do Norte, o PMDB todo, partilha dessas suas dúvidas e preocupações.

O SR. NEY MARANHÃO — Nós, nobre Senador? Foi V. Ex^a quem denunciou.

O Sr. Gilberto Miranda — Penso que não podemos mais continuar dando incentivos a setores que já são extremamente beneficiados. Ao invés de se criarem incentivos e facilidades para regiões menos desenvolvidas, para regiões menos favorecidas, mais uma vez, são incentivadas regiões não tão necessitadas. Vamos dar mais incentivos para a agricultura, para outros setores carentes da economia, inclusive, para que se tornem mais competitivos, e não especificamente à indústria automobilística. Tenho a mesma preocupação de V. Ex^a com respeito aos cortes no Orçamento. Entendo que esse assunto deveria ser trazido não só para as lideranças, mas também para as bancadas. E devemos discutir isso mais internamente. O Executivo tem que, primeiro, fazer determinados cortes naquelas rubricas em que ele tem projeto, ao invés de cortar aquilo que o Legislativo colocou, que é uma parcela bem mínima.

O SR. NEY MARANHÃO — E que não chega a 5%, nobre Senador.

O Sr. Gilberto Miranda — Espero que o Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso, que viveu nesta Casa, não se apresse com esses cortes porque não sabemos, efetivamente, o que irá acontecer. Está na hora de se discutir mais, ver aquilo que gera emprego, aquilo que é necessário para o País, ao invés de se fazer cortes de cima para baixo ou de baixo para cima. Eu queria, mais uma vez, me congratular com V. Ex^a, porque toda vez que V. Ex^a fala nesta Casa é, realmente, para chamar a atenção para os problemas do Norte. Não temos visto ainda, neste Governo, vontade política de resolver o problema da região Nordeste, da região Norte ou de das regiões mais carentes. Penso que está na hora de se olhar um pouco menos para o Sul, não que este não necessite, mas acredito que o Norte e o Nordeste necessitam muito mais e estão praticamente abandonados pelo Governo Federal. Obrigado, Senador.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Gilberto Miranda, o aparte de V. Ex^a é duplamente importante. Primeiro, porque V. Ex^a é um empresário vitorioso, progressista que vê, dentro das suas empresas, o social. Segundo, pela experiência que V. Ex^a vive nessa luta cotidiana, principalmente contra os cartéis.

Os cartéis, neste País, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são como um vírus; se fizermos um levantamento desde a indústria pesada à leve, da agricultura à pecuária, podemos ver que quatro empresas multinacionais e nacionais dominam o ranking em qualquer setor. A luta que temos que travar com o Governo é a de baixar a inflação, mas a essa gente não interessa a inflação baixa; eles não precisam de poupança, pois já a têm em grandes valores, e quando o dólar sobe eles ganham o que não ganham em dez anos.

Portanto, agradeço a V. Ex^a o aparte e complemento: há uma autocritica que devemos fazer: as obras paradas no Nordeste, as que estão debaixo da terra, significam dinheiro enterrado, Presidente Magno Bacelar, metade desse dinheiro já foi aplicado. Dou o exemplo da Adutora de Bodocó, em Pernambuco: sobre aquela obra, animais passeiam o dia todo; já estão enterrados cerca de US\$50 milhões. E outras obras continuam. Vamos terminar essas obras que começaram. É esse o motivo da minha revolta: com o dinheiro curto que temos, hoje, quando cobrimos a cabeça com o cobertor, descobrimos os pés e vice-versa, e ainda continuamos fazendo novas obras, sem acabar essas que estão paralisadas. Deve ser feito um levantamento das obras inacabadas da Codevasf, do DNOCS. Tive oportunidade, há uns três meses, de ver uma obra de irrigação no Ceará — o Senador Mauro Benevides, se estivesse aqui poderia confirmar — ; onde há um campo de aviação. Sabem quem aterrissa? Os urubus. É isso que temos que ver, denunciar e exigir uma ação do Governo.

Portanto, Senador Gilberto Miranda, agradeço o aparte de V. Ex^a O Senador Magno Bacelar já teve muita paciência, a luz indicadora que o meu tempo se esgotou está piscando, e assim termino meu pronunciamento, pedindo desculpas ao nosso Presidente.

O Sr. Gilberto Miranda — Senador Ney Maranhão, acho que nosso Presidente compreenderá. Penso que está na hora de tirarmos todos os bodes e urubus que existem no Executivo. Está na hora de termos um Ministério do Planejamento forte, o que é o mais importante, principalmente em um País como o nosso, com tantas dificuldades. Lembro-me, nobre Senador, que já tivemos ministros de planejamento excepcionais que conseguiram impulsionar este País. Então, devemos fazer uma

retrospectiva, uma análise do dinheiro investido em todo o território, detectar obras inacabadas de adutoras, de hidrelétricas e tantas outras, para vermos o que necessita para a conclusão dessas obras, priorizando recursos para esse fim. O que não é mais possível é iniciar novas obras sem concluir as que já existem.

OSR. NEY MARANHÃO — Como, por exemplo, a Transamazônica.

O Sr. Gilberto Miranda — Nobre Senador Ney Maranhão, em qualquer Estado da Federação, V. Ex^a poderá detectar diversos projetos inacabados e paralisados. Então, acho que está na hora de o Ministério do Planejamento contar com um ministro competente, à altura dessa Pasta. Atualmente temos o Ministro Alexis Stepanenko, mas não sabemos ainda quais são as metas e diretrizes do seu Ministério. Penso que, nesses oito meses restantes do Governo Itamar, essa Pasta já deveria ter apresentado ao Congresso Nacional um plano de ação do Governo para esses últimos dois anos.

OSR. NEY MARANHÃO — Com dados estatísticos atualizados.

O Sr. Gilberto Miranda — Até agora não nos foi apresentado absolutamente nada com relação a prioridades e metas do Governo. Acho que está na hora de o Governo Federal, está na hora de o Executivo mandar para esta Casa, pelo menos em termos de planejamento, o que se pretende fazer. Hoje, só se fala em corte no Orçamento. Mas, nem sabemos exatamente o que vai sobrar, se haverá alguma aplicação, e em qual setor será aplicado. E vai terminar o quê? Então, espero que o Governo mande para esta Casa as metas do Ministro Stepanenko.

OSR. NEY MARANHÃO — Senador Gilberto Miranda, agradeço a V. Ex^a esse segundo aparte e vamos torcer por um planejamento, pois esse é o desejo não só de V. Ex^a, mas de todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Senador Ney Maranhão, o Presidente adverte que a luz vermelha de advertência já estava ligada quando aqui chegou.

OSR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, o meu amigo Aureo Mello está ali indócil por um aparte. Portanto, S. Ex^a será rápido.

O Sr. Aureo Mello — O problema é que estou vendo que, de acordo com as palavras do Senador Gilberto Miranda Baptista, estamos em vias de se ver instalado aqui no Brasil a perestroika. E pode dar, inclusive, maus ou excelentes resultados. Não sei. Trata-se de um Ministro Stepanenko, como S. Ex^a diz. Mas, não sabemos nunca o que a mente eslava é capaz de criar na sua fertilidade "dostóievskiana". Agora, o que V. Ex^a está dizendo é a expressão da verdade. V. Ex^a é um homem extremamente prático, que analisa as coisas da administração com uma visão absolutamente clara, sem miopia. Então, V. Ex^a é realmente, um caudilho a ser seguido, no concernente a este conhecimento. De maneira que o que V. Ex^a diz é de se prestar atenção e de se acompanhar com muito cuidado. O Senador Ney Maranhão é uma revelação de senso prático, neste País. Eu quero continuar a ouvir o discurso de V. Ex^a, com o qual obtemos sempre muito conhecimento.

OSR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, Senador Aureo Mello, o aparte de V. Ex^a muito me enviaece, princi-

palmente porque somos colegas desde o velho Palácio Tiradentes. Esta amizade é de longo tempo. V. Ex^a é um legítimo representante do povo e, como se diz no Nordeste, "quebra, mas não enverga". V. Ex^a luta por aquilo em que acredita. Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

Mas, continuo, Sr. Presidente.

É necessário, portanto, que o Senado Federal crie mecanismos de avaliação permanente de toda a legislação, a fim de que possa ter eficácia o seu papel fiscalizador sobre os atos do Poder Executivo. Seria interessante que a Assessoria do Senado Federal criasse um plantão permanente e exclusivo para este fim.

Concluindo, quero reafirmar que os 30 milhões de nordestinos que estão sendo castigados pela seca não poderão sofrer qualquer corte em seus recursos, porquanto tal medida levaria à morte talvez milhões de brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Com a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário, no momento.

Com a palavra o nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no decorrer das últimas semanas, aumentou muito, entre políticos dos mais diferentes partidos, o grau de inquietação quanto ao futuro das nossas instituições democráticas. Parlamentares ocuparam as tribunas das duas Casas do Congresso Nacional para revelar preocupações com a desmoralização das nossas instituições e, em particular, a do Congresso Nacional.

A imprensa divulgou amplamente os resultados de uma recente pesquisa sobre a situação da classe política e dos políticos, na qual os dados obtidos revelaram que a sociedade brasileira desaprova, quase unanimemente, a atuação de seus representantes, principalmente em nível federal, numa clara manifestação de descrença e desesperança.

Respondendo a itens mais precisos da pesquisa, 65% dos entrevistados acham que Senadores e Deputados não resolvem os problemas do País. Resultados como esses evidenciam quanto o eleitor se sente distante de seus representantes no Legislativo federal e até que ponto se deixa impressionar por denúncias que, na maior parte das vezes, não dizem respeito ao Congresso Nacional como um todo. A imprensa, ao denunciar práticas clientelistas, abusos e escândalos envolvendo maus Parlamentares, acaba generalizando, atingindo a instituição e veiculando uma imagem distorcida e negativa do Congresso Nacional. Com isso, na verdade, o que podemos constatar é que a população não está conseguindo fazer uma distinção entre a instituição e os Parlamentares.

A desilusão dos eleitores com a organização política brasileira evidenciou-se, recentemente, no resultado do plebiscito sobre forma e sistema de governo. Os números divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral revelaram uma ausência recorde: 23,3 milhões de pessoas, ou seja, 25,8% do eleitorado decidiram não votar. A esmagadora maioria dos que foram às urnas optou pelo presidencialismo, numa clara rejeição às propostas de mudanças na estrutura política do País, que redundavam na ampliação do poder e do papel institucional do Legislativo.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

O SR. RUY BACELAR — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Ruy Bacelar, na realidade, todos nós temos a consciência de que o Poder Legislativo, por ser transparente, por não dispor de recursos, patrocínios de grandes empresas jornalísticas, televisivas, de rádios, sofre, sempre, pela sua transparência, críticas muitas vezes injustas. E com relação às pesquisas a que V. Ex^a se referiu no início do discurso, gostaria de dizer que, muitas vezes, pesquisas manipuladas, e cujos resultados são divulgados apenas no que interessam, conduzem a população a mais e mais ir desacreditando na classe política. Na realidade, o Legislativo não está aqui para resolver os problemas do Brasil, mas para dotar o País de uma legislação capaz de manter a paz social, manter os direitos do cidadão e o respeito à cidadania. Com relação a pesquisas, há bem pouco tempo foi divulgada, com muita ênfase, uma que dava determinada pessoa como candidato muito bem colocado. Na realidade, deixaram de divulgar que 60% das pessoas ouvidas não votariam neste candidato em nenhuma hipótese. Então, quando se divulgam as pesquisas com determinados interesses, elas têm um significado, e isso não denigre e nem atinge aos políticos que querem trabalhar, que têm o dever da consciência tranqüila e estão aqui, como V. Ex^a e tantos outros, defendendo os interesses da Nação brasileira. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RUY BACELAR — Incorporo o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Magno Bacelar, ao meu pronunciamento. Concordo com V. Ex^a quando diz que as pesquisas, às vezes, não representam a verdade. Entretanto, não podemos negar que o descrédito do povo brasileiro em relação aos seus Parlamentares é grande e, em parte, induzido pela imprensa.

Existem maus Parlamentares. O grande equívoco dos meios de comunicação é tentar generalizar, é fazer com que se acredite que essa minoria de Parlamentares representa a Instituição. É preciso que todos aqueles que labutam nos meios de comunicação saibam que, quando fracassa o Parlamento, imediatamente vem a censura à imprensa.

Prosseguindo, Sr. Presidente, infelizmente, no Brasil não existe um trabalho sistemático de conscientização, nem de formação política. O povo participa muito pouco da vida política nacional, e tal desinteresse debilita fortemente as nossas instituições democráticas. O resultado é a existência de um verdadeiro abismo entre o eleitor e seus representantes.

Recente pesquisa do Ibope revela o quanto é curta a memória do eleitorado brasileiro. Embora gostem de criticar os Parlamentares, 49% dos eleitores não sabem nem sequer em quem votaram nas eleições de 1990, ficando, assim, impossibilitados de acompanhar e avaliar o desempenho dos seus representantes. Muitas pessoas não têm consciência de que, ao criticar genericamente o Parlamento, estão, no fundo, criticando a si próprias por terem feito má escolha. Em vez de recriminar os Parlamentares, seria muito mais construtivo se o eleitor procurasse subsidiar e fiscalizar a atuação daqueles que mereceram o seu voto.

Sr. Presidente, a queda de prestígio dos Paramentos e dos Parlamentares não é apenas um fenômeno do plano institucional. Essa queda livre de prestígio pode estar iniciando uma erosão de legitimidade capaz de afetar o próprio sistema democrático em nosso País. É forçoso reconhecer que a ima-

gem pública das Casas Legislativas piorou muito do início da abertura democrática até hoje.

Por essa razão, ocupo hoje a tribuna desta Casa, fazendo uma reflexão sobre o atual conceito da classe política nacional, sobre os riscos da falta de credibilidade do Poder Legislativo e sobre a necessidade de uma ação efetiva para conter essa onda de desmoralização que atinge o Parlamento.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

O SR. RUY BACELAR — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Ruy Bacelar, antes de V. Ex^a preconizar as normas que, no seu entendimento, representam o restabelecimento da credibilidade plena do próprio Congresso e do prestígio dos seus integrantes, permito-me lembrar a V. Ex^a que uma pesquisa realizada em janeiro deste ano posicionava o Congresso brasileiro e seus membros dentro de uma auréola de aceitação das mais estimulantes, provavelmente devido à atuação do Congresso Nacional no impeachment do ex-Presidente. Portanto, essa intermitência de identificação do prestígio varia em função de determinados fatos. V. Ex^a deve lembrar-se de que, naquela ocasião, quando chegava ao Aeroporto 2 de Julho, de Salvador, nem sequer atingia o veículo que lhe iria conduzir à sua casa sem que lhe viessem cumprimentar, aplaudir, inquirir sobre o trâmite do processo ou até sobre o seu deslinde, sobre sua conclusão. Concluímos, pois, que é inerente à nossa condição conviver alternadamente com momentos áureos de esplendor, de fulgor e de brilho e aqueles marcados pelas dificuldades do próprio Congresso, em função de fatos políticos, econômicos e sociais. Creio que V. Ex^a proporá ao Plenário, neste instante, uma reorientação do próprio Congresso Nacional para que adquiramos a confiança do povo. Mediante essa credibilidade, quando nos submetermos ao julgamento popular, teremos algo que represente positivamente o reconhecimento daquilo que temos procurado fazer em favor do povo brasileiro.

O SR. RUY BACELAR — V. Ex^a, eminente Líder Mauro Benevides, tem razão nas colocações que faz neste momento.

Há pouco, eu dizia que a memória do povo brasileiro não é privilegiada, pois 49% do nosso eleitorado não sabe o nome do candidato que sufragou na eleição de 1990.

Em janeiro, de fato, a posição do Congresso era muito boa perante a opinião pública brasileira; hoje, não é mais.

Incorporo, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Continuando, Sr. Presidente, gostaria eu de salientar que o problema não é só nosso, não é só do Brasil. É flagrante que o processo de desgaste da autoridade pública está ocorrendo até mesmo nos países mais importantes do mundo, como os Estados Unidos, Japão, a França, a Itália, a Inglaterra, a Bélgica, a Holanda.

Com todas as imperfeições dos políticos, não se descobriu, até agora, um meio de se praticar a democracia sem eles. Por toda a parte os povos lutam pela liberdade e pelos ideais democráticos. E essa luta sempre passa pelo fortalecimento do Legislativo, pois não há democracia, em nenhum país do mundo, que não conte com um Poder Legislativo funcionado livremente. Para se ter uma idéia do papel desempenhado pelos Parlamentares, basta ver a importância que eles têm na defesa das democracias nascentes das nações antes subjogadas por regimes autoritários. Os povos empenhados

na democratização de suas nações fortalecem o Poder Legislativo, símbolo da legitimidade, da ordem social, e cerne institucional nesses regimes.

Nunca é desnecessário lembrar que quando se quer cercar a liberdade e golpear a democracia a primeira iniciativa é fechar o Parlamento, como ocorreu recentemente no Peru e na Guatemala. Em países que ainda não alcançaram níveis fortes de institucionalização política, condições para rupturas fazem parte de rotinas e processos. E o Brasil não parece ser uma exceção à regra. Lideranças políticas responsáveis começam a exibir uma preocupação que se pensava estar completamente apagada da memória nacional.

Se quisermos, é possível e didático traçar um paralelo entre a nossa situação e a que existia no Peru, antes do golpe. Lá, como aqui, existia na opinião pública o consenso de que a organização do Estado era completamente ineficiente e corrupta. E esses qualificativos eram especialmente imputados ao Poder Legislativo.

Na opinião do sociólogo Márcio Moreira Alves, cabe constatar que no Brasil, assim como na Venezuela, "cresce entre as classes dirigentes e as classes médias a desesperança na capacidade de as nossas instituições democráticas resolverem os problemas concretos que afligem a população".

Infelizmente, nunca houve um claro esforço no sentido de preparar os brasileiros para o exercício da cidadania. Não houve no Brasil nenhum projeto de educação dos cidadãos para a democracia. Esqueceu-se que, depois de anos de ditadura, não se institui uma verdadeira democracia sem um forte investimento em novas formas de agir e responder, já que a prática democrática exige que os cidadãos decidam e arquem com as consequências de suas decisões.

A sociedade brasileira parece não ter consciência da importância da escolha de seus legisladores. Parece não se dar conta de que, na tarefa da construção da democracia, a responsabilidade maior cabe ao Poder Legislativo.

Sr. Presidente. Nas palavras do ilustre Senador do Império José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, ele, o Congresso, é a mais alta expressão da soberania nacional, pois "salvos os princípios constitucionais do Estado, os (princípios) de moral e de justiça natural que ele deve sempre respeitar, é sua (do Congresso) a onipotência política. É (o Legislativo) quem cria o Direito, a obrigação e as penas, quem regula os outros poderes e os cidadãos, quem decreta as normas que devem reger a sociedade, em suma, é quem faz, interpreta e desfaz a lei".

A desconfiança atual em relação ao Legislativo é o calcanhar-de-aquiles da nossa democracia, porque o Poder Legislativo é, sem dúvida, o mais democrático dos Poderes. Ele é o órgão coletivo eleito para discutir e legislar, e precisa contar com o apreço e o apoio da população. É ele quem interpreta os anseios populares e os torna realidade. Foi assim, meses atrás, quando o Congresso Nacional se mostrou à altura de suas responsabilidades e, atendendo ao clamor das ruas, afastou o Presidente da República.

Embora nunca sua atuação tenha sido tão significativa para a história do País, é forçoso reconhecer que nunca, como agora, a classe política foi tão atacada.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Tem V. Exª o aparte, eminente Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Ruy Bacelar, como sempre, os temas que V. Exª traz ao Senado prendem a atenção

de todos nós, pela sua importância. Os pronunciamentos de V. Exª têm uma responsabilidade muito grande, que vem de encontro ao desejo de aperfeiçoamento do Poder Legislativo, como também na fiscalização do Executivo. Com respeito a esse assunto, Senador Ruy Bacelar, o grande Presidente Kennedy dizia: "Cada povo tem o governo que merece." Veja V. Exª que o povo, cada vez que é chamado às urnas, tem, soberanamente, escolhido os seus representantes, da maneira que entende como a melhor. Tivemos na última eleição praticamente 64% da Câmara dos Deputados renovada. Então o povo está sabendo votar. Mas, nobre Senador, o grande problema, no meu entender, é nosso. Veja V. Exª que somos nós que fazemos as leis, somos nós que as modificamos. E V. Exª há de se lembrar que, à época da Constituinte, tínhamos uma fonte de ressonância, com a qual o povo brasileiro já estava se acostumando, vendo o grande trabalho do Congresso, concernente à Constituição: aquele programa de cinco minutos da Assembléia Constituinte, no horário nobre, era a arma de que o Congresso dispunha para que, quando um parlamentar constituinte fosse injustamente atacado, ocupasse aquele espaço para mostrar ao povo brasileiro com que injustiça estava sendo atacado um representante do Congresso, Senador ou Deputado. Fomos nós mesmos que abrimos mão disso, nobre Senador. Então, dentro de todo esse contexto, justiça se faça: temos uma imprensa livre e vigilante; mas sempre existem aqueles que não compreendem, Senador, que, prestigiando o Legislativo, estão prestigiando a eles próprios. A democracia é forte com um Congresso forte, e V. Exª há de convir que não é isso o que está ocorrendo agora. Na Revolução de 1964, se tivesse sido feita uma pesquisa, o prestígio do Congresso estaria inalterado. Mas se hoje houver uma pesquisa, tenho minhas dúvidas de que o Congresso não esteja com o seu prestígio muito baixo perante o povo. Justamente por isso, Senador, porque não temos os canais para nos defender. É este o motivo principal da minha preocupação, e cabe a nós, Senadores e Deputados, criarmos as condições para defendermos o Congresso, democraticamente, até onde for necessário: termos, pelo menos, um canal para que o povo brasileiro acompanhe, detidamente, aquilo que acontece aqui dentro. Se atacarem V. Exª, numa questão em que tenha razão, o que fica é o impacto da primeira notícia. Quando V. Exª vai se defender, as notícias são menores. Às vezes, V. Exª manda uma carta para uma revista, que a publica com letras pequenas, e às vezes nem é publicada. Era esta a minha preocupação. Parabéns a V. Exª por esse pronunciamento de alerta à Nação e ao Congresso.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Ney Maranhão. Há uma distância entre o povo e os seus representantes, não há fiscalização, cobrança dos mesmos pelo povo. Faltam ao Parlamentar subsídios e sugestões de atuação que deveriam ser dadas por quem o elegeu. Tudo isso faz com que haja uma renovação tão significativa, de 60, 70%. Mas se não houvesse esse divórcio, esse fosso tão marcante, acredito que a renovação não seria tão grande, porque a maioria daqueles Parlamentares que não se reelegeu é exemplar, correta, idealista e cumpriu bem suas obrigações. Está havendo um hiato, que é justamente um problema educacional causado pela ausência de formação política. Está faltando alguma coisa que está a separar o Parlamento dos seus representados. O que somos aqui? Nós somos, sobretudo os Deputados, os representantes do povo brasileiro. Nada mais justo, então, que esses Parlamentares sejam até protegidos, pelo povo, das injustiças. Mas devem ser cobrados, fiscali-

zados, subsidiados, chamados por quem os elegeu para o caminho certo. Se o parlamentar não for para o caminho certo, cabe, na eleição futura, ser apenado com sua derrota.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador, a falta de diálogo decorre justamente da inexistência de canais de comunicação. E a responsabilidade é nossa. Vou dar um exemplo. Certa feita, no Rio de Janeiro, o Deputado Gileno De Carli, já na segunda legislatura, comentava comigo que a sua reeleição estava tranqüilamente garantida, e visitou poucas bases. O Deputado Gileno De Carli foi o autor do art. 34/18 da SUDENE, que iniciou a arrancada para o desenvolvimento do Nordeste. O nobre Deputado acreditou que com esse projeto estaria eleito. Entretanto, ele teve uma grande decepção, Senador, ficando como segundo suplente. Por quê? Pela falta dos canais de comunicação com o povo. O trabalho de V. Ex^a e de todos nós, nesta Casa, não é somente aqui no plenário; é, principalmente, nas Comissões. Mas, ninguém sabe disso. Às vezes o plenário está vazio, mas as Comissões estão funcionando, nós estamos lá trabalhando. Então, Senador, essa imagem de que o Congresso não trabalha deve ser mudada. Nós, aqui, trabalhamos muito, mas não há o devido destaque. Há pouco, fiz um pronunciamento a respeito de importante tema, como V. Ex^a agora também o faz, e fui aparteado por vários Senadores. Tenho certeza que se amanhã a imprensa publicar a nota e, ainda assim, se V. Ex^a tiver algumas amizades. A cobertura ao trabalho do Congresso Nacional é mínima. E foi um grande erro abrimos mão daqueles 5 minutos de que dispúnhamos, Senador.

O SR. RUY BACELAR — Junto, mais uma vez, o aparte de V. Ex^a ao meu discurso. Penso, como V. Ex^a, que está faltando a devida divulgação do trabalho do Parlamento, para que possa desaparecer esse hiato, esse divórcio existente entre os representados e os representantes.

O Sr. Gilberto Miranda — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Gilberto Miranda — Senador Ruy Bacelar, é com coragem que V. Ex^a aborda um problema que afeta o Senado. Esta Casa está sonolenta, está dormindo, e está na hora de acordar. Nós, aqui no Plenário, sempre somos os mesmos e, às vezes, ficamos arrumando desculpas. Tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados têm as comissões, o parlamentar tem que atender prefeitos, preparar projetos. Acredito que a própria imprensa daria um tratamento diferente se criássemos condições nesse sentido. A meu ver, não é o eleitor que tem que vir a nós. Nós, que fomos eleitos, é que temos que ir a ele. Penso que esta Casa dispõe de recursos para encomendar pesquisas para saber o que a sociedade está pensando. E se não houver recursos, vamos criá-los. Mas, vamos tentar chegar mais perto da sociedade. Vamos saber exatamente aquilo que é necessário ser feito, vamos acompanhar mais de perto o Executivo. O impeachment do Presidente Collor só aconteceu depois de excessivos sinais de corrupção. Caso contrário, o Governo anterior estaria aí até hoje. Se esta Casa passar a acompanhar de perto o trabalho do Executivo, dos ministérios, se esta Casa parar de aprovar concessões de televisão, tenho certeza que ocorrerão mudanças. Vamos verificar o comportamento do lado de lá. Mas precisamos ser éticos, olhando o comportamento dos três la-

dos: da população, o nosso e o da imprensa. Antes de tudo é preciso ter coragem para abordar assuntos polêmicos. A classe política está desacreditada, mostram as pesquisas. Entretanto, elas podem não mostrar tudo o que deveriam, talvez a imprensa esconda um lado da pesquisa, que seria favorável a nós, Parlamentares. Está na hora de sair desta sonolência, de tentarmos chegar mais perto dos problemas e da população. Se não temos recursos, vamos criá-los, mas vamos enfrentar o problema. Vamos agir como V. Ex^a tem feito no nosso Partido. Quando aqui cheguei, V. Ex^a era tido como rebelde, querendo até depor presidente de partido. Na verdade, não era nada disso. O que V. Ex^a queria era ética, queria que o Partido acordasse, que o Partido trabalhasse e se preparasse para as próximas eleições. Tive a oportunidade de, nesta segunda-feira que passou, estar na sua terra, juntamente com o Senador José Fogaça, onde pude constatar o excelente trabalho de V. Ex^a e da sua equipe, do diretório, com a filiação de pessoas do mais alto nível, que têm coragem, que têm tempo e estão mais perto da população e podem trazer subsídios para o diretório central, para os integrantes desta Casa. V. Ex^a deve continuar, deve voltar a esta tribuna para insistir neste tema, porque ele é muito importante. E vamos cobrar desta Casa, da Presidência, que encomende uma pesquisa, que nos traga material, que nos dê condições de, efetivamente, chegarmos mais perto da sociedade. Muito obrigado, Senador.

O SR. RUY BACELAR — Obrigado, eminente Senador Gilberto Miranda. V. Ex^a tem toda razão. Eu sou engenheiro, sou leigo no assunto, mas vou me arriscar, vou ousar dizer algo, com a licença dos juristas brilhantes da Casa: Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides, Iram Saraiva e tantos outros.

O que há, em verdade, neste País, é desperdício. São pontes começadas e não concluídas; estradas sem interligações; obras que sofrem solução de continuidade por mudanças de governos ou porque o projeto era infundado, não tinha razão de ser. Mas isso diz respeito ao legislador, ao parlamentar que deve, no meu entender, como representante do povo, fiscalizar e escolher bem as obras para que o Poder Executivo aplique bem o dinheiro do povo. Não sei se consegui expor claramente esse meu pensamento, Senador Cid Sabóia de Carvalho, posso até estar errado, mas é o que sinto como leigo e engenheiro. Entendo que o Parlamentar e o povo são os patrões. O Prefeito, o Governador, o Presidente da República são os empregados. Cabe ao patrão, além de indicar, de sugerir as obras que vão ao encontro das aspirações populares, fiscalizar e não deixar que o dinheiro do povo seja desviado. Esse é o meu pensamento como leigo.

Caberia à imprensa, de uma maneira geral, ajudar-nos a fiscalizar o Poder Executivo, já que somos os legítimos e únicos representantes do povo. Há, não tenham dúvida, alguns de nossos companheiros que não honram, que não dignificam a confiança popular. É tarefa nossa puni-los, também para servirmos de exemplos, de espelho e termos a autoridade suficiente e necessária, para fazermos o que fizemos em janeiro, quando, acompanhando a vontade do povo brasileiro, afastamos um Presidente da República.

Que não fique só aí, que possamos com nossa força e o apoio popular punir aqueles que vivem a se locupletar do mingado dinheiro do povo brasileiro, que vive nessa sociedade tão sofrida, onde poucos têm tudo e a grande maioria nada.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo o aparte ao nobre Senador e Jurista Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Queria louvar o discurso de V. Ex^a, que, acima de tudo, tem o caráter de advertência. É, sem dúvida, uma advertência. Mas com todos os males, possíveis de identificar, do Poder Legislativo, qual a tônica do aparte do Senador Gilberto Miranda, não se pode negar o crescimento de um movimento fascista no País, e que visa inviabilizar as instituições. O Poder Judiciário é mais poupado, sem dúvida alguma, por deter o controle da aplicação da lei e por ter uma força necessária e eficaz na repressão àquilo que de justo for dirigido àquele setor da República brasileira. O Poder Legislativo é, de certo modo, indefeso diante do que se lhe atribui. E, se formos examinar, na verdade, bem de verdade mesmo, esse Poder tem cumprido sua missão, muito embora haja falha individual num ou noutro representante do povo. Estamos, hoje, sob a égide de uma Constituição, magistralmente elaborada por este Poder, com as aptidões constituintes concedidas pelo povo brasileiro. Se V. Ex^a examinar o rendimento legislativo dos últimos tempos, não passaríamos, necessariamente, pelo processo de **impeachment** do Senhor Presidente da República. Antes do **impeachment**, é preciso que pensemos nas diversas comissões que aqui têm tido uma realização decente, adequada, uma investigação correta, com resultados altamente positivos; notadamente, as Comissões Parlamentares de Inquérito que se constituíram depois de 5 de outubro de 1988, já sob nova ordem constitucional. Não há como negar a eficiência dessas comissões de inquérito, e muito menos das comissões especiais que aqui têm trabalhado com afinco em matérias de tanta importância. É preciso notar que hoje, com a nova Constituição e o novo Regimento Interno do Senado Federal, as comissões são terminativas, e muitos dos projetos desta Casa saem daqui diretamente para a Câmara dos Deputados, como projetos da Câmara dos Deputados saem de uma comissão para o conhecimento do Senado Federal. Isso fixa a filosofia de que o funcionamento no Senado Federal não é somente este Plenário, que o Senado Federal funciona de outros modos, inclusive através de suas comissões, dos gabinetes dos Srs. Senadores, dos Srs. Parlamentares desta Casa. Isso descarrega um pouco o peso que se fazia sobre este Plenário. Projeto de autoria de Senador, salvo recurso, vai direto para a Câmara. Projeto de Deputado, salvo recurso para plenário, vem direto para o conhecimento desta Casa. Nem de leve, nobre Senador Ruy Bacelar, quero defender aqueles que, sem razão, se descuidam de seu trabalho parlamentar. É quero dizer que posso falar com a mesma autoridade de V. Ex^a, porque, aqui, tenho sido assíduo às comissões as quais pertenço, até me excedo, afetando minha saúde, sou assíduo neste plenário, assíduo em relatorias, assíduo em presidências. Dou todo o meu esforço exatamente a esta Casa, que é minha atividade exclusiva. Não tenho outra atividade. É verdade que muitos se descuidam da famosa tarefa de Deputado e Senador, e dão razão a essa crítica feita pelo Senador Gilberto Miranda, que pensa que precisamos sair de uma certa inércia. Com isso não concordo. Com todas as dificuldades porventura existentes, esta Casa elaborou um belíssimo substitutivo sobre o Ministério Público Federal, de autoria do Senador Amir Lando. A Advocacia-Geral da União foi organizada graças a trabalho de minha autoria, aprovado por esta Casa, e respeitado pela Câmara dos Deputados, que primeiro rejeitou nosso substitutivo para, depois, incluí-lo novamente no texto da Câmara dos Deputados, atinente a essa matéria. Recentemente, organizamos o Minis-

tério Público nos Estados. Garanto a V. Ex^a que não há matérias de grande importância dormitando no Senado Federal. A Lei de Imprensa, aqui, teve um trânsito extraordinariamente brilhante, graças à atividade dos Senadores José Fogaca, Josaphat Marinho, entre outros. Não podemos negar que agora estamos entregues ao estudo da organização partidária. Hoje, pela manhã, discutimos minudentemente, e até com certa exaltação, a composição química da gasolina brasileira. A verdade é que, hoje, temos projetos importantíssimos nesta Casa, sob intenso trabalho. Hoje, gastei quase todas as horas da manhã, salvo o tempo que passei na Comissão de Assuntos Sociais, recebendo diversas comissões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Reservei uma grande área do meu gabinete somente para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no qual já estou enfiado pela existência de projeto idêntico nesta Casa, do qual também sou relator. Dando um balanço, assim, individual, por parte de um Senador, se perguntasse a V. Ex^a o balanço de cada um veremos que esta Casa não tem inércia. Esta Casa tem, acima de tudo, a vigilância democrática, aqui exercida com o poder de crítica que em minha voz nunca calou. Daí por que V. Ex^a viu ser substituído o Ministro da Fazenda, graças a ter voltado a esta Casa, cedeu a vir aqui para substituir a minha iniciativa de convocá-lo. E vindo aqui, ao contrário do que tanto se diz, que convenceu, na verdade, não havia convencido nem a ele próprio, nem ao Presidente da República, nem a nós, principalmente a mim, daí haver sido substituído no Ministério tão importante que ocupava. Fôssemos falar, chegaríamos à conclusão de que há injustiça para com esta Casa. V. Ex^a tocou, no início de seu discurso, em exemplos magistrais da República, porque se V. Ex^a me dá o aparte, como deu, chamando-me de jurista, distinguindo-me por esta palavra, poderia, se quisesse me alongar, falar sobre a filosofia do Direito Constitucional brasileiro, mostrando aquilo que V. Ex^a estava dizendo em outras palavras. Mas, na verdade, aqui somos a Federação, enquanto a Câmara dos Deputados é a força populacional, a força do eleitorado. Juntando Estados e povo, somos o Congresso Nacional. O que é mais que o povo? O que é mais que os Estados que formam a Federação? Evidentemente, nada é maior do que isto. Daí termos a nítida impressão de que V. Ex^a tem toda a razão quando entende que o Poder Executivo deve as suas satisfações ao povo e aos Estados. Seria demais dizer que isso é inequivocamente verdadeiro? Por certo que não. Toda e qualquer intolerância democrática, Senador Ruy Bacelar, terá que se chocar conosco, terá que vir de encontro a esta Casa — e não ao encontro — porque aqui é onde moureja a essência democrática da existência do Estado brasileiro. Por isso é que se bate em uma e em outra Casa, por isso é que se bate na figura do Senador e do Deputado. Nada se perdoa. A tudo que aqui acontece se dá uma outra conotação, mas isso ocorre porque nós queremos assim. É a liberdade de imprensa que aqui defendemos com toda a justeza, com toda a força espiritual das emendas sobre a liberdade de imprensa, muitas delas foram de minha autoria, muitas outras do Deputado Paes de Andrade, que então era 1º Secretário da Câmara dos Deputados. Muitas foram as emendas sobre a liberdade de imprensa e nenhum dos autores dessas emendas, que resultaram nessa liberdade, tão decantada por uns e criticada por outros, se arrepende. Talvez seja do jogo democrático sermos batidos, sermos atacados, sermos machucados, porque aqui há a estrutura da verdadeira representação parlamentar, que pode sofrer essas pancadas. Imagine V. Ex^a se essa crítica, adrede-

mente colocada contra o Poder Legislativo, se dirigisse ao Poder Judiciário? Se fosse o Poder Judiciário que existisse sob a eterna, contínua, diária, cotidiana contestação, que seria dele? Mas nós, não! Temos a altivez, que está na citação de V. Ex^a, quando foi ao Império buscar a lição daqueles que ainda estavam próximos a todas as conturbações advindas da primeira Constituição do Império e também próximos, igualmente, da Constituição da década de 1890, onde tivemos o talento de Rui e muitos outros talentos perfazendo os alicerces desta Constituição de agora, alicerces que foram traídos pela "Polaca", alicerces que foram reforçados em 1946, mas alicerces que se balançaram, mesmo sendo alicerces, quando da existência dos movimentos políticos brasileiros que levaram o Estado a aspectos ditatoriais, à vida ditatorial, à perseguição de políticos, à perseguição de intelectuais, à perseguição de estudantes, aos subterrâneos da liberdade, aos subterrâneos do Estado Novo, à miséria, ao desaparecimento, à morte, a cemitérios clandestinos, que seriam repetidos depois de 1964. A crítica de V. Ex^a só é perfeita porque não se distancia do fundamento democrático, do fundamento constitucional, do fundamento legislativo, a essência filosófica da democracia, que manda existir, sim, o bicameralismo, através da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Louvo em V. Ex^a a sinceridade dessa abordagem e o dar tundamento constitucional e histórico às palavras que aqui profere em torno desse assunto tão sério e em tom de séria advertência. Uma correta advertência, porque, afinal de contas, nada é perfeito no mundo e quiçá fosse possível tornar perto da perfeição o funcionamento do Senado e o funcionamento da Câmara dos Deputados. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. RUY BACELAR — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, incorporo, com muita honra, o seu pronunciamento, o seu aparte, a sua aula sobre Direito Constitucional, que vem ao encontro do meu modesto pensamento.

Peço vênia para discordar um pouco do começo do seu aparte. Não coube, pelo que me consta, nem ao orador que usa esta tribuna, nem ao nobre Senador Gilberto Miranda, criticar a atuação do Congresso brasileiro, sobretudo do Senado. O que eu pronunciei desta tribuna e o que eu entendi do aparte do eminente Senador Gilberto Miranda foi que, pelo erro de poucos, a instituição, como um todo, está sendo injustiçado. Daí o divórcio que existe, por falta de conhecimento — e as pesquisas aí estão —, entre o povo e o próprio parlamento, entre os representados e os seus representantes.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a só um aditivo?

O SR. RUY BACELAR — Com muito prazer.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — É uma questão de semântica. A palavra crítica, para mim, não tem esse sentido do ataque, crítica, para mim, é análise. O discurso de V. Ex^a é crítico, quer dizer, é um discurso de análise, de entrechoque de idéias, de detalhes e de informações. Eu não uso a palavra "crítica" num sentido que não seja o seu sentido científico, não digo "critiquei" porque "ataquei". Quando eu ataco, ataco, quando eu critico, analiso. É uma questão só de semântica.

O SR. RUY BACELAR — Eu incorporo, novamente, o seu aparte a este pronunciamento. Quero dizer que o posicionamento do Congresso brasileiro, nos últimos anos, tem sido de sintonia com a vontade popular. Basta dizer que todos os projetos dos governos que vão ao encontro das reivindi-

cações ou das aspirações populares tiveram o "aprove-se" do Congresso, tanto da Câmara, quanto do Senado.

Se voltarmos no tempo, não há um só projeto do ex-Presidente José Sarney que não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional, e até do Presidente Collor e do Presidente Itamar Franco. Todos os projetos que estão correspondem à vontade popular tiveram o nosso apoio, e apoio no Congresso se dá através de voto. Daí terem a maioria dos votos do Congresso Nacional.

O Sr. Gilberto Miranda — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo um aparte ao eminente Senador Gilberto Miranda.

O Sr. Gilberto Miranda — Eu queria esclarecer ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, um Senador operoso, sempre presente nas Comissões, um Senador sobretudo semântico, atuante, e, como ele, muitos outros Senadores nesta Casa, que, quando falo que esta Casa está sonolenta, é o que me parece. Só sonolenta, mais nada. Não vai nenhuma crítica específica a um ou a outro Senador. Agora, há os que aqui aparecem, que estão sempre presentes, como o Senador Aureo Mello, a Senadora Júnia Marise, o Senador Magno Bacelar, o Senador Bello Parga, o Senador Francisco Rollemberg, que estão sempre nas Comissões, presentes. O que acho é que, efetivamente, se não trouxermos mais gente a esta Casa, se não discutirmos mais os problemas, se não tentarmos trabalhar um pouco mais aqui, em plenário, realmente a Casa fica sonolenta. Não vai, em nenhum momento, crítica pessoal a um ou outro Senador. E queria deixar claro que sou admirador do Senador Cid Sabóia de Carvalho, e acompanhamento de perto o seu trabalho, os seus discursos no plenário e, praticamente, toda a atividade de S. Ex^a Era só, nobre Senador.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço o aparte de V. Ex^a e quero somente reafirmar que o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho é o nosso guru: quando S. Ex^a fala nós o ouvimos com a maior atenção e com o maior respeito.

O Sr. Aureo Mello — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello — Nobre Senador, V. Ex^a fala bem quando reivindica ao Congresso essa popularidade que lhe deveria ser inerente. Nós, aqui, temos dois meios de comunicação que, realmente, são úteis, importantes, vitais e que estabelecem a ponte entre o Parlamento e o povo. Um deles é o programa "Voz do Brasil" que é ouvido, compulsoriamente, em todos os recantos do País, inclusive na Amazônia. A "Voz do Brasil" é, por assim dizer, a nossa tábuca de salvação quanto ao que dizemos aqui, sendo transmitido a todos os nossos patrióticos. O outro é o **Diário do Congresso Nacional**, que expressa fielmente aquilo que ocorre dentro desta Casa, sendo lido pelos interessados. Não é um órgão de publicidade tão capaz quanto seria um jornal mas, pelo menos, é um diário oficial, um boletim que se transmite, oficialmente, para o conhecimento daqueles que desejam saber o que acontece nos bastidores e no cenário do Poder Legislativo. Infelizmente, hoje em dia, o veículo de publicidade maior e mais poderoso é a televisão. Evidentemente que seria uma felicidade se tivéssemos, todo dia, um fragmento da televisão assinalando as coisas que acontecem no diuturno do Poder Legislativo, e ao mesmo tempo um cadinho que nos permitisse retrucar, às vezes, as deturpações, as calúnias que são feitas

contra nós, gratuita ou intencionalmente. V. Ex^a deve saber, e ter sofrido também na carne, como todos os Parlamentares desta Casa, de vez em quando, através dos órgãos de imprensa, quer televisivos, quer jornalísticos, principalmente estes últimos, sendo alvo de notícias mentirosas, caluniosas e injustas. Já tive oportunidade de ver, na segunda página de um dos maiores matutinos deste País, uma notícia inteiramente inverídica envolvendo o meu humilde nome. Notícia fantasiosa, notícia criada pela imaginação doentia, ou de um repórter, ou de um chefe de redação, ou até de um diretor interessado em aluir o conceito moral de um componente desta Casa. Às vezes, a leviandade chega ao ponto de, não havendo matéria para publicar, certos pseudojornalistas inventam uma matéria. Outras vezes, o comentário é tão impiedoso, principalmente quando ele revolve as raízes da verdade, que chega a provocar verdadeiro abalo interior, psicológico, da parte dos que aqui dentro batalham para fazer um bom trabalho legislativo. Sem dúvida, se tivéssemos na televisão um veículo para complementar a divulgação de nossos trabalhos já feita pelo rádio e também pelo **Diário do Congresso Nacional**, ou seja, na imprensa, estaríamos completamente capacitados para nossa defesa. Mas, a verdade é que o Congresso é o famoso poder inerte, e sendo desarmado, oferecendo uma periculosidade menor, em relação àquele que fala, difama, diz, assevera, noticia, ou calunia, é como se fosse um paquiderme, equenos chuços, sem que tivesse condições de se virar para descobrir o autor da pontaria. Mas, creia V. Ex^a que as pessoas conscientes entendem que sem nós, políticos, e quando falo em políticos falo em uma vocação, falo em uma capacitação que é anímica, porque é como dizia Diógenes, outrora, quando lhe perguntaram o que sabia fazer, ele respondeu: "Eu sei conduzir homens e mais nada." O político é assim. Ele é um **condottiere** nato. E, se não houvesse o Poder Legislativo, não haveria nada, porque não há nada que não possa ser feito dentro de uma sociedade sem a legislação, sem a norma que produzimos aqui. É aqui que traçamos os rumos, os parâmetros, os caminhos, os passeios, os desideratos da sociedade. Então, V. Ex^a há de tomar, sem dúvida, como sendo assim uma espécie de osso do ofício, essa investida dos macaquinhos no dorso do paquiderme. O Poder Legislativo é esse grande elefante que segue em frente derrubando árvores. E, às vezes, os micos pulam na sua costa, pulam no seu lombo, mordem até o seu couro, mas a verdade é que eles não podem aluir, porque o Poder Legislativo segue em frente, vai derrubando a quem lhe fizer oposição, porque ele é a lei, é a diretriz, é o pensamento do povo, é a representação legislativa, é a democracia. No momento em que não houver legislatura haverá a ditadura. E quando houver a ditadura, será a vontade individual ou de uma classe prevalecendo sobre todas as outras. V. Ex^a é um vocacional do legislativo. Tenho ouvido e visto V. Ex^a nesta tribuna profligar e combater na hora que se faz preciso aquilo que V. Ex^a julga errado, e defende aquilo que julga certo. Mas o aviso é sempre bom para que os levianos se conscientizem que o Congresso é um monumento, é um grande morro de granito que deve ser respeitado como se fosse um ídolo ante o qual se curvavam os joelhos daqueles povos antigos que olhavam o grande rochedo, a grande pedra, como símbolo do poder até divino, diante do qual eles tinham que baixar a cerviz. E o resto, como dizem os antigos, são lírias.

O SR. RUY BACELAR — Nobre Senador Aureo Mello Filho, reúno o seu aparte ao meu pronunciamento, sobretudo pela apologia, pela descrição que faz do Poder Legislativo.

Agora, permita-me dezoar, discordar de uma parte de sua fala, quando V. Ex^a, poeta, historiador, escritor de quilate se considera uma pessoa humilde. Pois bem, eu o considero uma pessoa forte, eloqüente, inteligente e, além do mais, vibrante.

Mas, Sr. Presidente, dou prosseguimento ao meu discurso apesar de V. Ex^a me chamar a atenção, dizendo que o meu tempo já se esgotou, conseqüência dos apartes bondosos de meus companheiros.

Embora nunca a atuação do Congresso tenha sido tão significativa para a história do País, é forçoso reconhecer que nunca, como agora, a classe política foi tão atacada. Se antes as críticas eram por omissão, hoje, a atuação parlamentar é alvo de ataques sistemáticos que revelam a intenção clara de desestabilização institucional. Enxovalham, com enorme facilidade, o mesmo Parlamento que aplaudiram com tanto entusiasmo no episódio do **impeachment**.

Sr. Presidente, estou convicto de que suprimir o Poder Legislativo não é solução para erradicar os males decorrentes de suas falhas. É preciso não esquecer que já se tentou isso no Brasil, antes, entre 1930 e 1934, entre 1937 e 1945, e depois em 1964. Não existe democracia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem representação popular. Se essa representação merece, hoje, tamanha rejeição, cabe à sociedade renová-la, reabilitando-a, dotando-a de lideranças autênticas.

Se o nível dos políticos, hoje, em média, é insatisfatório, não será abolindo-os que o nível melhorará. Nos regimes conduzidos por políticos, há uma enorme vantagem da qual a sociedade e a imprensa parecem muitas vezes esquecer; por piores que sejam, sempre é possível dizê-lo publicamente. E quando é possível dizê-lo, é possível também mudá-lo. Sem regime democrático, não há povo livre, não há parlamento livre, não há imprensa livre. É melhor ter a democracia frágil que temos do que ter o Congresso Nacional fechado, a imprensa censurada, a ditadura.

O jurista Miguel Reale Júnior, em seu artigo "Crise Institucional", publicado na **Folha de S. Paulo**, no dia 20 de maio do corrente ano, alerta para o fato de que "instalada a ditadura, muitos que a clamam como solução milagrosa e imediata de nossos males serão os primeiros a se lastimarem da perda da democracia"... Sem dúvida, cedo ou tarde, a população se queixará do alto preço social e político que se paga onde não existe liberdade democrática.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional, através de seus dirigentes, tem a obrigação de responder às críticas que lhe são dirigidas. É saudável e até desejável que se critiquem aqueles que não cumprem com seus deveres e desmoralizam a classe política, mas é inadmissível que se tolere que essas críticas se estendam e atinjam a instituição como um todo. O Poder Legislativo não pode se calar ao ser desmoralizado.

Unamo-nos em defesa da democracia, unamo-nos em torno de um projeto nacional de preservação do equilíbrio institucional para superar esse momento difícil que atravessamos e para, com seriedade e trabalho, resgatar o nosso prestígio aos olhos de toda a Nação. Só assim poderemos construir uma sociedade mais justa e democrática e um futuro melhor para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ruy Bacelar, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi.

Durante o discurso do Sr. Ruy Bacelar, o Sr. Rachid Saldanha Derzi deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. Ruy Bacelar, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ceará comemorou, a 17 de maio do corrente ano, o primeiro centenário de nascimento do empresário Paschoal de Castro Alves, um legítimo símbolo das tradições de fortaleza moral e de combatividade de sua nobre gente, capaz de superar, com determinação hercúlea, quaisquer vicissitudes que o destino lhe traga.

Ninguém melhor do que ele, aliás, para caracterizar essas virtudes ímpares do povo cearense, em particular, e do nordestino, em geral, o que levaria Euclides da Cunha, na percutiente análise sociológica de *Os Sertões*, a considerá-lo, antes de tudo, um forte, por seu espírito a um só tempo indômito, realizador e desbravador.

Realmente, quem nasce naquelas plagas heróicas e já perpetuadas na Literatura Brasileira, de Rodolfo Teófilo a Rachel de Queiroz, partindo da grande nascente que é Alencar, aprende bem cedo a duelar contra os flagelos cíclicos impostos pela Natureza, adquirindo, em conseqüência, uma resistência incomparável, com a qual enfrenta, estoicamente, todos os desafios da sorte.

Dessa estirpe era Paschoal de Castro Alves, nascido a 17 de maio de 1893, em Riacho da Sela, a 100 quilômetros de Fortaleza, e falecido a 23 de julho de 1964. Homem de grande caráter, teve origens humildes, criando-se na cidade de Pentecoste, onde instalaria, com dedicação e sacrifícios, a sua primeira casa comercial.

Em 1921, com as economias ganhas em seu trabalho diurno, viajou para Fortaleza, estabelecendo-se com um armazém de estivas e miudezas, que logo prosperou, passando para o ramo de máquinas, bombas e motores. E a ele, no seu descortino e larga visão, deve-se o atual poder do Grupo Castro Alves, que lidera inúmeras empresas, desfrutando de alto conceito em todo o País.

De seu casamento com D. Maria de Lourdes, nasceram os seguintes filhos; o Embaixador Dario de Castro Alves, residindo atualmente em Lisboa, inteiramente dedicado à leitura; o Dr. Ivan de Castro Alves, empresário e intelectual dos mais distintos; o Dr. Laerte de Castro Alves, empresário; a Dr^a Eunice de Castro Alves, advogada, e a Sr^a Idilva de Castro Alves, de prendas domésticas.

Conheci-o pessoalmente e pude admirar, de perto, os seus excepcionais atributos morais. De temperamento sereno, transmitia excelente impressão a todos aqueles que entrassem em contato com sua personalidade de escol. Homem de sociedade, foi Diretor do Clube dos Diários, talvez na melhor fase dessa simpática organização diversional, a cuja frente estavam Eliezer Studart da Fonseca, médico dos mais ilustres, e Fernando Benevides, meu tio, então Presidente do Instituto de Previdência do Ceará.

Paschoal de Castro Alves pertenceu a inúmeras instituições ligadas à vida do comércio e da indústria de Fortaleza, em todas deixando o exemplo de seu idealismo, de seu devotamento às nobres causas e de seu espírito generoso e solidário.

Foi, verdadeiramente, um cearense padrão, empreendedor e sempre atento aos chamados do progresso, contribuindo de todas as formas possíveis para o desenvolvimento das instituições. E acompanhou o espírito dos novos tempos, com iniciativas oportunas e inteligentes, em favor do crescimento e atualização de suas empresas.

Quando de sua morte, a escritora Dinah Silveira de Queiroz publicou bela crônica no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, enaltecendo-lhe as virtudes e as obras, na convicção de que ele foi um daqueles justos de que nos falam os textos sagrados, sempre prestimoso e sem vaidades vãs, com elevado propósito de servir a sua terra e a sua gente.

As homenagens prestadas a sua memória foram justíssimas. Ele as conquistou pelo merecimento. E deixou plantada na alma alencarina uma legenda de dignidade, de amor ao trabalho e de solidariedade humana.

Como representante do povo cearense nesta Casa — acredito falar também em nome dos Senadores Cid Sabóia de Carvalho e Beni Veras —, manifesto o meu maior respeito a Paschoal de Castro Alves, na decorrência do seu centenário de nascimento, numa vida que constitui uma autêntica lição de fé e de bondade de ação construtiva e benemerência.

O Sr. Francisco Rollemberg — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, uma das maiores alegrias da minha vida se concretizou quando, certa feita, no mês de janeiro, eu entrava nos corredores da Faculdade de Medicina da Bahia, para verificar se, naquelas listas imensas de vestibulandos, constava o meu nome. Lembro-me da dificuldade — pois eram aquelas listas pregadas nas paredes laterais dos corredores, estudantes aos borbotões a nos empurrar —, para ver se encontravam divisados os seus nomes, não grafados por um lápis vermelho. Numa dessas páginas, cheias de tinta vermelha, encontrei o meu nome. Eu fora aprovado no vestibular para a vetusta, a gloriosa Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia. Aquela Faculdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, funcionava no prédio, no Terreiro de Jesus, ao lado da Catedral, às portas da Igreja São Francisco. Nos seus corredores, convivi com o que havia de melhor da medicina daquela época. Fui aluno de Rafael Menezes, em anatomia, Jorge Novis, Aristides Novis, Euvaldo Diniz Gonçalves, Estácio de Lima, professores que ensinavam as cadeiras básicas; naquele prédio, dava partida àqueles que iam estudar medicina.

Sr. Presidente, depois de formado, eu realizava anualmente uma visita, quase que uma viagem *in corde*, uma viagem de coração naqueles corredores, visitando laboratórios, de uma maneira especial o de bacteriologia, onde fui monitor acadêmico. Creia, Sr. Presidente, eram momentos de glória que eu vivia na minha pós-formatura em medicina.

Há poucos dias, a Bahia viveu uma festa: ao lado da referida Faculdade, o Governador Antônio Carlos Magalhães restaurava o Pelourinho.

Acreditei que sendo também o prédio da Faculdade um dos mais importantes e tradicionais da Bahia e que, de certa

forma, fazia parte daquele acervo arquitetônico, havia também passado por um processo, se não de restauração, de recuperação daquela Casa que o Professor Clementino Fraga Filho chamava "a gloriosa Faculdade".

Sr. Presidente, há poucos dias, revendo o jornal do Conselho Federal de Medicina, para minha surpresa, vim a saber que o nosso anfiteatro — o grande Auditório Alfredo Brito — simplesmente desabou; aquele bellissimo anfiteatro, cerca de estátuas, o Pantheon da Faculdade de Medicina desabou. O seu prédio encontra-se destelhado; alguns dos seus laboratórios já não pertencem mais à Faculdade de Medicina — eu mesmo constatei esse fato na última vez em que lá entrei, quando fui visitar o gabinete de bacteriologia; era um departamento da Faculdade de Filosofia, um laboratório de fonética; já era a desnaturação da nossa velha Faculdade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou ler o que diz o jornal do Conselho Federal de Medicina:

"Símbolo de uma época em que o Ensino Médico era do mais alto nível, o prédio da antiga Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, em Salvador, Bahia, precisa de socorro urgente. Na ala principal do conjunto arquitetônico — onde existem salas com afrescos nas paredes e piso de madeira corrida e de mármore rosa e branco com granito negro — ainda funcionam dois museus: o Memorial de Medicina e um Centro de Estudos Africanos, obra do eminente Mestre de medicina legal, Estácio de Lima. No anexo, há alguns salões sendo utilizados para ensaios de grupos de teatro e dança. E é só."

Até o laboratório de fonética da nossa antiga Faculdade de Filosofia, que lá se instalou, já não se encontra mais.

"O resto do prédio, um dos poucos exemplares da arquitetura neoclássica do século XIX, está em ruínas. Isso inclui um anfiteatro circular com 1,78 mil metros quadrados, cercado de estátuas."

Trata-se do auditório a que há pouco me referi, o Alfredo Brito, onde vi Euvaldo Diniz, Jorge Novis, Aristides Novis e Estácio de Lima. Estácio de Lima, professor de Medicina Legal, praticamente convocava a sociedade baiana para assistir às suas aulas. Elas não eram para os alunos do quinto ano de Medicina, eram para o povo baiano. E nós, estudantes, disputávamos com as pessoas que vinham de fora, às quintas-feiras, um lugar para assistir às aulas magistrais daquele homem culto, notável, que Alagoas cedeu à Bahia.

"Hoje o teto caiu e o mato invadiu o lugar, bem como toda a ala nordeste do prédio que inclui a antiga biblioteca", que fez parte da minha vida durante seis anos.

Como aluno pobre, era naquela biblioteca que passava as minhas tardes, estudando nos livros que não podiam ser cedidos, levando para casa, às vezes, aqueles que podiam ser emprestados. Na nossa época, não havia xerox. Íamos para as bibliotecas copiar livros, no mais das vezes, porque não podíamos comprá-los.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o abandono da Primeira Escola de Medicina do Brasil - e quero lembrar que foi fundada em 1808 por D. João VI, com o nome de Escola de Cirurgia e que deixou de abrigar a Faculdade de Medicina no início dos anos 70 com a reforma do ensino - revoltou e revoltou médicos como eu que lá tiveram a sua formação basilar, ex-alunos e professores que se reuniram a historiadores e arquitetos

para lutar pela preservação do conjunto, tombado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. . .

Só o valor arquitetônico e cultural do prédio já vale o esforço, mas, para a comunidade médica e, principalmente, para quem estudou ou lecionou ali, a escola não tem preço. "Para muitas pessoas, o prédio tem uma alma, uma vida própria e muita coisa a dizer".

Aquele prédio, de certa forma, é um pouco da minha alma, um pouco da minha existência. Foi aquela Faculdade de Medicina quem deu a grande alegria da minha vida, que me permitiu chegar a esta Casa, que me formou para o mundo, que me fez médico, que me fez entender o sofrimento humano; foi ela quem me dotou de sensibilidade social. Aquela escola é um marco na vida da minha geração; de gerações que me antecederam e de gerações que me sucedem.

"Ela simboliza um ensino médico de qualidade, com professores de alto valor e que produziu grandes mestres da medicina. Entre eles, Nina Rodrigues, Oscar Freire e Juliano Moreira", em meio a tantos nomes que de lá também saíram para prestar e emprestar seus conhecimentos às faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo.

"O mestre José Silveira, membro da Academia Baiana de Medicina e aluno da turma de 1927, lembra-se com saudade da disputa dos alunos para ser o melhor da turma e de chamadas orais aterrorizantes. Ou dos calouros tendo que encontrar suas gravatas no meio de uma quilométrica corda de roupas, providenciada pelos veteranos.

Centro nervoso de movimentos culturais, políticos e sociais que fervilhavam na Bahia, a Faculdade do Terreiro é a principal referência histórica do movimento estudantil do Estado.

Foi lá que estudantes, professores e intelectuais protestaram contra a revolução de 30 e onde discoraram do golpe de 1964."

O Sr. Josaphat Marinho — Senador Francisco Rollemberg, V. Exª me concede um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Ouço V. Exª, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Francisco Rollemberg, antes que V. Exª termine a exposição que faz, em que junta a saudade ao testemunho, que é de toda a Bahia, por que se faça renascer a velha Faculdade de Medicina, permita-me um aparte. Tudo quanto V. Exª diz é corretamente exato. É lamentável que o velho e glorioso edifício se encontre na situação por V. Exª descrita. Mas V. Exª sabe que o prédio é federal; integra o patrimônio da Universidade Federal da Bahia. Vários movimentos têm sido tentados, iniciados, visando à reconstrução do edifício. A Universidade da Bahia creio que não encontrou ainda meios junto ao Ministério da Educação para a restauração devida. Essa restauração, entretanto, se impõe, quer pela grandeza e tradição do prédio, quer porque agora o Governo da Bahia desenvolve um trabalho notável que V. Exª há de ter observado na reconstrução de todo o centro histórico de Salvador. Em torno da velha e gloriosa Faculdade de Medicina, já são centenas de prédios que se apresentam dignamente à admiração do Brasil e do estrangeiro. Não respondo, num assunto desta natureza, pela decisão do Governo do Estado, mas lhe posso assegurar que, na medida em que a reconstrução do centro histórico prossegue, e vai prosseguir em grande escala, o Governador Antônio Carlos Magalhães não faltará ao seu dever para com

a velha escola em que também se diplomou. O problema está em encontrar a forma legal que lhe permita fazer a reconstrução, já que o prédio é de propriedade da Universidade Federal da Bahia. Mas, se recursos de ordem legal não lhe faltarem, estou certo de que o Governador não negará o seu concurso para completar a obra admirável que vem realizando no centro histórico, dando também, à velha Faculdade de Medicina, a dignidade arquitetônica que ela merece.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG — Eminente Senador Josaphat Marinho, V.Exª, Professor emérito da Universidade da Bahia, que conhece de perto o valor histórico e arquitetônico daquele prédio, concede-nos um aparte que enriquece muito este nosso singelo pronunciamento.

V.Exª se refere às preocupações do Governo do Estado, às quais quero somar as minhas. Naquele prédio, existia uma sala muito ampla que servia como laboratório de higiene, onde ficava Magalhães Neto, de quem era assistente seu filho, o atual Governador.

Sei que o Governador Antônio Carlos é homem de extrema sensibilidade; sei que o prédio está tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional e que pertence à Universidade; sei que a Universidade já fez um apelo para que se fizesse essa restauração, que, a preços de hoje, custaria 109 bilhões de cruzeiros. Mas é necessário que o Governo do Estado, o Patrimônio da União, o Ministério da Educação e Cultura, a sociedade baiana, que se orgulha daquela Casa, e o Brasil como um todo contribuam para a reconstrução daquela que foi a grande Casa formadora dos médicos deste Brasil por mais de século. Todos devem se unir para que aquela Escola volte a ser o ponto de encontro dos médicos baianos e dos que dali saíram.

Espero, assim, que não terminemos, um dia, como vou terminar este discurso, mostrando aquele prédio e cantando aquela música: "Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada". A nossa Casa, que é o repositório da ciência e do saber médico no Brasil e que foi a primeira Faculdade de Medicina, não pode se tornar "uma casinha muito engraçada, que não tem teto, não tem nada".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A Srª Júnia Marise — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) - Concedo a palavra à nobre Senadora.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, enquanto o Governo se permite analisar a possibilidade de criar um novo ministério, deparamo-nos com um problema gravíssimo na área da saúde.

Os jornais mineiros do dia de hoje estampam as seguintes manchetes: "Hospitais mineiros vão reduzir atendimento"; "Hospitais decidem *lockout* hoje". O fax do meu gabinete, Sr. Presidente, não parou de atender a manifestações providas de todos os municípios do nosso Estado, denunciando a omissão gravíssima por parte de órgãos do Governo, notadamente do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Saúde, diante do problema. Há mais de quatro meses, eles não repassam recursos aos hospitais conveniados do INAMPS.

Penso sobre as grandes dificuldades por que passa o nosso País. Podemos constatar que o Brasil está no fundo do poço,

pois 70 milhões de brasileiros vivem à custa da política da caridade; trinta e cinco milhões de crianças carentes perambulam pelas ruas, expostas à mendicância e à delinquência; dez milhões de brasileiros não têm moradia digna onde possam abrigar sua família.

Sr. Presidente, os recursos que reclamamos são provenientes da contribuição que o Governo recolhe, por antecipação, do salário do trabalhador. E os hospitais conveniados do Sistema Único de Saúde representam atendimento hospitalar a trabalhadores aposentados e pensionistas de todo o País. Se esse atendimento, na área da saúde pública, é de extrema necessidade para a classe trabalhadora e a população mais pobre do nosso País, como podem as autoridades responsáveis negar o repasse desses recursos? É um compromisso estabelecido em convênios, nos quais esses órgãos determinam como exigência o atendimento por parte da rede hospitalar de todo o País, particularmente, de Minas Gerais. E por que não repassar esses recursos, se esta é a obrigação primordial do Governo Federal? Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nossa preocupação diante desta questão.

Além disso, traz-nos também à tribuna hoje o *lockout* que hospitais mineiros e de outros Estados pretendem fazer para pressionar o Governo, o Ministério da Previdência Social e o Ministério da Saúde a repassarem esses recursos. Queremos levar o nosso apelo e a nossa advertência a essas duas Pastas responsáveis pelo sistema de atendimento de saúde aos trabalhadores, aposentados e à população em geral.

O Sr. Magno Bacelar — V.Exª me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senadora Júnia Marise, V.Exª traz à tribuna desta Casa fatos que a imprensa vem explorando há muito tempo. Em hospitais de alguns Estados, como em São Paulo, por exemplo, já são os funcionários que estão pedindo o seqüestro de recursos do INAMPS para proteger os seus salários. Estou seguramente informado de que o Ministro Antônio Britto não vem repassando recursos ao Ministério da Saúde, conforme lhe determina a Constituição Federal, pelo receio de não poder pagar os 147% aos aposentados, como se não fossem graves o estado de saúde da nossa população e a precariedade do atendimento hospitalar. S.Exª, portanto, está deixando de cumprir o que a Constituição determina, visto ser legítimo o repasse para o Ministério da Saúde. Nem mesmo certeza tenho se esses aposentados ainda estarão vivos para receber o que lhes é devido, diante da falta de assistência médica que vem sendo reclamada pela população. Mais grave ainda, as Santas Casas de Misericórdia pensam em fazer uma passeata no centro de Brasília, protestando contra essa disputa entre Ministros por recursos que, na verdade, pertencem à população. Cumprimento V.Exª pela preocupação, associando-me à esperança de que o Governo se sensibilize e atenda ao clamor dos hospitais que estão fechando suas portas.

A SRA. JÚNIA MARISE — Incorporo o aparte de V.Exª, Senador Magno Bacelar, enfatizando que, diante de uma situação tão grave quanto essa, torna-se imperioso que tanto o Ministro da Previdência Social quanto o Ministro da Saúde unam-se neste momento. O que não pode acontecer é essa divisão de responsabilidades — e, quem sabe, de poderes — quando, na realidade, está em jogo toda a rede hospitalar do País. A população do País encontra-se, hoje, praticamente

à mercê da omissão do Governo, desse ato de insensatez e de grande gravidade.

Portanto, Sr. Presidente, estamos hoje aqui renovando o nosso apelo, a nossa crítica e a nossa advertência em nome dos trabalhadores e segurados do Inamps de Minas Gerais e de todo o Brasil, em nome dos aposentados e pensionistas, em nome da população pobre em geral, que depende dos hospitais da rede pública e dos hospitais da rede privada conveniados com o Inamps.

A partir deste momento, penso que o Governo deve determinar imediatamente a liberação desses recursos, como cumprimento da sua obrigação e do seu dever, antes que o País assista, com perplexidade, ao agravamento dessa situação, que poderá se tornar insustentável diante da omissão do Governo.

Tenho confiança no Ministro Antônio Britto, da Previdência Social, e no Ministro Jamil Haddad, da Saúde. São dois homens públicos que, tenho certeza, têm responsabilidade pelos atos que praticam e, sobretudo, sensibilidade para perceber que o fechamento de toda a rede hospitalar conveniada com o Inamps, em razão da demora no repasse de recursos, será dramático para o País e causará transtornos imperdoáveis e inexoráveis para toda a população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Júnia Marise, o Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência que ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel _ Antônio Mariz _ Aureo Mello _ Carlos De'Carli _ César Dias _ Dario Pereira _ Eva Blay _ Irapuan Costa Júnior _ Jonas Pinheiro _ Lourival Baptista _ Luiz Alberto Oliveira _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Raimundo Lira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 543, DE 1993

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 43 do Regimento Interno, a concessão de licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa no período de 4 a 12 do corrente, quando estarei ausente do País, em viagem técnica aos Estados Unidos da América, oportunidade em que, a convite da Bovespa e da BM&F, analisaremos aspectos relativos à regulamentação e funcionamento dos mercados de ações, ativos financeiros e produtos agropecuários em Nova Iorque e Chicago.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — Senador **Mário Covas**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 544, DE 1993

Requeiro, nos termos regimentais, sejam consideradas como presença as faltas a mim imputadas nos dias 3, 7, 10, 14, 17, 21, 24, 28 e 31 de maio de 1993, tendo em vista

ter comparecido a essa Casa sem que minha presença fosse anotada pelo setor competente.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — Senador **Iram Saraiva**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Aprovado o requerimento, será feita a retificação solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 545, DE 1993

Na forma do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, das palavras proferidas pelo Presidente Austregésilo de Athayde, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, dia 2 de junho em curso, durante as exéquias do jornalista Carlos Castello Branco.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1993. — Senador **Marco Maciel**.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, 3 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos do art. 39, a e parágrafo único do Regimento Interno, que no período compreendido entre os dias 4 e 12 do corrente, estarei ausente do País, em viagem técnica aos Estados Unidos da América, oportunidade em que, a convite da Bovespa e da BM&F, analisaremos aspectos relativos à regulamentação e funcionamento dos mercados de ações, ativos financeiros e produtos agropecuários em Nova Iorque e Chicago.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A comunicação lida vai à publicação.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

OFÍCIO Nº S/48, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Ofício nº S/48 de 1993, através do qual o Governo do Estado do Maranhão solicita autorização para contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos, para os fins que especifica. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do disposto no art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Bello Parga, para proferir parecer sobre o Projeto, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente do Banco Central do Brasil encaminha ao Senado Federal, através do Ofício “s” nº 48, de 1993, pleito do Governo do Estado do Maranhão no sentido de que seja autorizada a contratação de operação de crédito, junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de Cr\$19.776.804.318,53 (dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos), a preços de fevereiro de 1993.

Os recursos destinam-se ao financiamento do Projeto “Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão”, a ser desenvolvido pelo DER/MA.

A operação de crédito apresenta as seguintes características:

- a) valor pretendido: Cr\$19.776.804.318,53, a preços de fev/93;
- b) data provável para desembolso dos recursos: 20-5-93;
- c) juros: 12,00% a.a.;
- d) atualização monetária: TR;
- e) garantia: ICMS ou FPE;
- f) destinação dos recursos: financiamento do Projeto “Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão”, a ser desenvolvido pelo DER/MA;
- g) condições de pagamento:
 - do principal: em 37 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês;
 - dos juros: em parcelas trimestrais na carência, e mensais na amortização.

A instrução do processo encontra-se completa, dele constando os documentos exigidos pela Resolução nº 36/92, do Senado Federal, que rege a matéria. Cabe observar, no entanto, que a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS está vencida, sendo de todo recomendável sua revalidação, antes da assinatura do contrato.

O Banco Central do Brasil, em atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução já referida, pronunciou-se sobre a operação de crédito através do Parecer DEDIP/DIARE-93/0193, de 17-5-93.

Diz o parecer que o valor pleiteado pelo Governo do Maranhão, Cr\$19.776.804.318,53, a preços de fev/93, ou Cr\$10.209.383.153,52, tendo como base os preços de nov/92, respeita o limite fixado pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.636/93, de 26-1-93, de Cr\$30.000.000.000,00, a preços de nov/92.

Consigna, ainda, o parecer do Banco Central esclarece também que o Governo do Estado do Maranhão declarou possuir débitos externos vencidos e não pagos, situação a persistir, de acordo com o Sr. Governador daquele Estado, até que o Ministério da Fazenda promova o acordo com os bancos credores e transmita aos Estados as novas condições de parcelamento da dívida.

Diante do acima exposto, e considerando o mérito do pleito sob exame, somos de parecer favorável à autorização, pelo Senado Federal, da operação de crédito solicitada pelo Governo do Estado do Maranhão, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1993

Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de Cr\$19.776.804.318,53, para financiamento do Projeto “Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Maranhão autorizado a contratar, nos termos da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de Cr\$19.776.804.318,53 (dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos) a preços de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo são destinados ao financiamento do Projeto “Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão”, a ser desenvolvido pelo DER/MA.

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

- a) valor pretendido: Cr\$19.776.804.318,53, a preços de fev/93;
- b) data provável para desembolso dos recursos: 20-5-93;
- c) juros: 12,00% a.a.;
- d) atualização monetária: Reajustável pela TR;
- e) garantia: ICMS ou FPE;
- f) destinação dos recursos: financiamento do Projeto “Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão”, a ser desenvolvido pelo DER/MA;
- g) condições de pagamento:
 - do principal: em 37 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês;
 - dos juros: exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 46, de 1993, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito, junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP —, no valor de Cr\$19.776.804.318,53; para financiamento do Projeto “Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão.”

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, peço desculpas por estar com a voz um pouco comprometida.

Sr. Presidente, embora o pleito do Estado do Maranhão seja da maior justiça pois visa recompor a sua rede rodoviária,

o empréstimo, apesar de não ser tão vultoso, extrapola em muito a Resolução nº 36 do Senado Federal.

O Senado Federal, através da Resolução nº 36, admite e permite que se extrapole o nível de endividamento do Estado e dos Municípios em até em 25% além do débito à época em que essa Resolução foi prolatada.

No entanto, esse empréstimo, somado aos anteriores, ultrapassa em 193,96% os limites do Estado do Maranhão. Somado a isso, temos também, Sr. Presidente, o fato de que o Governo do Maranhão adota a tática de termos uma nova lei para acertar os seus débitos, inclusive com países e bancos internacionais. Este não tem sido o procedimento normal dos outros estados da Federação. Eles estão pagando seus débitos em dia e aguardando uma lei que substitua a Lei nº 8.338, a fim de que haja, no caso, uma consolidação das dívidas e um parcelamento que eu diria mais justo e equânime.

Verdadeiramente, sou daqueles que, desde o primeiro momento, foram contra a Lei nº 8.338. No entanto, Sr. Presidente, e apesar de haver sido eu, como já disse, contrário à sua aprovação, ela vige. E, por isso mesmo, o Senado Federal não pode aprovar esse empréstimo. Ele exorbita não só dos limites da Lei nº 8.338, mas também daqueles impostos pela Resolução nº 36, de 1992. Exorbita naquela quando não mantém os pagamentos a seus credores, internos e externos, em dia; e exorbita muito mais quando extrapola o seu limite de endividamento em 193,96%. De maneira que, sob pena de desmoralizarmos a Resolução do Senado e a lei aprovada por esta Casa, essa proposta não pode ser aprovada.

Aliás, Sr. Presidente, venho também, neste momento, fazer um apelo veemente à Mesa e aos Líderes de Partidos, para que não se dê urgência urgentíssima a matérias econômicas, porque, muitas vezes, elas parecem simples, mas não passaram — como ocorreu com esta de que falo — pela Comissão de Assuntos Econômicos e lá não foram discutidas. Se tivesse sido discutida essa matéria a que me refiro hoje, teriam sido levantados esses problemas e, num acerto com próprio Governo do Estado, poder-se-ia sanar, pelo menos em parte, essas anomalias.

De maneira que o Senado Federal não pode consolidar essas duas irregularidades. Uma afronta a Lei aprovada pelo Congresso Nacional, e a outra afronta à Resolução nº 36, do Senado, que, pelo art. 52 da Constituição, tem que baixar normas que regulamentem matérias econômicas.

Por ferir dois preceitos frontalmente, sou absolutamente contra. Não sou contra o endividamento de nenhum estado, muito menos do Maranhão. Sei que está muito bem gerido, que há um aumento na arrecadação e que, num acerto com a Comissão de Assuntos Econômicos, tenho certeza, o Governo do Estado poderá se tornar adimplente junto a seus credores e, assim, se credenciar. Em segundo lugar, é preciso estudar uma solução para que não se ultrapasse em 193,6% o nível de endividamento do Estado do Maranhão.

Por isso, sou contra a aprovação dessa matéria e acho que o Senado não pode votar favoravelmente a ela, de maneira nenhuma, sob pena de ferir a Lei e a sua própria Resolução.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Exª um aparte para um esclarecimento?

O SR. RONAN TITO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Ronan Tito, observo à página 13 dos documentos relativos à Ordem do Dia de hoje e a esse item que há declaração da Secretaria do Estado da Fazenda do Governo do Estado do Maranhão informando que

“o Governo do Estado do Maranhão, no que diz respeito a empréstimos externos, responde por débitos vencidos e não pagos a várias entidades financeiras. Todavia, a situação só permanecerá até que o Ministério da Fazenda promova o acordo com os bancos credores e transmita aos estados as novas condições de parcelamento da dívida. Por esse motivo, não é possível, no momento, declarar o valor atual dos referidos débitos.”

O que me pergunto é se não foi possível ao próprio Governo do Maranhão declarar o montante dos respectivos débitos no que diz respeito à parte externa, e V. Exª se referiu a um número — talvez eu não tenha tido tempo de averiguar —, mas como a declaração é de que não há como o próprio Governo dizer o quanto que deve, como foi possível a V. Exª chegar ao montante do que é devido? Quero acrescentar que considero importante que o Senado Federal seja mais rigoroso — como V. Exª está sendo — no exame das diversas solicitações. Há poucos dias obtive a informação, que agora estou averiguando, de que no caso de solicitações de empréstimos dos Governos do Estado da Bahia e do Estado de São Paulo, também houve uma certa impropriedade, porque havia débitos junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — no caso do Estado de São Paulo, da Sabesp, que era o órgão que pedia, e, no caso da Bahia, acho que o próprio Governo ou algum organismo. Foi algo para o que os representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS chamaram a minha atenção. Assim, é importante que venhamos a dar maior atenção a esses processos. Como nesse caso de que V. Exª fala o próprio Governo declara que não sabe qual é o valor dos débitos, acredito que devamos exigir maior rigor nessa declaração.

O SR. RONAN TITO — Nobre Senador, o Governo do Estado, quase sempre, sabe o total dos seus débitos, mas não podemos ficar aqui, no Senado, à mercê das informações dos Governos dos Estados. Temos um órgão oficial que controla a dívida dos Estados, dos Municípios e da União, que se chama Banco Central, que foi quem forneceu esses números, inclusive no encaminhamento do Expediente que veio para o Senado Federal, e com a recomendação que não se ultrapassasse os limites.

Devo dizer a V. Exª que, no que tange aos Estados de São Paulo e da Bahia, esses são fatos pretéritos. No entanto, tenho condição de dar as informações a V. Exª. É que naquele tempo não tínhamos em vigência a Lei nº 8.338, que foi apresentada por iniciativa do meu Partido, mas aprovada contra o meu voto, porque eu achava que não atendia aos interesses da União e nem aos do Estado. Mas, de qualquer maneira, é uma lei que existe e é um parâmetro que não podemos desobedecer.

Por outro lado, a quitação dos débitos com o Fundo de Garantia e com o Ministério da Previdência só passou, verdadeiramente, a ser condição para liberação de empréstimos depois que o Ministro Antônio Brito assumiu o Ministério da Previdência Social e mostrou que havia uma lei em vigência que não permitia que fossem feitos empréstimos se não fossem atendidas aquelas premissas.

Na verdade, naquela época, quando os processos do Banco Central vinham para o Senado Federal para serem analisados e, se fosse o caso, aprovados, não se falava dos débitos com o Fundo de Garantia e com a Previdência Social.

Veja V. Exª como este País é *sui generis*: foi preciso um acordo interministerial para que a lei fosse cumprida.

A partir de mais ou menos trinta dias da posse do Ministro Antônio Britto no Ministério da Previdência, verdadeiramente, quando se encaminha qualquer pedido de empréstimo para o Senado Federal, instrui-se, na inicial, se ele está em dia com o Fundo de Garantia, com a Previdência Social e com outros organismos.

Mas o caso em tela não é bem esse. O **paper** que encaminha o processo do Banco Central não faz menção, mas acredito que o Estado do Maranhão esteja em dia com o Fundo de Garantia, a Previdência Social e outros organismos ligados ao Tesouro Nacional.

Agora, o que nesse instante contraria a aprovação, não segundo a minha opinião, mas segundo o primado da lei, é a extrapolação do limite do débito que o Governo do Estado do Maranhão diz desconhecer, mas que o Banco Central tem obrigação de conhecer sempre. E o Banco Central nos informa que o nível de endividamento do Estado do Maranhão, que poderia ir até 125%, na época em que foi prolatada a Lei nº 8.338, hoje é de 193,6%.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador Ronan Tito, realmente a matéria está em regime de urgência, mas esclareço que não é de urgência urgentíssima. É de urgência, nos termos do art. 336, letra c.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, para ficar clara a minha questão de ordem, quero dizer que nem a Mesa, nem as Lideranças, em função da ordem econômica, devem permitir que venham para o plenário, em regime de urgência, matérias desse tipo porque na comissão técnica temos uma assessoria para estudar o assunto.

Veja, Sr. Presidente, não se trata de um capricho pessoal. De nada adianta o Senador, hoje Ministro, Fernando Henrique Cardoso querer coibir o ritmo inflacionário deste País não emitindo, se permitir que os estados continuem a emitir. Cessa a guitarra nacional e continuam as guitarras estaduais. Isso traz um desarrajo para a economia nacional. Por isso, temos que ser sempre intransigentes, sempre exigentes quanto à lei.

Além disso, por se tratar de assunto que nem todos têm gosto por ele — Economia —, levantei essa questão de ordem para que assuntos dessa magnitude não viessem ao plenário antes de passarem pela comissão técnica, a fim de podermos debater e confrontar os números.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Realmente V. Exª tem razão. Certas matérias não deveriam ser votadas em regime de urgência.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Ronan Tito levantou pontos de objeção ao parecer que expendi. Em primeiro lugar, quero dizer ao Plenário e, em especial, ao Senador Ronan Tito, que, em princípio, concordo com a opinião de S. Exª Também penso que determinadas matérias não deveriam tramitar em regime de urgência. Todavia, o que se tem verificado aqui, pelo exame das matérias votadas, é que pedidos de empréstimos de municípios e de estados têm merecido esse tratamento. Portanto, não vejo razões para o meu Estado ser discriminado nessas condições.

No tocante aos pontos objetivos focalizados pelo Senador Ronan Tito, quanto ao mérito do pedido, quero esclarecer

que foi levantado aqui que o Estado do Maranhão estaria inadimplente. Na realidade, o Governo do Estado do Maranhão não desconhece o valor do seu débito para com credores externos, só que, no momento, ele não tem condições de declarar esse montante, porque as negociações estão em curso. E, com o correr do tempo, juros e comissões incidirão sobre esse montante; por isso, o Governo maranhense não pode precisar com exatidão o valor do mesmo. Mas, na mesma declaração ele diz:

“Com relação aos débitos internos, objeto de negociações com os órgãos do Governo Federal — esse assunto foi objeto de referência de V. Exª, Senador Ronan Tito, e do Senador Eduardo Suplicy, em aparte —, reitero que o Governo do Maranhão não responde por nenhum débito vencido e não pago até a presente data.”

É imperioso que eu faça uma correção. Eu disse que a FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, era uma subsidiária do Bndes. Eu incorri em erro que agora retifico.

O pedido de financiamento destina-se a um projeto de programa rodoviário, que servirá de base para um pedido de financiamento externo.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando se recorre ao mercado financeiro externo ou quando se pretende recorrer, há entendimentos preliminares. O BIRD, órgão financeiro do Fundo Monetário Internacional, abriu a possibilidade de ser realizado o financiamento desse programa rodoviário, cujo projeto será financiado nos termos desse pedido.

A situação de débito externo em dólares para os órgãos internacionais é de pleno conhecimento do BIRD. Se ele não abrisse essa possibilidade, evidentemente, o Estado não se aventuraria a fazer um pedido de empréstimo e não se endividaria para fazer um projeto, caso não houvesse nenhuma possibilidade de ser atendido.

Com relação aos percentuais citados pelo Senador Ronan Tito, são números e números, não se discute. Quero sublinhar, entretanto, que esse percentual é calculado com base no comportamento pregresso da receita; receita esta que vem, atualmente, se comportando de maneira muito satisfatória, excelente mesmo. Se esse nível de endividamento fosse calculado com base na receita atual, evidentemente, esse percentual se reduziria ao nível estabelecido pelo documento legal citado pelo Senador Ronan Tito.

De maneira que não sei se minhas palavras satisfizeram inteiramente o Senador Ronan Tito, mas tenho a impressão de que esclareci a Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a matéria.

O Sr. Magno Bacelar — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, infelizmente existem contrastes no Brasil entre as necessidades dos Estados e os números frios da lei citada pelo nobre Senador Ronan Tito, que procura preservar não só resoluções desta Casa quanto à Lei nº 8.338, que dificultam, neste momento, a solução dos problemas do Estado do Maranhão.

Devo dizer que sou oposição ao Governo do Estado do Maranhão, mas reconheço o mérito do pleito ora examinado nesta Casa. O Governador Edison Lobão realmente encontrou o Maranhão com suas estradas totalmente dizimadas, intrafegáveis. E, sendo aquele Estado uma das unidades da Federação tipicamente agrícola, temos visto perder-se a produção e aumentarem-se as dificuldades da sua população.

Sr. Presidente, tendo em vista também a argumentação do nobre Relator — que são verdadeiras — de que a arrecadação do Estado, através de um grande esforço do Governo para fiscalizar em todos os sentidos, tem aumentado consideravelmente, talvez, em uma análise de hoje, se considerarmos os números do corrente ano, deixariam o Estado, se não enquadrado dentro do que prescreve a lei, muito próximo dela.

Sr. Presidente, como maranhense, como conhecedor profundo das causas que levaram o Governo do meu Estado a pleitear esse empréstimo, é que faço um apelo ao nobre Senador Ronan Tito, a quem todos nós aprendemos a respeitar nesta Casa. Sobretudo nas questões de comércio externo, de endividamento externo, a sua participação, na Comissão de Assuntos Econômicos, tem sido marcante. Se for levantada a questão de **quorum**, essa matéria não poderá ser votada hoje.

Nesse sentido, o meu apelo é para que a matéria volte à Comissão de Economia, para, juntos, encontrarmos uma solução conciliatória que atenda ao Governo do Estado do Maranhão; àquela população sofrida, que também faz parte do Nordeste — ela que se constituiu, durante muito tempo, no apoio às populações que migravam dos Estados menos favorecidos e que hoje sofrem também as consequências da seca.

Que encontremos uma solução que atenda tanto ao interesse nacional quanto da população do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Se os Srs. Líderes solicitarem a extinção da urgência, a matéria passará a tramitar na forma regimental, e será ouvida a comissão competente.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sinceramente, acho que a melhor solução para esse problema é empenharmo-nos junto aos Líderes para retirar a urgência. Porque em um período não muito dilatado poderíamos comprovar o aumento de arrecadação e fazer outros acertos junto ao Governo do Maranhão, a fim de se possibilitar a aprovação.

Não quero prejudicar o Estado do Maranhão. Sei da importância desse Estado, não só para o Nordeste, mas para toda a Federação. Constrange-me vir aqui obstar um assunto de tal natureza, mas acho que não podemos fazer vista grossa à lei e principalmente às resoluções do Senado.

Diria mais: nos termos em que está enquadrado o pedido de financiamento, ele é inconstitucional, porque fere a Emenda nº 3 do art 4º. Por isso mesmo, se em um acordo de lideranças pudermos retirar a urgência e retornar o projeto à tramitação, haverá possibilidade de conseguirmos um acordo para a aprovação do empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a matéria.

O Sr. Aureo Mello — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, consultaria a V. Ex^a quantos líderes seriam necessários para a retirada da urgência da proposição em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Um número, Sr. Senador, que represente a maioria dos Senadores; ou a maioria dos Senadores, independentemente dos líderes.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Seria uma aprovação pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sim, para requerer a extinção da urgência. Mas há outra hipótese: o assunto não ser examinado na sessão de hoje, como foi manifestado em plenário; também através de pedido de verificação.

Se a matéria não for aprovada, evidentemente ficará prejudicada, mas os Srs. Líderes poderão se manifestar sobre a extinção da urgência. Se a maioria dos líderes for favorável à extinção da urgência — e parece que aqui há líderes suficientes para atingirmos o **quorum** — a matéria teria a sua urgência extinta e passaria a ter uma tramitação ordinária.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, consulto se, como Líder do PT, posso fazer um requerimento nesse sentido e, em havendo aprovação do Plenário, de comum acordo, poderíamos, então, sustada a urgência, enviar o projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a pode encaminhar o requerimento com a assinatura de outros líderes que se encontrem em plenário.

O Sr. Aureo Mello — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não há líderes em número suficiente; por essa razão, acho preferível solicitar a verificação alvitrada por V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há **quorum** para a discussão, mas não para a votação. Peço a V. Ex^a que suspenda a votação, para que decidamos o assunto em uma outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O nobre Senador Ronan Tito pediu verificação de votação. Por economia processual, deixo de proceder à verificação, por ser visível a ausência de **quorum**.

A votação da matéria fica adiada, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 162, de 1993), do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.

Em discussão.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria:

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero ressaltar a importância deste projeto de lei, que dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.

São trabalhadores de quase todas as empresas de economia mista e empresas públicas, que aguardam a regulamentação do projeto de lei que, aprovado pelo Senado, vai à Câmara dos Deputados.

Em inúmeras empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, a PETROBRÁS e tantas outras, se organizam os trabalhadores para a eleição de seu representante.

Como já foi votado na semana passada — agora estamos apenas examinando a redação final —, desejo ressaltar que poderá a Câmara dos Deputados aperfeiçoar esse projeto, porque há pontos que mereceriam melhor consideração do Congresso Nacional.

O primeiro ponto refere-se ao parágrafo único do art. 1º, que diz:

“**Parágrafo único.** Excluem-se do disposto neste artigo as empresas públicas e as sociedades de economia mista vinculadas aos Ministérios Militares.”

Será isso mesmo adequado? Será que uma empresa como a EMBRAER, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, devesse efetivamente estar excluída de ter um diretor representante dos empregados? Não me parece adequado. Sugiro à Câmara dos Deputados que corrija essa exclusão.

O segundo ponto diz respeito ao art. 2º, que dispõe:

“Art. 2º O representante dos empregados será por estes eleito em assembléia convocada pela direção da empresa com antecedência de 30 dias.”

Ora, empresas como a PETROBRÁS, o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, obviamente têm muitas unidades, ou filiais e agências, em muitos Estados do território nacional. Uma assembléia convocada pela direção da empresa teria que ser melhor regulamentada. Quem sabe devesse ser dito: em assembléia convocada pela direção da empresa que, por sua vez, marcaria, nos diversos pontos do território nacional onde haja unidades daquela empresa, uma forma de eleição em escrutínio secreto ou algo assim.

Finalmente, o parágrafo único do art. 4º reza:

“Parágrafo único. O representante dos empregados exercerá seu mandato pelo prazo que restar aos demais diretores. E, se diverso o prazo desses mandatos, pelo que por último se extinguir”.

Ora, um diretor de empresa, normalmente, não tem um mandato senão aquele que se torna permanente, desde que a autoridade que o elege, o acionista majoritário, no caso o Poder Executivo, define. Enquanto o Poder Executivo avaliar que aquele diretor merece a sua confiança, o mandato continua em vigor. Mas esse é um caso distinto daquele referente ao diretor representante dos empregados. Nesse caso, poderá haver uma regulamentação por parte das assembléias dos empregados definindo o prazo de seu mandato. Talvez aí houvesse uma melhor consideração na redação por parte da Câmara dos Deputados, procurando aperfeiçoar tais questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Continua em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 324 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1991

Dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas públicas e as sociedades de economia mista vinculadas à União manterão, obrigatoriamente, em suas diretorias, pelo menos um representante dos respectivos empregados.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas públicas e as sociedades de economia mista vinculadas aos Ministérios Militares.

Art. 2º O representante dos empregados será por estes eleitos em assembléia convocada pela direção da empresa com antecedência de trinta dias.

Parágrafo único. Poderão concorrer à eleição todos os empregados admitidos pela empresa há, pelo menos, cinco anos.

Art. 3º A integração do empregado na direção da empresa far-se-á para cargo especificamente criado para tal fim, na condição de diretor representante dos funcionários.

Art. 4º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão criar cargos específicos em suas diretorias, necessários ao cumprimento desta lei.

Parágrafo único. O representante dos empregados exercerá seu mandato pelo prazo que restar aos demais diretores e, se diverso o prazo desses mandatos, pelo que por último se extinguir.

Art. 5º Os direitos, deveres e responsabilidades dos diretores eleitos sob o regime desta lei serão idênticos aos dos demais diretores das empresas públicas e sociedade de economia mista.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, dispondo, inclusive, sobre a forma de fiscalização de seu cumprimento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 3:**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1992 (nº 3.019/92, na Casa de origem), que modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio, tendo

Parecer, sob nº 161, de 1993, da

Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do disposto no art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 1992 (nº 3.019/02, na Casa de origem).

Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º e o § 1º do art. 3º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos da Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular.

§ 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar frequentando cursos de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou escolas de educação especial.

§ 2º O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo o disposto na regulamentação da presente lei.

§ 3º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

.....
Art. 3º.....

§ 1º Os estágios curriculares serão desenvolvidos de acordo com o disposto no § 3º do art. 1º desta lei.”

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Exª, como Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT, — SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente da OAB do Distrito Federal, Esdras Dantas de Souza, há pouco enviou comunicação ao Excelentíssimo Senhor Doutor Itamar Franco, digníssimo Presidente da República, no sentido de que aquela seccional acaba de receber denúncias de que o Ministério do Exército determinou a invasão de domicílios de militares na SQN 113, Blocos E e H, promovendo arrombamentos, espancamentos, prisões e despejos de moradores daquela localidade, sem qualquer ordem judicial.

Assim, solicita de Sua Excelência, o Presidente, a gentileza de mandar apurar os fatos, tomando as providências que se fizerem necessárias para coibir tais arbitrariedades que agriem os direitos do cidadão.

Aproveito, também, para salientar, Sr. Presidente, conforme notícia hoje o jornal **O Estado de S. Paulo**, que “um relatório reservado do Banco Central chegou à conclusão de que o sistema financeiro brasileiro terá sérios problemas se a inflação cair bruscamente para menos de 15% ao mês e risco de quebra se a queda for para menos de 10%. A situação mais frágil é a das instituições do Governo, como o Banco Central e a Caixa Econômica Federal”.

É necessário, Sr. Presidente, que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que, há poucos dias, mencionou que há “aqueles que são sócios da inflação”, defina, com clareza, quais seriam esses sócios e qual será, de fato, a política a ser levada adiante para resolver, em profundidade, o problema da contenção da inflação, da retomada do crescimento, da melhoria da distribuição da renda e do ataque à miséria e à pobreza.

Em poucas ocasiões na História do Brasil, um Ministro da Fazenda teve tamanha boa vontade da parte de todos os segmentos da sociedade, para que haja a colaboração com respeito à consecução de tais objetivos.

Seria importante que nós, o mais breve possível, soubéssemos os passos do Ministro da Fazenda, que — acredito — devam ser ousados e criativos. O Sr. Fernando Henrique Cardoso, com tanta boa vontade, poderia contar — como sucedeu, em algumas ocasiões, na História do Brasil — com um clima, inclusive, de apoio público, que muito o ajudaria nessa tarefa. S. Exª tem as condições de dizer, com franqueza, quais os sacrifícios que serão demandados de cada segmento da sociedade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues). — Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os países que se situam no privilegiado espaço das nações do Primeiro Mundo sempre valorizaram a educação, considerando-a mes-

mo verdadeira alavanca capaz de atingir, de maneira segura, o caminho do desenvolvimento. Investir em recursos humanos mais do que em infra-estrutura física tem sido a estratégia das grandes potências européias, norte-americanas e orientais. No Brasil, finalmente, já reconhecemos em nível teórico a importância da educação. O difícil é observar esse propósito como prática de governo, pois sempre surgem outras prioridades que se afiguram mais nobres, porque apresentam retorno político mais imediato do que a educação ou a saúde, a outra prima pobre do sistema.

A situação da educação brasileira, sem exagero, se constitui num nó górdio que precisa urgentemente ser desatado, a fim de que o País se volte prioritariamente para seu desenvolvimento tecnológico e econômico. No momento, temos na área de educação uma rede de problemas graves que se repetem há muitas décadas. As dificuldades vão da pré-escola até o ensino superior, envolvem a rede pública e a particular, exigindo, realmente, uma ação contínua que se desenvolva a longo prazo.

Todavia, Sr. Presidente, não vamos tratar **hic et nunc** de problema de tal abrangência. Por agora, o nosso interesse centra-se em questão mais restrita e mais imediata, capaz, todavia, de acarretar grandes prejuízos ao sistema. Trata-se, Sr. Presidente, do tortuoso e longo caminho por que passa o salário-educação, desde o instante em que o dinheiro sai das empresas até chegar à escola.

Conforme asseverou o Ministro da Educação, à **Folha de S. Paulo**, em notícia divulgada no dia primeiro de abril deste ano, o dinheiro percorre uma complexa trajetória burocrática, em que vai perdendo seu valor, atingindo o rombo anual de 400 milhões de dólares. O "passeio" completo que é percorrido pelo salário-educação até chegar às escolas compreende sete etapas.

Inicialmente, a empresa paga o salário-educação, que corresponde a 2,5% de sua folha de pagamento, ao INSS, onde permanece em média 30 dias. Segue, depois, para o Ministério da Educação, que, por sua vez, mantém o dinheiro durante dez dias nos cofres do Tesouro Nacional. Em seguida, a contribuição volta ao Ministério da Educação, que o repassa às secretarias estaduais. Por fim, as secretarias estaduais transferem os recursos aos Municípios. Em razão dessa dantesca trajetória, as perdas são muitas.

O empresário tem dois caminhos para pagar o salário-educação: pelo Banco do Brasil ou através de guia do INSS. O dinheiro que vem do INSS chega em média com 30 dias de atraso e, o que é pior, sem correção. Depois que o dinheiro chega ao Ministério da Educação, ele fica parado por 10 dias, sem correção, no Tesouro e, apenas depois, volta ao Ministério. De acordo com a opinião do próprio Ministro Murflio Hingel, também na entrega do dinheiro às secretarias estaduais novos problemas surgem. Assim, mesmo num cálculo aproximado em relação a todo o processo, pode-se estimar uma perda de 33 milhões de dólares por mês, ou seja, praticamente 400 milhões de dólares por ano, importância que daria para sustentar mais de 1 milhão de estudantes.

Sr. Presidente, reconhecendo o absurdo desse processo, o próprio Ministro da Educação criou uma Comissão para avaliar com exatidão todas essas perdas.

Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Projeto tramita agora no Senado. Trata-se, portanto, de uma boa oportunidade para modificar-se toda essa longa e dispersiva trajetória dos recur-

sos provenientes do salário-educação, antes que cheguem ao seu destino final.

Era o que tinha a dizer. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, enquanto o Presidente Itamar Franco desenvolve extraordinário esforço, buscando, ao lado de sua operosa equipe, reativar a produção e o crescimento da oferta de empregos, alguns setores insistem em recusar qualquer mínimo sacrifício de seus interesses, em favor da indispensável e impreterível recuperação da atividade econômica do País.

Em abono dessa assertiva, os Sindicatos da Indústria da Construção Civil vêm denunciando, desde o começo deste ano, que o sistema financeiro usualmente não destina, como deveria, os recursos demandados pela área da habitação. Em dezembro de 1992, calculava-se que os bancos deixaram de aplicar cerca de 8 bilhões de dólares no financiamento das construções e da aquisição da casa própria.

As instituições financeiras, comumente, alegam que as aplicações em caderneta de poupança sofreram um decréscimo estimado em 15 bilhões de dólares, no período de março de 1990 a novembro de 1992. Com essa queda, os bancos, na verdade, estariam investindo acima da quota obrigatória de 65 por cento dos depósitos, isentando-se, portanto, de recolher ao Banco Central, para obter como remuneração apenas a correção monetária, a diferença que julgam inexistente.

Essa conclusão deriva do seguinte raciocínio: se na órbita privada o maior estabelecimento bancário detinha, em 15 de março de 1990, 5 bilhões e meio de dólares em depósitos de poupança, e se hoje esse saldo não passa de 2 bilhões e meio de dólares, o fato de atualmente a carteira de empréstimos atingir 2 bilhões e 800 milhões de dólares importa em que os financiamentos ultrapassam o limite, que seria exigível, de 1 bilhão e 600 milhões de dólares.

De forma oposta, os Sindicatos sustentam a vigência e supremacia das disposições da Lei nº 4.380, de 1964, e defendem que os valores captados pelas cadernetas sejam na sua integralidade investidos na habitação; com juros máximos de 10 por cento ao ano e taxas restritas a 2 por cento ao ano. Conforme a denúncia, os bancos estão cobrando juros de 18 a 30 por cento ao ano, enquanto o poupador percebe tão-somente a remuneração de 6 por cento ao ano.

Além disso, os agentes financeiros adicionam aos valores financiados as importâncias correspondentes aos débitos do Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, sob o argumento de que, se o Governo não lhes paga, é justo que essas divisas sejam contabilizadas no ativo de seus balanços.

Sustentam, finalmente, a posição de que, se os bancos desviaram para outra finalidade os recursos das cadernetas, atenderam à necessidade de se defender do Estado, com a sua "esdrúxula legislação" do Sistema Financeiro Habitacional. "Para que as instituições privadas passem a operar com juros sociais, precisam ter outras operações, com juros maiores, para na média haver algum retorno".

O tema em análise, sempre relevante desde a criação das cadernetas de poupança para financiamentos habitacionais, continua merecendo a atenção preocupada do Congresso Nacional, não só pela importância da política habitacional no desenvolvimento nacional, mas também pela permanente

controvérsia que caracteriza as relações entre poupadores, agentes de poupança e empréstimo, construtores e tomadores de empréstimos habitacionais.

Originalmente vinculados em sua totalidade à construção habitacional, os recursos depositados em cadernetas de poupança foram parcialmente liberados para outras finalidades, mantendo-se o nível mínimo exigido aos agentes de poupança para uso efetivo daqueles recursos na área de habitações, o que, historicamente, permitiu um fluxo de recursos adequado à demanda, traduzindo-se numa oferta de habitações a preços e prazos de financiamento compatíveis com as possibilidades dos mutuários.

A deteriorização do Sistema Financeiro da Habitação, com a extinção do BNH e a proliferação de normas e regulamentos dispare e conflitantes, ocasionou uma distorção significativa no fluxo de recursos para refinanciamento e elevou o déficit habitacional brasileiro, cuja compensação só poderia ser feita com a firme ação de compatibilização entre valores financiados, formas de correção das prestações e possibilidades de pagamento pelos usuários, ao lado de uma canalização adicional de recursos para o setor.

Não só isso não aconteceu, como também um fato adicional veio impactar negativamente o já desgastado cenário da construção habitacional.

O nível de recursos depositados em cadernetas de poupança, historicamente estável em valores reais, sofreu, desde março de 1990, como vimos, uma significativa queda. O nível atual desses recursos é inferior a 60 por cento do montante existente naquela data, o que, indubitavelmente, é um impacto negativo sobre a oferta de recursos para a área habitacional.

Essa redução ocasionou uma total indisponibilidade de dinheiro novo para financiamentos, já que os agentes de poupança, tendo atingido o nível de empréstimos preferiram canalizar o saldo para empréstimos de maior rentabilidade, em outros setores da economia.

Com a redução dos valores de depósitos, os níveis de seu uso em financiamentos habitacionais já estavam atendidos ou ultrapassados pelos agentes de poupança e empréstimo, não havendo interesse em destinar recursos a novos projetos. Fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, que confirma terem os agentes de poupança e empréstimo atingido mais do dobro do limite mínimo exigido, esses agentes resumem sua atuação em manter o nível de 65 por cento, uma vez que os recursos não utilizados, abaixo desse nível, são recolhidos ao Banco Central, sem outra remuneração que a correção monetária. Adicionalmente, e com justificação aceita pelo próprio Banco Central, de que a contabilização do Fundo de Compensação de Variações Salariais como ativo, enquanto débito do Governo, é justa e legal, os agentes de poupança incluem os montantes do FCVS no total de recursos que compõem o citado nível.

Assim, o quadro vigente na área habitacional é altamente preocupante, por seus múltiplos impactos na área social, na geração de empregos e no agravamento do quadro recessivo nacional.

Para combater tal cenário, um conjunto de medidas deve ser implementado, visando reverter a situação desbalanceada de oferta e demanda de habitações no País.

Primeiramente, a revisão das políticas e práticas de financiamento habitacional com juros reais efetivamente baixos, que redundem em prestações acessíveis aos mutuários.

Hoje, devemos enfatizar, os recursos são ofertados a 18 por cento ao ano, quando deveriam sê-lo na faixa de 10 a

12 por cento ao ano, já que o poupador recebe somente 6 por cento ao ano. Nesse sentido, é necessária a revisão dos contratos já pactuados, visando ajustá-los à resolução dos altos níveis de inadimplência e desistência, que não interessam, enfim, a mutuários, construtores ou agentes.

Ademais, deve ser adotada uma efetiva racionalização nas práticas de construção civil, com inventividade e alta produtividade, maximizando a oferta de unidades habitacionais e priorizando o atendimento às populações de baixa renda.

Finalmente, deve ser promovido o resgate da credibilidade da caderneta, como instrumento de poupança, visando a recuperar os altos níveis de depósitos já verificados no passado. O uso desses recursos deve nortear toda uma urgente política habitacional, enquanto problemas menores, como a discussão do FCVS, devem merecer soluções definitivas, mas posteriores, na formulação de tal política.

Seja como for, o Banco Central, por determinação do Presidente Itamar Franco, acaba de definir a quota de cada estabelecimento bancário privado, a ser destinada aos financiamentos para a compra de imóveis. Apesar disso, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção — CBIC há pouco ofereceu representação à Procuradoria-Geral da República, a fim de proibir que as instituições financeiras continuem desviando os recursos das cadernetas, próprias da construção de habitações, para finalidades de menor importância social.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, historicamente, a agricultura brasileira tem sido uma atividade econômica de alto risco. O agricultor está sujeito ao risco do clima, ao risco das pragas, ao risco dos preços baixos e ao risco da inflação, que provoca uma alta exagerada do valor dos empréstimos contraídos. Quando acontece de esses riscos se conjugarem, o resultado é um só: prejuízo alto e, dependendo da saúde financeira do agricultor, até a alienação dos seus bens para honrar os compromissos financeiros assumidos.

O maior grilhão imposto ao agricultor, sem dúvida alguma, é o da correção monetária que incide sobre os empréstimos. Normalmente, os créditos agrícolas são gravados com a correção monetária plena e juros que variam de 6 a 12% ao ano, dependendo da cultura a que se destina e da classificação atribuída ao produtor: pequeno, médio ou grande. Essa correção sufoca de tal modo o agricultor que alguns Superiores Tribunais de Justiça nos Estados já concederam liminares em ações, considerando ilegais a cobrança da correção monetária nos empréstimos agrícolas. Para se ter uma idéia do que representa o acréscimo proveniente da correção monetária sobre um empréstimo, considerando-se uma inflação constante de 26% ao mês, o valor inicial é multiplicado por 8, num prazo de nove meses. Se esse prazo for dilatado para doze meses, o valor atualizado representará dezesseis vezes o montante inicial. Torno a repetir, esses são valores em que se inclui apenas a correção monetária; deles não fazem parte os juros.

Para que um investimento agrícola possa ser suficiente para reembolsar com lucro um empréstimo nesses parâmetros, não poderiam ocorrer adversidades sérias durante o plantio e a colheita: o clima precisaria ser regular, sem intempéries, as pragas não poderiam atacar as plantações, o preço de venda dos produtos teria que ser compensatório. Na prática, entretanto, isso quase nunca acontece. Quando a colheita é boa,

os preços ficam baixos; os preços sobem quando a produtividade é baixa e a colheita ruim.

É por essas agruras que estão passando agora muitos agricultores por esse Brasil afora. Chamo atenção especial para o que acontece no Estado de Santa Catarina: de acordo com notícias publicadas recentemente pelos jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*, os agricultores dos municípios de Turvo, Nova Veneza, Forquilha, Guaramirim, Massaranduba e Joinville estão em dificuldade, pois suas plantações foram atingidas por perdas que variam de 15 a 30% da colheita, em razão da chuva, que caiu com abundância e na hora errada, e em razão da praga *Brusone*, que atacou os arrozais da região em que se utilizaram sementes geneticamente melhoradas. Não deixa de ser uma grande ironia, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que justo as sementes destinadas a gerar um aumento da produtividade tenham produzido plantações mais suscetíveis a esse fungo.

Em Nova Trento, a preocupação dos fumicultores é com a maneira de pagar as máquinas adquiridas com empréstimos do Banco do Brasil. De acordo com os contratos assinados, os financiamentos deveriam ser quitados em quatro parcelas anuais reajustadas pela TR, mais juros de 11%. Entretanto, como o preço do fumo está muito baixo, os agricultores não têm dinheiro suficiente para pagar seus débitos. A sugestão que se lhes dá é de renegociarem com o Banco os prazos do pagamento. Essa medida, entretanto, é apenas um paliativo momentâneo, de vez que transfere o problema para o futuro; quando chegar a nova data de pagamento, o débito estará maior ainda, por ter sido novamente atualizado. Até lá, o agricultor terá que contar com uma melhoria da produtividade e com um aumento dos preços do fumo.

De tempos em tempos, quando um setor agrícola passa por dificuldades, o problema dos financiamentos volta à baila. E a tecla é sempre a mesma: os empréstimos corrigidos monetariamente, seja por que índice for, são impagáveis.

A situação é tão séria que, há pouco mais de 10 anos, de acordo com José Antônio Barros Munhoz, Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o montante dos recursos colocados à disposição do setor era de US\$17 bilhões; hoje lhe são destinados US\$6 bilhões e, ainda assim, sobra dinheiro nos bancos. Não é que os agricultores estejam de tal modo capitalizados que possam prescindir dos empréstimos governamentais; eles têm medo de não conseguir pagá-los com a safra e ter de vender suas máquinas e até suas propriedades para saldá-los.

Para contornar esse problema, creio que o Governo Federal já acenou com uma solução bem factível e bem aceita pelos agricultores: é a equivalência dos créditos agrícolas em produto. Essa proposta foi encampada pelo Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura e Reforma Agrária e levada ao Governo Federal, que a acatou e a incluiu no plano de governo anunciado alguns dias atrás. Por essa fórmula, o agricultor que tomou empréstimo para plantar, por exemplo, duzentas sacas de milho, pagará ao Banco o equivalente a duzentas sacas de milho, acrescido de uma pequena quantidade destinada a um fundo de equalização, que terá por finalidade repor a diferença entre o valor do produto e o valor do empréstimo.

A meu ver, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nas circunstâncias atuais, essa é a melhor solução para o problema do crédito agrícola, pois, além de tornar os débitos pagáveis, proporcionará maior tranquilidade ao produtor para plantar e investir. Estou também convencido de que essa medi-

da será um passo muito importante para se conseguirem safras agrícolas sempre maiores e colaborará enormemente para o soerguimento da agricultura brasileira. Com isso, o Banco do Brasil, principal agente financiador do setor agrícola no País, estará também, conforme disse o seu presidente Alcir Calliari, cumprindo a sua missão maior de fomentador da produção e não de algoz do produtor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a oficialização do Encontro Mundial da Juventude, na semana passada, pelo Presidente da República em exercício, Deputado Inocêncio de Oliveira, irá colocar o Brasil na vanguarda dos movimentos de jovens em prol das questões ligadas ao meio ambiente e à busca de melhor qualidade de vida para a população mundial.

De 21 a 28 de novembro, Brasília vai se transformar na capital juvenil de cerca de 70 nações que se farão representar no evento, com a participação estimada de perto de 500 jovens líderes dos países signatários da Agenda 21 da Juventude. Durante sete dias, estarão sendo debatidos assuntos de grande relevância ambiental, sinalizando para ações concretas na defesa de uma integração harmoniosa do homem com a natureza que o circunda.

A participação dos jovens em causas relativas ao meio ambiente está referendada em um dos princípios da Agenda 21 da Juventude, documento elaborado no Fórum Global da Juventude, que transcorreu paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em junho do ano passado. Diz o princípio:

“Devem ser mobilizados a criatividade, os ideais e o valor dos jovens do mundo para forjar uma aliança mundial orientada para obter o desenvolvimento e assegurar um futuro melhor para todos.”

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil está emprestando o necessário apoio do seu Governo para a implementação de ações derivadas dos compromissos assumidos na ECO-92. A medida assume singular importância, notadamente porque se comemora no próximo sábado, 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O Encontro Mundial da Juventude vem se somar a outras iniciativas já realizadas pelos jovens do mundo inteiro, neste final de milênio, como a Convenção dos Jovens sobre Direitos Humanos, em Paris, agosto de 1989; Nações Unidas da Juventude, na Índia, agosto de 1990; Cúpula Mundial para as Crianças e Criação da Coalizão para Crianças da Terra, nos Estados Unidos, setembro de 1991; Conferência Internacional das Nações Unidas da Juventude, em Moscou, agosto de 1992; Trem da Terra, Estados Unidos, setembro de 1992, entre outros. Em todos esses eventos, o Brasil teve representação.

Entre a participação de nossos jovens representantes, destaca-se a atuação de Marcelo Senise, que foi embaixador do Brasil junto ao Fórum Global da Juventude. Devido à sua brilhante participação, foi ele escolhido uma das principais lideranças jovens do mundo todo.

Deve-se grande parte, ao empenho e dedicação de Marcelo Senise a realização desse Encontro em Brasília. Trabalhando junto às lideranças parlamentares e ao Governo Federal, este jovem empreendedor vem formando consciências para a questão ecológica e despertando lideranças jovens para

atuarem junto a diferentes segmentos da sociedade. Por meio de sua decisiva atuação, tem-se mantido um canal permanente de diálogo entre Governo e sociedade civil, na busca de ações integradas que levem à formulação de alternativas para o enfrentamento das questões ligadas ao desenvolvimento auto-sustentado.

Tendo como objetivo primordial avaliar a aplicação dos princípios acordados na Agenda 21 da Juventude, este Encontro visa também a produzir resultados práticos que possam ser viabilizados por meio da implantação de ações permanentes, bem como da formulação de novas ações integradas, obtidas com a troca de experiências sociais, tecnológicas e ambientais.

Para que resultados concretos sejam alcançados, é preciso aglutinar diferentes forças sociais e institucionais. É consenso hoje que, para se obter a garantia da manutenção da vida no planeta, é necessário promover a revisão de valores e conceitos ligados ao relacionamento do homem com a natureza, bem como acelerar a mudança de hábitos e comportamentos, de forma a se estabelecer um grande pacto entre culturas, nações, crenças religiosas, governos e sociedades civis.

Por isso, formar lideranças jovens que difundam por diferentes meios a consciência para o desenvolvimento das nações e para a felicidade dos povos é também um dos objetivos do Encontro.

Para se ter uma idéia dos temas a serem discutidos no Encontro, vamos alinhar os pontos centrais do temário: disparidades entre países ricos e pobres; transferência de tecnologia; problemas da atmosfera; diversidade biológica; ocupação e uso das florestas; oceanos e águas costeiras; e o perigo dos resíduos tóxicos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mobilização dos jovens brasileiros para a discussão dos problemas ambientais e do desenvolvimento do País é tarefa que não pode ser ignorada, nem sequer postergada. Com 30% da área mundial de florestas tropicais, o Brasil se destaca como repositório de grande parte da biodiversidade do planeta. Metade da biodiversidade se encontra na América Latina. Por não disporem da tecnologia apropriada para uma exploração racional, nem de recursos suficientes para a preservação dessa imensa riqueza, muitos desses países assistem à destruição indiscriminada do meio ambiente, revelada em índices alarmantes.

Estima-se que, a cada ano, estejam sendo destruídos 204.000 quilômetros quadrados de áreas verdes, espaço equivalente ao território do Reino Unido. Por dia, são derrubados 560 quilômetros quadrados de mata. Por hora, 23 quilômetros quadrados, o que dá, a cada minuto, uma perda equivalente à área de um campo de futebol. Cálculos pessimistas prevêem que, a persistir esse ritmo de destruição, as florestas tropicais terão desaparecido em apenas três décadas.

Mas não é apenas a percepção dos efeitos do desmatamento no globo terrestre, ou da injeção de poluentes na atmosfera e de detritos industriais nas águas — esses últimos provocados pelas nações mais desenvolvidas — que deve preocupar o homem moderno. São igualmente preocupantes, se se busca uma desejável qualidade de vida, o crescimento da miséria nas populações do mundo todo, a alta incidência de endemias nos países ainda não desenvolvidos, bem como o aumento permanente das taxas de desemprego. E nenhuma estatística a esse respeito é tranquilizadora. A realidade da América Latina é, ao contrário, alarmante. Estima-se que 61 milhões de pessoas vivam em condições de pobreza extrema nessa região. Dessas, metade encontra-se no Brasil. Dados do UNI-

CEF mostram que, dos 12 milhões de crianças que nascem anualmente, 700 mil morrem antes de completar um ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não mudaremos essa dura realidade sem a participação dos jovens, não apenas porque serão eles os dirigentes de amanhã, mas, sobretudo, porque constituem o repositório dos ideais, sonhos e expectativas do porvir. Para se reverter o quadro atual da relação do homem com a natureza e da própria relação dos homens entre si, é preciso mais do que sonhos. É preciso mesmo alimentar utopias, para projetar as realizações para além do que supomos possível. Quem sabe, assim, o que se obtiver esteja, ao menos, no patamar do satisfatório.

Na qualidade de integrante do Conselho Curador do Encontro, tenho diligenciado para que o evento obtenha os melhores resultados. Gostaria de conchamar os companheiros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, as autoridades dos diversos órgãos do Poder Executivo ligados à questão ambiental, entidades civis de defesa ecológica e todos àqueles que estão comprometidos com uma melhor qualidade de vida em nosso planeta a cerrarem fileiras em prol da realização desse Encontro Mundial da Juventude, em Brasília. Tenho notícias que, no âmbito do Distrito Federal, o Governador Joaquim Toriz emprestará formalmente o apoio do governo local à realização do conclave, em solenidade marcada para o próximo dia 7 de junho, no Palácio do Buriti.

O trabalho dos jovens organizadores do Encontro tem sido intenso, servindo mesmo de exemplo da força de vontade da juventude. Tenho acompanhado o extremo esforço que esses moços, sob a liderança de Marcelo Senise, vêm desenvolvendo com vistas a esse ideal e reitero meu pedido de apoio a essa iniciativa de preservação de nossa morada no Universo.

Encerro este breve pronunciamento esperando que o Encontro Mundial da Juventude logre resgatar uma parte, por pequena que seja, da grande dívida que nós, adultos de hoje, temos acumulado para com as gerações vindouras, às quais estamos deixando um legado pouco grandioso, no que tange à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento harmônico das nações!

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 43, de 1993, de autoria do Senador Valmir Campelo, que modifica os arts. 77 e 107 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Projeto não recebeu emendas e será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1993, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de dezenove bilhões, sete-

centos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos, para financiamento do Projeto Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão.

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 515, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 515, de 1993, do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, *in fine*, combinado com os arts. 71 e 74, a, e 78 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 9 membros titulares e 5 suplentes, para, no prazo de 90 dias, estudar a problemática vinculada ao Programa Calha Norte.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.*)

**ATA DA 75ª SESSÃO, REALIZADA
EM 3 DE MAIO DE 1993**
Publicada no DCN (Seção II), de 4-5-93)

RETIFICAÇÕES

Na página nº 3907, 1ª coluna, no Requerimento nº 423/93, Onde se lê:
... dos dias 11/1, 3, 4, 5, 12, 15, 19, 25, 26/2, 2, 3, 5, 8, ...
Leia-se:
... dos dias 11/1, 1, 3, 4, 5, 12, 19, 25, 26/2, 1, 3, 5, 8, ...

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 55, DE 1993**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência regimental, e considerando a Decisão nº 83/93, do Tribunal de Contas da União, adotada pelo Plenário na Sessão de 24-3-93, relativamente ao Processo nº TC-020.794/90-8 resolve:

Art. 1º Fica suprimido o § 7º do art. 100 do Ato da Comissão Diretora nº 31, de 1987.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Ato da Comissão Diretora nº 34, de 1987.

Sala da Comissão Diretora, 1º de junho de 1993. — **Humberto Lucena** — **Chagas Rodrigues** — **Levy Dias** — **Júlio Campos** — **Nelson Wedekin** — **Nabor Júnior**.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
	PFL		
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
	PSDB		
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
	PTB		
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
	PDT		
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
	PRN		
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
	PDC		
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronako Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronako Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
	PFL		
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB
 Beni Veras CE-3242/43/44 Almir Gabriel PA-3145/47
 José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80
 Mário Covas SP-3177/78 Vago

PTB
 Affonso Camargo PR-3062/63 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36
 Valmir Campelo DF-3188/89/4061 Luiz Alberto Oliveira PR-4059/60
 Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RO-4062/63

PDT
 Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40

PRN
 Albano Franco SF-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18
 Ney Maranhão PE-3101/02 Aureo Mello AM-3091/92

PDC
 Moisés Abrão GO-3137/38/22 Gerson Camata ES-3203/04

PDS
 Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24

PP
 Meira Filho DF-3222/05 Irapuan C. Júnior GO-3089/90

PT/PSB
 Eduardo Suplicy 3213/15/16 José Paulo Bisol 3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares	Suplentes
Ronan Tito MG-3039/40	Mauro Benevides CE-3052/53
Alfredo Campos MG-3237/38	Flaviano Melo AC-3493/94
Nelson Carneiro RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Rivaldo Suruagy AI-3185/86	Mansueto de Lavor PE-3182/83
João Calmon ES-3154/55	Gilberto Miranda AM-3104/05
Ruy Bacelar BA-3160/61	Cesar Dias RR-3064/65

PFL
 Guilherme Palmeira AI-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/34
 Hydekel Freitas RS-3064/65 Josaphat Marinho BA-3173/74
 Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3200/3201
 Álvaro Pacheco PI-3085/86 Marco Maciel PE-3197/98

PSDB
 Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72
 José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20

PTB
 Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89
 Marluce Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07

PDT
 Marcio Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75

PRN
 Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215

PDC
 Gerson Camata ES-3203/04 Eptácio Cafeteira MA-4073/74

PP
 Irapuan Costa Júnior 3088/3089 Pedro Teixeira 3127/3128

PDS
 Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
 Ramais: 3496 e 3497
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares	Suplentes
Flaviano Melo AC-3493/94	Amir Lando RO-3110/11
Mauro Benevides CE-3194/95	Ruy Bacelar BA-3161/62
Aluizio Bezerra AC-3158/59	Ronaldo Aragão RR-4052/53
Onofre Quinan GO-3148/49	Ronan Tito MG-3039/40
Gilberto Miranda AM-3104/05	Juvêncio Dias PA-3050/53
Alfredo Campos MG-3237/38	Antonio Mariz PB-4345/46
Marcio Lacerda MT-3029/30	Wilson Martins MS-4345/46
Vago	Vago

PFL
 Dario Pereira RN-3098/99 Raimundo Lira PB-3201/02
 Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72
 Elcio Alvares ES-3131/32 Carlos Patrocínio TO-4068/69
 Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AI-3245/46
 Hydekel Freitas RJ-3082/83 Vago

PSDB
 Dirceu Carneiro SC-3179/80 Beni Veras CE-3242/43
 Teotônio V. Filho AI-4093/94 Jutahy Magalhães BA-3171/72
 Vago José Richa PR-3163/64

PTB
 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36 Affonso Camargo PR-3062/63
 Marluce Pinto RR-4062/63 Vago

PDT
 Lavoisier Maia RN-3239/40 Magno Bacelar BA-3074/75

PRN
 Saldanha Derzi MT-4215/18 Albano Franco SE-4055/56

PDC
 Gerson Camata ES-3203/04 Moisés Abrão TO-3136/37

PDS
 Lucídio Portella PI-3055/56 Esperidião Amin SC-4206/07

PP
 João França RR-3067/68 Meira Filho DF-3221/22

Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516
 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AI-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/5
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Martuce Pinto	RR-4062/6
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/8

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/3
---------------	------------	---------------	-----------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/5
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/1

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/3
--------------	------------	--------------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espíridião Amin	SC-4206/0
-------------------	------------	-----------------	-----------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/7
-------------	------------	-------------	-----------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/2
-----------------	------------	------------------	-----------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala n.º 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil - Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - André Franco Montoro

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - Jorge Miranda

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - Inocêncio Mártires Coelho

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - Leomar Barros Amorim de Sousa

Revisão constitucional - Geraldo Ataliba

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - Sebastião Baptista Affonso

Mandado de injunção - Marcelo Duarte

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - Fran Figueiredo

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - Vítor Rolf Laubé

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - Geraldo Brindeiro

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - Anamaria Vaz de Assis Medina

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - Adilson Abreu Dallari

Auditoria e avaliação da execução - Rosinethe Monteiro Soares

Soberania do Poder Judiciário - Antônio de Pádua Ribeiro

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

A Escola Judicial - Sálvio de Figueiredo Teixeira

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - Adriano Perácio de Paula

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - Marcos Juruena Villela Souto

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - Werter R. Faria

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - Mauro Márcio Oliveira

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - José Arthur Rios

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - Rubem Nogueira

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.